UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS, MARILÂNDIA – ES

ANDRESSA MARIA ROVETTA

VILA VELHA
2024

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE



POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS EM CIDADE DE PEQUENO PORTE: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS, MARILÂNDIA-ES

ANDRESSA MARIA ROVETTA

Vila Velha
2024

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS, MARILÂNDIA – ES

Dissertação de mestrado apresentado a Universidade de Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Cidade, para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina da Silva Rosa.

Avaliador interno: Profa. Dra. Melissa Ramos da Silva Oliveira

Avaliador externo: Prof. Dr. Marcos Barreto de Mendonça

ANDRESSA MARIA ROVETTA

Vila Velha
2024

Catalogação na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

R874p Rovetta, Andressa Maria.
Políticas urbanas e habitações sociais em cidades de pequeno porte : memórias da comunidade São Marcos, Marilândia – ES / Andressa Maria Rovetta. – 2024.
139 f. : il.

Orientadora: Teresa Cristina da Silva Rosa.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Cidade) - Universidade Vila Velha, 2024.
Inclui bibliografias.

1. Arquitetura. 2. Habitação social. 3. Cidades. I. Rosa, Teresa Cristina Da Silva. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 720

ANDRESSA MARIA ROVETTA

POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS
EM CIDADES DE PEQUENO PORTE:
MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS, MARILÂNDIA – ES

Dissertação de mestrado apresentado a Universidade de Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Cidade, para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Cidade.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Barreto de Mendonça (UFRJ)

gov.br Documento assinado digitalmente
MELISSA RAMOS DA SILVA OLIVEIRA
Data: 24/05/2024 17:16:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Melissa Ramos da Silva Oliveira (UVV)

Profa. Dra. Teresa Cristina da Silva Rosa (UVV)
Orientadora

Dedicatória:

Aos meus Filhos Heitor e Benjamin:

vocês são a história mais linda que Deus

escreveu para minha vida!

“Se não estivermos dispostos a pagar

um preço por nossos valores,

se não estivermos dispostos a fazer

alguns sacrifícios para realizá-los,

então deveríamos nos perguntar

se realmente acreditamos neles.”

Barack Obama

AGRADECIMENTOS

Não importa quão distante pareça estar um sonho, ele sempre estará a um passo da realização se você decidir começar de algum lugar. Após tantos sacrifícios na busca pela realização profissional, hoje só posso agradecer pela conclusão deste trabalho que Deus me permitiu executar com tanta satisfação e agradecer também pelo reconhecimento de que este é apenas mais um degrau da escada que me levará a projetos maiores!

Agradeço a Deus todos os dias pela oportunidade de ter um trabalho, tendo a possibilidade de aprender a cada dia, crescer profissionalmente e entender que dependemos uns dos outros para chegarmos cada vez mais longe. De nada adianta atingir a excelência profissional sem agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes nos indicando qual o caminho e de que maneira chegar lá. Entre essas pessoas, sem dúvidas, está a minha orientadora, “minha Teresa”, que não por acaso entrou na minha vida. Gratidão por compartilhar comigo os saberes acadêmicos e da vida!

À banca examinadora, Professora Melissa, minha sincera gratidão por todo apoio, incentivo e carinho ao longo dessa jornada. Aos Professores Marcos e Roberto, obrigada pela disponibilidade e contribuição para este trabalho.

Aos meus filhos, hoje tão pequenos, sei que um dia entenderão minha ausência e minha falta de tempo nesses 2 anos. Agradeço por serem o meu “combustível”, por me amarem até mesmo nos meus dias mais difíceis. Gratidão a todos os amigos e familiares que estiveram comigo, que me incentivaram e torceram por essa vitória junto comigo!

RESUMO

ROVETTA, Andressa Maria, M.Sc, Universidade de Vila Velha – ES, Fevereiro de 2024. **Políticas urbanas e habitações sociais em cidades de pequeno porte: memórias da comunidade São Marcos, Marilândia – ES**. Orientadora: Dra. Teresa Cristina Da Silva Rosa.

O presente trabalho objetiva compreender as transformações territoriais urbanas na comunidade São Marcos, situada no município de Marilândia, cidade de pequeno porte, localizada na Região Noroeste do Espírito Santo (Brasil). As transformações ocorridas em São Marcos revelam conflitos territoriais, como também evidenciam uma problemática urbana e os desafios da implementação de políticas públicas urbanas sobretudo em áreas mais vulneráveis e suscetíveis ao jogo de interesses políticos e mercadológicos. Com o resgate das memórias dos recordadores de São Marcos através de entrevistas, rodas de conversa e de percurso guiado, a pesquisa deu voz aos sujeitos e proporcionou a visibilização das experiências vivenciadas pelos moradores frente às mudanças territoriais. A partir das narrativas dos recordadores, os resultados trazem a produção cartográfica social, a constituição histórica local e o questionamento das políticas públicas diante da ocupação do solo de São Marcos com uma implantação de loteamento social em uma área já historicamente consolidada. Também traz a identificação de problemáticas territoriais locais como suas áreas de risco, apontadas através das memórias evocadas pelos sujeitos na sua relação com o espaço físico do seu entorno. Por fim, este trabalho contribui para evidenciar a importância da memória na constituição da história de um lugar e na compreensão das transformações de um território, dando voz a uma comunidade interiorana, vulnerável e situada em uma área de risco. Ressaltam-se ainda os contributos para o debate sobre o planejamento urbano em cidades de pequeno porte bem como os desafios na implementação das políticas públicas urbanas perante os atores e seus interesses políticos.

Palavras-chave: Políticas urbanas, transformações territoriais, memória, área de risco.

ABSTRACT

ROVETTA, Andressa Maria, M.Sc, University of Vila Velha - ES, February 2024. **Urban policies and social housing in small towns: memories of the São Marcos community, Marilândia - ES**. Advisor: Dr. Teresa Cristina Da Silva Rosa.

This paper aims to understand the urban territorial transformations in the São Marcos community, located in the municipality of Marilândia, a small town in the northwest region of Espírito Santo (Brazil). The transformations that have taken place in São Marcos reveal territorial conflicts, as well as an urban problem and the challenges of implementing urban public policies, especially in areas that are more vulnerable and susceptible to political and market interests. By rescuing the memories of the São Marcos rememberers through interviews, conversation circles and a guided tour, the research gave a voice to the subjects and made visible the experiences lived by the residents in the face of territorial changes. Based on the narratives of the rememberers, the results show the production of a social cartography, the local historical constitution and the questioning of public policies in the face of the occupation of the land in São Marcos with the implementation of a social housing development in an area that has already been historically consolidated. It also identifies local territorial problems such as risk areas, which are pointed out through the subject's memories of their relationship with the physical space around them. Finally, this work contributes to highlighting the importance of memory in the constitution of the history of a place and in understanding the transformations of a territory, giving a voice to a vulnerable inland community located in an area of risk. It also contributes to the debate on urban planning in small towns, as well as the challenges of implementing urban public policies in the light of the actors and their political interests.

Key words: Urban policies, territorial transformations, memory, risk areas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Marilândia no estado e no país. 53
Figura 2 - Mapa dos Distritos e principais comunidades do município de Marilândia /ES, 2020. 54
Figura 3 - Primeira igreja de Marilândia. 55
Figura 4 - Vila de Marilândia em 1940. 55
Figura 5 - Avenida Dom Bosco em 1940. 56
Figura 6 - Igreja Imaculado Coração de Maria: Marilândia – ES. 57
Figura 7 - Vista atual da cidade de Marilândia. 58
Figura 8 - Vista do traçado de Marilândia. 59
Figura 9 - Avenida Dom Bosco, Marilândia – ES. 60
Figura 10 - Ruas com blocos sextavados de concreto. 60
Figura 11 - Vista aérea da Igreja Católica. 61
Figura 12 - Fachada principal da Igreja Católica. 61
Figura 13 - Pedra do Cruzeiro. 62
Figura 14 - Vista aérea da região central da cidade. 63
Figura 15 - Setores de inundação de áreas de várzea dos córregos são Pedro, Liberdade e Prata 64
Figura 16 - Setores de encostas com alta declividade 65
Figura 17: Setores de encosta com alta declividade. 66
Figura 18 - Localização da comunidade São Marcos. 70
Figura 19 - Comunidade São Marcos. 71
Figura 20 - Malha urbana da comunidade de São Marcos (vista aérea). 72
Figura 21 - Igreja de São Marcos. 72
Figura 22 - Ruas de São Marcos. 73
Figura 23 - Acompanhamento da obra da UBS de São Marcos, Marilândia – ES. 74
Figura 24 - Estrutura de alvenaria da USB de São Marcos, Marilândia -ES. 74
Figura 25 - Alguns meses após a construção da UBS de São Marcos, já abandonada pela prefeitura. 75
Figura 26 - USB de São Marcos abandonada há 9 anos. 75
Figura 27- UBS de São Marcos completamente depredada 76
Figura 28 - Vista aérea do loteamento São Marcos 76
Figura 29 - Mapa de São Marcos, destaque Loteamento social. 77
Figura 30- A localização do loteamento e a malha urbana da Comunidade de São Marcos. 78
Figura 31: planta baixa habitação social 79
Figura 32: implantação atual das casas embriões. 80
Figura 33: implantação atual das casas embriões. 80
Figura 34: Projeto da nova sede da escola de SM 87
Figura 35: Obras de pavimentação da comunidade de SM 87
Figura 36: Entrevista com gestão municipal de Marilândia 88

Figura 37: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023 92
Figura 38: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023 92
Figura 39: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023 93
Figura 40: segunda roda de conversa em 17 de maio de 2023 93
Figura 41: segunda roda de conversa em 17 de maio de 2023 94
Figura 42: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023 95
Figura 43: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023 95
Figura 44: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023 96
Figura 45: Mapa com a demarcação do percurso guiado 97
Figura 46: Mapas mentais desenvolvidos pelos participantes do percurso 98
Figura 47: Tabela dos temas discutidos nas rodas..... 101
Figura 48: Desenho esquemático dos eixos temáticos debatidos nas rodas 101
Figura 49: Fluxograma dos eixos temáticos com os desdobramentos..... 102
Figura 50: Representação simbólica da roda de conversa e a construção cartográfica de SM 105
Figura 51: Mapa das áreas de risco de SM, segundo os participantes das rodas. 107
Figura 52: Cartografia de risco de SM 109
Figura 53: Setores de risco alto e muito alto mapeados em SM 109
Figura 54: Comparativo dos mapeamentos de risco realizados em SM em 2014 e 2023 110
Figura 55: Identificação das áreas de risco 111
Figura 56: Identificação das áreas de risco 111
Figura 57: Mapa das etapas de ocupação do território de SM, segundo os participantes das rodas.112
Figura 58: Mapa das etapas de ocupação do território de SM contraposto às áreas de risco. 114
Figura 59: Foto da família cedida pela entrevistada 116
Figura 60: visita à escola de SM, roda de conversa com diretora e serventes 119
Figura 61: visita à escola de SM 120

LISTA DE SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação

FCP - Fundação da Casa Popular

FJP - Fundação João Pinheiro

IAPS - Instituto de Aposentadoria e Pensões

SEDURB - Secretaria de estado de saneamento, habitação e desenvolvimento urbano

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMM – Prefeitura Municipal de Marilândia

PROETI - Programa Capixaba de fomento à Implementação de escolas municipais de ensino fundamental em tempo integral

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SM - São Marcos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA 12
1.2 PROBLEMAS DA PESQUISA 16
1.3 OBJETIVOS 17
1.3.1 Objetivo Geral 17
1.3.2 Objetivos específicos 17
1.4 JUSTIFICATIVA 18
1.5 METODOLOGIA 19
2 POLÍTICAS URBANAS HABITACIONAIS, DIREITO À CIDADE E RISCO SOCIOMBIENTAL 22
2.1 O CONCEITO DE HABITAÇÃO SOCIAL 22
2.2 A HABITAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E CAPIXABA 27
2.3 POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÃO SOCIAL 37
2.4 O DIREITO À CIDADE 40
2.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS 43
3 HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA URBANA DE MARILÂNDIA E DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS 48
3.1 MEMÓRIA COMO RECURSO PARA A HISTORIOGRAFIA DA CIDADE 48
3.2 PERPASSANDO A HISTORIOGRAFIA DO MUNICÍPIO 52
3.2.1 História socialmente consolidada 53
3.2.2 Marilândia atualmente e suas políticas urbanas 58
3.3 COMUNIDADE DE SÃO MARCOS: HISTÓRICO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS 69
4 LEVANTANDO AS MEMÓRIAS DOS MORADORES DE SÃO MARCOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 85
4.1 ENTREVISTANDO A GESTÃO MUNICIPAL 85
4.2 METODOLOGIA DA RODA DE CONVERSA 89
4.2.1 Estruturação da roda de São Marcos e sua condução 90
4.3 PERCURSO GUIADO 94
5 ANALISANDO AS MEMÓRIAS: HISTÓRIAS DE VIDA E O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS 100
5.1 ANALISANDO OS RESULTADOS 100
5.1 CONTRA-CARTOGRAFIA DE SÃO MARCOS 105

5.2 EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS: EVOCAÇÕES HISTÓRICAS DE SÃO MARCOS 115
5.3 TRANSFORMAÇÕES NO TEMPO: PASSADO – PRESENTE – FUTURO.....120
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 125
7 REFERÊNCIAS.....128
8 ANEXOS 134

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A pesquisa busca compreender as transformações territoriais urbanas na comunidade São Marcos (SM) decorrentes das rupturas sociais locais que emergem ameaças e vulnerabilidades e expõem sua população a riscos de eventos, em alguns casos, importantes, muito devido aos esgarçamentos dos laços, das tradições, das relações, dos valores fundamentais ao senso de pertencimento e de identidade ao grupo e ao território. Este trabalho também busca dar voz à população local como forma de integrar essa comunidade com as políticas públicas locais a partir das memórias evocadas pela população de SM no contexto do processo de sua urbanização. Os resultados podem ser importantes para a administração municipal, visando garantir a melhor qualidade de vida para essa comunidade local com base em necessidades apontadas pelos entrevistados. Também contribuirão para o conhecimento sobre a urbanização em municípios de pequeno porte, enriquecendo assim a produção acadêmica sobre tal temática. Isso se justifica pelo fato de que o contexto das Habitações sociais nas regiões interioranas e ou cidades de pequeno porte ainda é pouco contemplado pelos estudos e pesquisas.

Logo, são também pouco explicitadas no contexto científico, mais especificamente em nível da historiografia ou história de vida da população.

A fim de refletir e contextualizar as temáticas e os conceitos que permeiam a pesquisa, definimos os termos: habitação social, políticas urbanas, direito à cidade e memória de moradores, visando compreender o contexto de urbanização local através da abordagem da historiografia do município em tela

O conceito de habitação social possui diversos vieses de entendimento. A pesquisa estabelece um diálogo com Bonduki (2011), que faz uma análise histórica das origens da Habitação Social no Brasil, utilizando o caso de São Paulo, onde podemos vislumbrar as maiores situações de vulnerabilidades urbanas. Além disso, a pesquisa se apoia em alguns autores como Siqueira (1980), Dias (2008) e Diniz e Ribeiro

(2015), que abordam a mesma problemática no cenário espírito-santense, recorte geográfico desta pesquisa.

Ainda é possível discutir o conceito de habitação de interesse social na pesquisa de Buonfiglio intitulada *Habitação de Interesse Social* (2018), onde o debate conceitual sobre habitação envolve diversos significados contemporâneos, tais como: necessidade, demanda, mercadoria, direito social e coletivo, déficit e política pública.

Buonfiglio é afortunado nesta pesquisa porque ele consegue abranger diversos olhares para a mesma temática. O conceito de Habitação social nesse âmbito traz outros autores os quais discutem problemas reais que a habitação social brasileira enfrenta na contemporaneidade. Maricato (2019) comunga do mesmo pensamento de Buonfiglio (2018) quando retrata a problemática da habitação social no Brasil e a questão da segregação socioespacial urbana. Para essa autora, fica claro seu entendimento de habitação como demanda e mercadoria, enfatizando que a lógica da habitação urbana não pode ser desvinculada do desenvolvimento urbano.

A localização das habitações sociais está diretamente relacionada com o desenvolvimento do território urbano. São as políticas públicas municipais/estaduais responsáveis por conduzir esse desenvolvimento, nesse caso beneficiando proprietários de terra e/ou promovendo boom imobiliário local.

Nesse contexto, existe uma clara contradição entre a habitação como necessidade social e básica e a habitação como mercadoria cara e inacessível.

Rolnik (2018) também dialoga com o pensamento de Buonfiglio (2018) quando discute o termo habitação como mercadoria e déficit. Ela compreende que as necessidades habitacionais não se resumem à construção de moradias. É preciso melhorar o local onde se vive, pois a problemática da deficiência habitacional pode não estar conectada diretamente à falta de moradia, mas ao contexto no qual ela mesma está localizada.

No âmbito do entendimento de habitação abordada como direito humano, é possível dialogar com os direitos inseridos na Constituição Federal de 1988, pois ela aponta que o direito à moradia é uma atribuição comum à União, aos estados e municípios.

O direito à moradia digna e adequada continua não sendo desempenhado na realidade brasileira, já que os problemas de vulnerabilidades urbana/social continuam sendo reais, como o caso da comunidade de SM abordado nessa pesquisa.

Para conceituar o termo políticas urbanas, utilizam-se os pontos de vista de Pereira (2018), que considera como um conjunto de ações governamentais que tem a função de definir as formas de uso e ocupação do solo urbano. Os autores Libório e Saule Junior (2017) compreendem as políticas urbanas no contexto do direito urbanístico. Para esses autores, é um ramo do direito público que organiza o conjunto de princípios e normas jurídicas voltadas à organização e planejamento do espaço urbano. Tonella (2013) dialoga com os autores citados e revela ainda que a questão da política urbana foi traduzida como direito à cidade e à moradia digna. O pensamento de Tonella (2013) comunga com o estatuto da cidade que objetiva a efetivação dos instrumentos legais de ordenamento territorial.

Em outras palavras, as políticas urbanas são responsáveis por ordenar as funções sociais de cidade através de leis, decretos e estatutos. Trazendo para o contexto o desta pesquisa, que se entende ser a realidade de muitas cidades de pequeno porte do Espírito Santo e do restante do Brasil, é possível notar a ausência de instrumentos que garantam a eficácia das políticas públicas municipais, ocasionando inúmeros problemas urbanos e sociais, entre os quais se destacam os problemas das habitações sociais e o pleno direito à cidade dessas comunidades interioranas.

Para compreender o termo “direito à cidade”, é possível estabelecer uma mediação entre o pensamento filosófico de Lefevbre (2008) Harvey (2014). Enquanto Lefevbre (2008) fala do direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, Harvey (2014) complementa como grande ênfase na urbanização, sugerindo em alguns momentos uma relação direta com o capitalismo.

Para explorar o conceito de direito à cidade, com ênfase nas questões habitacionais, Battaus e Oliveira (2016), trazem um olhar do direito à cidade sob o ponto de vista da habitação. Os autores defendem o direito a uma vida decente para todos os atores sociais, não importando o lugar, já que se trata de um direito previsto constitucionalmente, e considerado mínimo para a sobrevivência. Battaus e Oliveira (2016) conversam com o pensamento de Harvey e Lefebvre, principalmente no que diz respeito ao direito à cidade como uma luta pela cidadania e pelas transformações socioeconômico-espaciais.

Partindo da ideia de que todos os cidadãos precisam ter seu direito à cidade, também precisamos compreender que as comunidades urbanizadas precisam ter seus direitos à segurança aos riscos e aos desastres naturais. Nesse aspecto, abordamos a

conceituação de risco socioambiental quando trazemos para a realidade de SM, uma comunidade localizada em uma topografia acidentada, onde a ocupação urbana se dá nas proximidades de encostas, bem como das margens do rio, tornando-se diariamente vulnerável a deslizamentos e movimentos de massas, bem como de enchentes nos períodos de chuvas intensas.

Para discutir essa temática, recorremos a autores como Trajber, Olivatto e Marchezine (2021), Damacena (2017), De Budin Poli (2006) e Adams (2009), que que convergem para a mesma concepção e traduzem que as condições de risco atuais são ocasionadas por fatores diversos como as alterações climáticas, pobreza, falhas na gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas.

Entende-se que os aspectos relacionados ao risco vão além das condições ambientais. Por esse motivo, optamos pelo uso do termo “risco socioambiental”, pois muitos riscos são de origem mista, desencadeados por um evento natural, agravado pelo tipo de uso e ocupação do solo. Suas possíveis consequências incluem inundações e movimentos de massa, bem como envolvem as questões sociais, pois estão imersos em uma série de condições sociais que acompanham a temática.

Ainda que todos os conceitos técnicos e acadêmicos apontem diretrizes para diminuir a problemática da vulnerabilidade social urbana, a realidade das cidades brasileiras de forma geral, principalmente as de pequeno porte, abordadas nesta pesquisa, todas essas questões ainda estão longe de se tornar efetivamente reais. É possível perceber que os conflitos entre poder público e comunidade ainda são visíveis, e enquanto tudo isso acontece, a história transcorre, a ação política dos movimentos nada resolve e a comunidade considerada vulnerável continua sem ter os seus direitos.

Partindo desse termo historiografia, entende-se que a história possui um papel de conexão entre o tempo presente e a experiência do passado, tendo por objeto subsidiar receitas de sucesso num “[...] contexto temporal do sujeito [o qual] inclui o complexo de condições históricas que fazem da sociedade e do homem o que eles objetivamente são (MARTINS, 2019, p.27)”.

Desta forma, o método da construção da historiografia leva em consideração o que; ou como os moradores de uma comunidade percebem, experienciam ou vivenciam as transformações urbanas ocorridas no seu território no presente bem como no passado através das memórias constituídas ao longo das décadas. Essa abordagem estará voltada para desvelar, portanto, as experiências dos sujeitos relacionadas à questão

da urbanização como processo de transformação territorial de uma comunidade historicamente consolidada.

O termo “memória”, conforme abordado nesta pesquisa, pode ter inúmeros contextos. Halbwachs (1950/2006) trata de memória tanto no âmbito do intelecto humano quanto na identidade social de um indivíduo. O autor ainda explica que a memória pode ser estabelecida na relação entre as pessoas, inspirado no pensamento de Durkheim (1999) que a entende como a consciência coletiva ou consciência comum, definida como “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade”.

Já Mourão e Faria (2015) compreendem “memória” de forma mais objetiva, como a capacidade que os seres vivos possuem de adquirir, armazenar e evocar informações.

No entanto, com vista a compreender o papel da memória para constituição da história, Siman (2008) desenvolve uma argumentação de que a história de cidades pode ser elaborada por meio do diálogo entre memória e a história, podendo oferecer possibilidades de aprendizado pois nelas nos perdemos e nos reencontramos, como num tempo labiríntico (SIMAN, 2008). Este artigo atrai nossa atenção por explorar as possibilidades da relação história e memória para ensino da História de cidades. Neste sentido, foram realizadas entrevistas e rodas de conversa com os moradores locais de Marilândia, mais especificamente, da comunidade de SM, com o objetivo de compreender como o território em transformação constrói as memórias dos sujeitos sobre a formação da cidade. Esta pesquisa nos revela que entre a história e a memória há um sentido histórico-social e não linear do tempo, isto é, o lugar de um tempo não é representado por uma reta, mas como um labirinto cheio de sinuosidades (SIMAN, 2008).

É preciso compreender que o termo “memória” ainda explorado no meio acadêmico possui inúmeras versões, contextos e entendimentos. Esta pesquisa traz um olhar para o contexto da memória dos sujeitos no processo das transformações territoriais, considerando as suas experiências vividas em uma comunidade situada em uma cidade de pequeno porte do ES

1.2 PROBLEMAS DA PESQUISA

Tendo em vista a problemática da habitação social no país nos dias atuais, em atenção especial às regiões interioranas que possuem pouco planejamento urbano e carência de instrumentos legais que atuem nas políticas públicas, podemos fazer alguns questionamentos:

- Em que medida os fatores histórico-sociais e urbanísticos podem contribuir para uma dinâmica territorial onde as demandas dos moradores da Comunidade São Marcos (Marilândia, ES) sejam consideradas para as tomadas de decisões na política pública urbana do município, bem como de São Marcos?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo visa compreender a ocupação do solo urbano em uma comunidade localizada em uma cidade de pequeno porte na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo (Brasil), com a implantação de um loteamento social em uma área historicamente ocupada por uma comunidade já consolidada. Este estudo tem como pano de fundo uma análise das políticas públicas urbanas locais, concentrando-se nas transformações territoriais e seus impactos na comunidade São Marcos.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos conferem quatro momentos:

1. Analisar as políticas públicas urbanas de Marilândia, em especial às voltadas para habitação social, a partir dos conceitos de políticas públicas urbanas e de urbanização de áreas periféricas através de levantamento teórico;
2. Realizar trabalho de campo junto aos moradores e a gestão municipal, através de entrevistas, rodas de conversa e um percurso guiado a fim de compreender as dinâmicas físico-territoriais da comunidade de SM;
3. Construir uma cartografia social com base nos levantamentos de dados dos trabalhos de campo, definindo as ocupações do território ao logo do tempo e as áreas de risco da comunidade;

4. Compor a historiografia da comunidade SM através dos relatos de seus moradores com vistas a resgatar suas memórias, tradições e o sentimento de pertencimento ao local.

1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica com profunda relevância profissional na medida em que ela vem fundamentar a integração de uma comunidade interiorana nas políticas públicas locais do município. Ainda se destaca pela relevância social e acadêmica, pois pode promover uma análise vantajosa para as políticas públicas municipais e ainda garantir melhor qualidade de vida para a comunidade SM, objeto deste estudo. Assim como, pode garantir grande enriquecimento para a produção acadêmica.

É importante notar que a comunidade de SM, recorte geográfico deste estudo, localiza-se em Marilândia – ES/ Brasil. Há de se constatar um envolvimento emocional desta pesquisadora com o seu território, que é tema de investigação. Este estudo também retrata vulnerabilidades sociais e envolve valores que fazem parte da vida cotidiana dessa comunidade. O estudo das emoções e o resgate das memórias é um assunto importante porque ele pode ser responsável pela reconstrução histórica de um local, razão pela qual, mais uma vez, volta-se à relevância do contexto desta pesquisa.

Ao observar as lacunas existentes nesse campo de estudo, nota-se que o contexto das habitações sociais nas regiões interioranas, e ou cidades de pequeno porte, ainda são pouco contempladas pelos estudos e pesquisas. Logo, são também pouco explicitadas no contexto científico. Mais especificamente em nível da historiografia ou história de vida da população.

Ainda podemos destacar a relevância desta pesquisa quanto à meta da agenda 2030 no Brasil. A ONU e seus parceiros no país estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Esses

objetivos fazem parte do contexto desse estudo e reforçam a importância dessa pesquisa.

1.5 METODOLOGIA

O presente trabalho classifica-se como sendo de natureza aplicada, pois visa a uma reflexão crítica sobre as políticas públicas urbanas em um contexto de urbanização de loteamentos sociais em cidades de pequeno porte. Tendo como fonte de inspiração a análise da história de vida de moradores da comunidade de São Marcos, pretende-se compreender as suas experiências diante da implantação de um loteamento social. Quanto à abordagem na análise dos dados, classifica-se como uma pesquisa qualitativa quando busca explicitar o fenômeno da implantação de um loteamento social frente às diversidades existentes neste território de SM.Com um objetivo exploratório, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental visando ao levantamento da historiografia local, das políticas públicas urbanas municipais e de outros documentos públicos da prefeitura de Marilândia, inclusive aqueles referentes à construção do loteamento e de publicações sobre habitações de interesse social e loteamentos populares em cidades interioranas, bem como documentos do poder público, incluindo políticas urbanas locais. Esse levantamento visa construir um pano de fundo da urbanização em Marilândia, em especial o processo de implantação do loteamento social em SM. Além disso, os procedimentos da pesquisa podem ser definidos por ser e/ou ter:

a) pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento das pesquisas publicadas sobre habitações de interesse social e loteamentos populares em cidades interioranas;

b) levantamento documental, já que serão analisados documentos públicos da Prefeitura de Marilândia inclusive referentes à construção do loteamento social em SM.

c) pesquisa de campo, onde houve a realização de rodas de conversa com os moradores, aqui chamados de recordadores, de modo a fazer emergir as suas memórias sobre a ocupação do território de SM (comunidade historicamente consolidada) e da implantação do loteamento de interesse social. Neste sentido, os

recordadores são aqueles moradores capazes de rememorar a experiência cotidiana de antes, durante e depois do processo de implantação do loteamento em SM. Para fins do presente estudo, já foram realizadas entrevistas exploratórias com alguns moradores locais. Os participantes foram identificados por nomes fictícios para preservação da sua identidade e imagem. Foi elaborado o Termo de consentimento livre e esclarecido, onde cada recordador se voluntaria como participante da pesquisa, autorizando o uso de suas evocações. Além disso, incluem-se as memórias desta pesquisadora por ser nativa e moradora da cidade. Incluem-se, ainda, os relatos de outros sujeitos, moradores da comunidade e o poder público local através da pessoa do prefeito municipal. As entrevistas contribuíram para o levantamento de elementos tanto histórico-sociais quanto urbanísticos para enriquecer a perspectiva das transformações territoriais urbanas locais.

A estrutura deste trabalho desvela o desenrolar da pesquisa e o caminhar da pesquisadora, cuja preocupação inicial sempre foi compreender, a partir da visão de seus moradores, o loteamento social na comunidade de São Marcos como política pública urbana, compondo o capítulo 2 do presente estudo. Essa preocupação encaminhou-a para a perspectiva histórica da comunidade que será explorada no capítulo 3. Com base em diferentes procedimentos metodológicos descritos no capítulo 4, são reveladas as transformações territoriais dessa comunidade segundo as memórias urbanas evocadas por seus moradores e suas histórias de vida, como expostas no capítulo 5.



POLÍTICAS URBANAS HABITACIONAIS,

DIREITO À CIDADE E RISCO SOCIOAMBIENTAL

2 POLÍTICAS URBANAS HABITACIONAIS, DIREITO À CIDADE E RISCO SOCIOMBIENTAL

O presente capítulo objetiva analisar alguns dos conceitos relacionados com esta pesquisa. A fim de refletir e contextualizar a temática central, este capítulo discutirá os conceitos tais como: habitação social, políticas urbanas, direito à cidade e riscos.

2.1 O CONCEITO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Para compreender o conceito de habitação de interesse social, analisamos autores de referência desse debate no país. Na sua obra intitulada *Habitação de Interesse Social* (2018), Buonfiglio traz um debate conceitual sobre habitação sob vários aspectos, tais como: necessidade, demanda, habitação como mercadoria, direito social e coletivo, déficit e política pública. O grande diferencial de seu debate é, inicialmente, o seu entendimento do termo habitação em um viés contemporâneo da realidade brasileira, com diversos elementos de análise em um movimento dialético. Considerando a discussão conceitual de habitação nas diversas dimensionalidades relacionadas ao termo, Buonfiglio complexifica, portanto, o conceito de maneira distinta da de outros autores que focam seu debate somente em um ou outro de seus aspectos.

Sendo assim, a primeira dimensão que Buonfiglio traz de habitação refere-se a uma necessidade. A autora parte da noção de que habitação é uma necessidade humana básica dos indivíduos, independentemente da natureza econômica e ou do lugar que habitam (BUONFIGLIO, 2018).

A análise da habitação como necessidade pressupõe que todo ser humano, seja ele rico ou pobre, precisa de um lugar para morar, sendo uma necessidade socialmente produzida visto que: “A casa é uma necessidade natural, material e social, mas também uma determinação cultural e histórica”. (BUONFIGLIO, 2018). Vale atentar que, nesta dimensão de habitação, a necessidade de casa tem um determinante fundamental, qual seja a dimensão cultural e histórica na qual os sujeitos se inserem.

A segunda dimensão trazida por Buonfiglio é a habitação como demanda. No caso da habitação de interesse social, temática foco deste estudo, a autora chama a atenção

para a habitação como uma demanda não atendida, ainda que seja uma necessidade, tal como na citação a seguir: “A necessidade que não pode ser satisfeita segue sendo necessidade (radical); do contrário, a necessidade que pode ser satisfeita no mercado se manifesta como demanda.” (BUONFIGLIO, 2018, p. 03).

Na perspectiva de habitação como demanda, a autora evidencia que existe uma contradição central entre a necessidade e a condição do trabalhador. Configurando-se, nos termos da oposição entre necessidade e demanda, reforça-se que a necessidade não poderá ser materializada, continuando a ser uma necessidade; uma vez que ela possa ser satisfeita pelo mercado, ela se enquadrará como demanda.

Nesse contexto, a habitação passa a ser apreendida como mercadoria, configurando-se numa quarta dimensão do debate da autora. Entende-se que, ao mesmo tempo em que deveria atender e satisfazer a necessidade básica humana elementar, a especulação imobiliária promove a escassez mercantil da habitação, resultando na valorização diferencial das frações do território urbano pela seletividade dos lugares (BUONFIGLIO, 2018).

Em outras palavras, a habitação como mercadoria insere-se na lógica da especulação imobiliária, fomentada por essa valorização mercantil do território urbano. Mediante a sua localização provida de infraestruturas e serviços, mais caro será o acesso à habitação, problematizando a questão de interesse social.

Entende-se que o valor da habitação como mercadoria é constituído pelo valor do terreno (lote urbano) e pelo valor da terra (a sua localização). Sob esse entendimento, o que sobra para a população vulnerável é o outro lado deste debate, o lado da autoconstrução, em locais distantes, mais baratos, com menos interesse do mercado em dado momento, sem acesso à infraestrutura adequada, caracterizando desigualdade e segregação socioespacial nos centros urbanos, além de contribuir para o processo de construção social de riscos.

Na perspectiva desta pesquisa, na qual se discute o termo habitação em um panorama das cidades de pequeno porte, no caso de Marilândia, mais especificamente da comunidade de SM, revela-se claramente essa problematização de segregação socioespacial. Nesse recorte geográfico, é possível notar que as políticas urbanas municipais amparadas por legislações articuladas inserem uma zona de interesse social (loteamento de habitações sociais) em uma comunidade distante do centro urbano, assim como distante de todas as infraestruturas e equipamentos públicos.

Para contribuir para esta discussão, Maricato (2019) afirma que:

> "Quem define a localização dos conjuntos habitacionais é o município; é competência constitucional. Por isso que os proprietários de terra e especulação imobiliária são problemas locais, estaduais ou metropolitanos. Uma prefeitura poderia perfeitamente ter negado a licença para a construção de conjuntos habitacionais em lugares ermos" (MARICATO, 2019, s.p.)

Maricato discorre sob o ponto de vista de autora, pesquisadora, arquiteta e urbanista sobre esse contexto com um discernimento técnico quando afirma que:

> "Quando discutimos habitação, é muito importante entender que não é só falar de casa. Isso porque se mora na cidade. Se você morar na sua casa, mas ela estiver fora da cidade – como tivemos muito nesses períodos de boom imobiliário – e ao mesmo tempo não é rural, você não tem transporte, esgoto, água, escola próxima, então você não vive. Não tem condição. A lógica da habitação urbana não pode ser desvinculada do desenvolvimento urbano." (MARICATO, 2019, s.p.).

Essas palavras da autora, comparadas ao recorte geográfico desta pesquisa, retratam a situação da comunidade de SM em Marilândia. Nesse sentido, Buonfiglio (2018) complementa a discussão quando afirma que há uma clara contradição entre a habitação como necessidade social e básica e a habitação como mercadoria cara e inacessível, resultando na realidade brasileira da autoconstrução da moradia em lote precário, irregular e periférico (BUONFIGLIO, 2018).

Assim, a habitação também pode ser discutida e analisada pelo viés do déficit habitacional, como vimos acima e, principalmente, para o caso do acesso das populações vulnerabilizadas à habitação como necessidade e direito. Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional é composto, primeiramente, por domicílios precários, improvisados e rústicos; em segundo lugar, por coabitação (unidades domésticas e domicílios formados por cômodos); e, por último, por domicílios com elevado custo de aluguel (ônus excessivo com aluguel urbano). Tal como na citação abaixo:

> O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021, p.13)

Nesse enfoque, o déficit habitacional pôde ser observado em SM considerando a precariedade de algumas edificações e a coabitação. Contudo, cabe mencionar que o valor imobiliário em SM é menor se comparado com o do centro da cidade de Marilândia.

Outra autora que discute o termo habitação como mercadoria e déficit habitacional é Rolnik (2018), que dialoga com o pensamento de Buonfiglio (2018). Ela compreende que as necessidades habitacionais não se resumem à construção de moradias.

> A nossa crítica em relação a esse conceito (déficit habitacional) é o pressuposto dele. Quem disse que as necessidades habitacionais dos brasileiros e brasileiras se resumem ao acesso à casa própria individual nova, construída por uma construtora ou por uma agência público-privada? Fazer isso nos impede de pensar alternativas de acesso à moradia. E mais do que isso: muitas das pessoas hoje moram muito mal. Não exatamente em função das condições específicas da casa, mas dos bairros onde elas vivem. (ROLNIK, 2018, s/p)

Rolnik (2018) explana ainda a necessidade de observar as “deficiências” habitacionais da população, principalmente nos aspectos da urbanização e infraestrutura urbana. É preciso melhorar o local onde se vive, pois a problemática da deficiência habitacional pode não estar conectada diretamente à falta de moradia, mas ao contexto no qual ela mesma está localizada.

A habitação abordada como direito humano se insere basicamente como parte dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente, relacionando-se com a dignidade humana. Assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à moradia é uma atribuição comum à União, aos estados e municípios conforme aponta o texto constitucional no seu Art. 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: **IX** - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. (BRASIL, Constituição, 1988)

Em outras palavras, entende-se que o direito à moradia é um direito fundamental, civil, político, econômico e social e, como direito social, amplia-se aos direitos coletivos. Apesar de ser reconhecido internacionalmente, o direito à moradia digna e adequada continua não sendo cumprido na realidade brasileira, já que os problemas de

vulnerabilidades urbana/social continuam sendo vislumbrados, como o caso da comunidade de SM abordado nesta pesquisa.

Buonfiglio (2018) ainda complementa que o direito à moradia corre o risco de se tornar um direito social vago se depender apenas de instrumentos urbanísticos, técnicos ou textos legais. Consequentemente, deve-se compreender quais são os obstáculos que impedem o acesso a esses direitos (BUONFIGLIO, 2018), incluindo o modo pelo qual as políticas públicas facilitam ou não o acesso à habitação de interesse social em particular, especialmente no tocante à participação popular no seu debate.

A definição do termo habitação é, por fim, problematizada na dimensão das políticas públicas. Todavia, o que são as políticas públicas? Buonfiglio (2018) afirma que as políticas públicas surgem da formação da política social através de um exercício de racionalidade e de capacidade na definição dos interesses – mediados por mecanismos individuais e coletivos (BUONFIGLIO, 2018). Nesse contexto, Maricato (2019) analisa criticamente as políticas públicas de habitação no Brasil. Dentre as principais políticas públicas habitacionais brasileiras, Maricato (2019) destaca: o Higienismo (1889-1930), os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAP (1930-1964), a Fundação Casa Popular- FCP (1946-1964), Banco Nacional de Habitação- BNH (1964-1986). Apontando suas principais falhas, ela advoga que, além de deteriorarem o problema da moradia, criaram cidades dispersas. Para essa autora, os programas nacionais "...investiram muito na cidade sem discutir a política pública urbana…" (MARICATO, 2019, s. p.).

Complementando a lista acima de políticas públicas, vale citar os programas mais atuais implementados pelo governo federal: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (2009-2020) e o Casa Verde e Amarela, sancionado por meio da Lei 14.118/21. No recorte desta pesquisa, vale destacar o impacto do PMCMV que permitiu durante um tempo o acesso de uma camada expressiva da população à casa própria. Em SM, esse impacto não foi tão visível por conta da legalidade dos instrumentos de posse dos terrenos urbanos. Em termos concretos, as políticas públicas podem ser vistas como uma solução aos problemas habitacionais afetando a coletividade apesar da crítica da autora e da complexidade da realidade urbana brasileira.

Ao longo da história brasileira da política de moradia, diferentes termos foram atribuídos aos programas voltados para esse setor: habitação popular, política

econômica, habitação social, habitação de baixa renda e, mais recentemente, o termo habitação de interesse social (BUONFIGLIO, 2018). É nessa síntese contraditória que navegamos, refletindo sobre habitação de interesse social e o direito à cidade

2.2 A HABITAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E CAPIXABA

Para discutir o conceito de habitação social, buscou-se estabelecer um diálogo com Bonduki (2011), que faz uma análise das origens da Habitação Social no Brasil, utilizando o caso de São Paulo, a maior capital do Brasil, onde se concentram as maiores situações de vulnerabilidades urbanas. Em contraponto à situação dessa capital, trazemos a discussão para o território capixaba, estado onde se insere o estudo de caso desta pesquisa. Com o objetivo de trazer um olhar para essa realidade mais próxima, dialogamos com alguns autores como Siqueira (1980), Dias (2008) e Diniz e Ribeiro (2015) entre outros que abordam a problemática espírito-santense. Trazendo o contexto da cidade de São Paulo para discutir as origens da Habitação Social no Brasil**,** Bonduki (2011) mostra que, no estado em questão, as habitações sempre existiram; no entanto, só passaram a representar um problema para as autoridades em meados de 1880. Isso ocorreu quando começaram a aparecer atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro – com a extraordinária expansão do mercado e uma aglomeração de trabalhadores mal alojados, o que ocasionou uma ameaça grave à saúde pública (BONDUKI, 2011).

Os dados demográficos apontaram que naquele momento houve uma aceleração do crescimento populacional e uma estruturação dinâmica do mercado de trabalho, exigindo moradias de baixo custo na capital (BONDUKI, 2011).

Assim, as fazendas de café passaram a adotar mão de obra assalariada por volta dos anos 1880, intensificada com a chegada dos imigrantes posteriormente (BONDUKI, 2011). No período de 1886 a 1900, eclodiu, na capital paulista, a primeira crise habitacional, gerada por uma carência de habitações que fez com que diversas famílias se dirigissem para outros lugares (BONDUKI, 2011). Dessa forma, São Paulo expandiu-se em todas as direções com loteamentos de chácaras e abertura de novos bairros, fazendo com que os habitantes da cidade que, anteriormente, podiam fazer

tudo a pé, passassem a necessitar de transportes para percorrer quilômetros até os seus empregos (BONDUKI, 2011).

Trazendo para o cenário capixaba, não tão distante do processo que Bonduki descreve acima, Siqueira (1980) afirma que:

> o estado do Espírito Santo possuía como característica econômica o cultivo de café, conforme registra Siqueira: O café influenciou profundamente a evolução da economia do Espírito Santo nos últimos anos do século XIX e no início do século XX. [...] Cultivado para fins de exportação, o café expandiu-se no território capixaba, constituindo sem dúvida um dos principais fatores do crescimento socioeconômico do Espírito Santo. Em termos de infraestrutura socioeconômicas, quase tudo que se fez no Estado foi produto do café; não se pode contestar que ele foi o ouro verde que provocou a abertura de estradas e, naturalmente, gerou recursos para o desenvolvimento do ES. (SIQUEIRA, 1980, p. XX).

Complementando, Dias (2008) descreve o processo histórico capixaba dos anos 1966 e 1967, quando o Governo Federal promoveu a erradicação de 185 milhões de pés de café, representando cerca de 45% do total existente no Espírito Santo. Essa erradicação se deu com a necessidade de eliminar uma espécie de café com qualidade inferior. Como consequência dessa erradicação, 50 mil empregos rurais foram extinguidos, e cerca de 150 mil habitantes migraram do campo para as cidades em busca de trabalho. A opção de moradia para esses novos moradores da capital, a grande maioria sem condições de adquirir sequer terreno para autoconstrução, foi a ocupação irregular de morros e mangues (DIAS 2008), áreas de risco e de preservação permanente segundo a legislação brasileira.

Assim, seja na capital de São Paulo ou na capital do Espírito Santo, os problemas urbanos que passam a ocorrer após a acelerada ocupação urbana por conta do êxodo rural são os mesmos, mas em escalas e proporções distintas, assim como períodos históricos distintos. Dessa forma, Bonduki (2011) comenta que loteamentos irregulares deram origem a diversas intervenções urbanas, tais como o calçamento de vias, canalização de córregos, drenagem de brejo e várzeas, controle de enchentes, entre outras, acarretando transformações da paisagem urbana original.

Além das dificuldades citadas e diante da rápida expansão urbana, houve um grande desinteresse por parte do poder público para atender às solicitações e demandas populacionais. Durante esse período de crescimento urbano, os problemas que mais

preocupavam as autoridades eram as condições higiênicas das habitações devido aos diversos surtos epidêmicos nas cidades brasileiras (BONDUKI, 2011).

Bonduki (2011) retrata que, nesse período histórico assinalado, a documentação e os registros divulgados revelam o empenho apenas da elite em construir uma cidade moderna com aparência europeia. Dezenas de autores e de viajantes retrataram variados aspectos da cidade de São Paulo: a sua indústria, o seu comércio, as famílias importantes, entre outros. Contudo, não retrataram as condições dos alojamentos dos trabalhadores, invisibilizando-os. Dessa forma, revela-se que, se as habitações populares não representassem um risco à saúde pública e às condições sanitárias da cidade, nada ou pouco teria sido documentado sobre elas. As doenças levaram os higienistas a buscarem formas de controle sanitário, identificando na cidade e nas moradias as causas das enfermidades (BONDUKI, 2011).

Essa mesma política higienista afeta Vitória, porém de forma mais tímida. Diniz e Ribeiro (2015) retratam que a ocupação espacial de Vitória nos primeiros séculos da sua história se restringiu ao seu núcleo histórico situado na área de topografia acidentada de seus morros. As edificações eram construídas em ladeiras estreitas e tortuosas, evitando o risco dos alagamentos devido à alta das marés (DINIZ E RIBEIRO 2015).

Os autores ainda contam que o custo para a realização das obras de saneamento, abastecimento d'água e instalação de redes de esgoto implicava vencer acidentes geográficos ou contornar grandes áreas, o que as tornavam incompatíveis com os recursos disponíveis na época. A geografia da ilha de Vitória ainda era fator agravante; a ligação e o acesso ao continente se faziam somente por via marítima ou pela Ponte da passagem, a primeira ponte construída para esse fim (DINIZ E RIBEIRO 2015).

Voltando ao caso paulista, o advento da cólera trouxe uma oportunidade para os higienistas atuarem na ocupação do espaço urbano. fazendo com que, a fim de controlar os focos da doença, parte dos imigrantes foram obrigados a se mudarem para o interior do Estado ou para outros locais da capital (BONDUKI, 2011).

É necessário lembrar que, naquele momento, predominavam os aluguéis das moradias para a maior parte da população pobre, visto que não havia uma preocupação do Estado em construir habitações para essa camada da população. Sem uma intervenção do poder público, a iniciativa privada lucrava com a falta de

moradia própria. Com o objetivo de eliminar as habitações precárias, a concessão de favores ao setor privado foi a única medida aceita para incentivar a produção habitacional (BONDUKI, 2011). Naquele momento, o cenário revela a rejeição da ideia de produção de moradias por órgãos governamentais, bem como a falta de legislações que regulamentem a relação entre locadores e inquilinos, fato estes que traduzem a consequência da pressão dos interesses do mercado de aluguéis (BONDUKI, 2011). A construção de casas pelo Estado só foi adotada posteriormente, já no período do governo Vargas.

As vantagens de construção dessas habitações pela iniciativa privada foram acolhidas por todos. Para os empreendedores, os lucros seriam aumentados; para o poder público, era uma forma de mostrar a melhoria das habitações dos pobres sem gastos dos seus cofres; para os higienistas, era a oportunidade de difundir um padrão de habitação (BONDUKI, 2011).

As vilas operárias surgem baseadas nas casas unifamiliares, um modelo de habitação econômica e higiênica, havendo incentivos fiscais e de isenção de impostos de materiais (BONDUKI, 2011). Essas vilas foram formas mais significativas do setor de habitação popular até a década de 1930. É possível notar, nesse contexto, que as ações advindas ao longo da história revelam que não há um empenho do poder público em assegurar condições dignas das populações mais vulneráveis. Nota-se que o acelerado crescimento populacional resguardou a classe alta em contraposição à penalização sofrida pelos trabalhadores assalariados desassistidos no momento da crise na saúde pública paulista. Além disso, o primeiro passo para que houvesse a construção de moradias populares adveio de benefícios lucrativos dados à iniciativa privada, observando um afastamento do Estado quanto à garantia desse direito.

Diante do cenário histórico brasileiro já apresentado, faz-se necessária a compreensão de como se desenvolveram os próximos eventos da política de habitação social ao longo da história, e como se desenvolveram os primeiros modelos de habitação social no Brasil e no cenário capixaba, recorte geográfico desta pesquisa.

A temática da habitação passa neste momento para o período da ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945), período da história no qual a discussão acerca da habitação social tomou força jamais vista.

Duarte (2013) relata em seu artigo que até 1930 o problema da habitação popular foi historicamente relegado pelo Estado. É a partir da década de 1930 que entra em cena a ideologia da casa própria, reforçando o argumento da importância da habitação para o trabalhador, ainda que com um caráter de controle social. A autora retrata uma mudança no papel dos estados em relação às décadas anteriores e a significação da casa própria para o trabalhador, servindo de âncora para a política pública existente. (DUARTE, 2013). Já Bonduki (2011) destaca o primeiro grande conjunto habitacional construído no Brasil, localizado em Realengo, no Rio de Janeiro em 1941 (BONDUKI, 2011).

Essa preocupação com o setor habitacional que nasceu na era Vargas surgiu em decorrência da crise de moradia que assolou o país. É importante destacar que a crise afetou não somente a população de baixa renda, como também a massa operária, grande parte da população de classe média e formadora de opinião – que até então morava predominantemente em casas de aluguéis (BONDUKI, 2011).

No contexto dessas questões, situamos nossa discussão sobre as primeiras tentativas de políticas habitacionais populares implementadas no Brasil. No cenário capixaba, recorte geográfico dessa pesquisa, Dias (2008) relata que:

> A primeira iniciativa aconteceu durante o governo Jerônimo Monteiro, entre os anos 1908 e 1912, em que foram construídas casas para os funcionários públicos no Parque Moscoso. Depois, entre os anos de 1924 e 1928 (governo Florentino Ávidos), também foram edificadas moradias para funcionários públicos no bairro de Jucutuquara. Somente em 1951, durante a administração de Jones dos Santos Neves, com a finalidade de constituir um bairro operário, destinado a trabalhadores da Vale do Rio Doce, foi construído um conjunto residencial no município de Vila Velha, no bairro hoje conhecido como IBES. (DIAS 2008)

As vilas operárias no ES eram produzidas por companhias privadas e tinham como principal característica atender os funcionários de tais empresas. Baltazar (2021) relata que, em São Paulo, a Vila Maria Zélia, inaugurada em 1917, tinha a mesma ideia e servia como uma espécie de moeda de troca entre o patrão e o empregado. Na lógica capitalista, o chefe mantinha o operário a seu dispor, pois as vilas, em sua maioria, estavam no entorno das fábricas, facilitando a manutenção do proletário à disposição do capital como uma forma de controle. (BALTAZAR, 2021)

Algumas Vilas contavam com equipamentos sociais, por isso o operário e sua família não necessitavam sair daquele espaço para realizar qualquer atividade. Apesar de

possuírem um carácter “controlador”, as Vilas Operárias emergiram com um ponto de vista importante, da moradia integrada, com acesso a serviços, reproduzindo o mesmo modo de pensar, de forma simplista, da moradia integrada à cidade. (BALTAZAR, 2021)

Em outras palavras, era interessante para o governo resolver os problemas habitacionais que assolavam o país, assim como os problemas sanitários e de infraestrutura. Em contrapartida, as vilas operárias eram vistas como uma solução para os empresários que mantinham “controle” sobre os funcionários; era uma via de mão dupla, um modelo de política pública que atendia à demanda da classe vulnerável e da indústria em desenvolvimento.

Esse modelo de habitação coletiva para funcionários foi um ensaio de políticas públicas com o intuito de amenizar os problemas habitacionais que assolavam o país. E conforme explanado anteriormente, a maior parte da população encontrava-se em moradias alugadas naquele período.

Dessa forma, no ano de 1942, o governo interferiu nessa forma de mercado através da Lei do Inquilinato, congelando todos os aluguéis com a desculpa de que o país vivia uma emergência devido à Segunda Guerra Mundial. A lei perdurou até meados de 1964. (BONDUKI, 2011).

Bonduki (2011) retrata que a aquisição da casa própria por parte do trabalhador era possível desde que ele aceitasse morar na periferia, isto é, longe do centro e do local de trabalho. Para o trabalhador, a solução mais viável era construir sua casa na zona rural ou em áreas periféricas, em loteamentos precários recém-construído por especuladores, necessitando de transporte e alto custo para se locomover até a cidade, já que não havia transporte público naquela época (BONDUKI, 2011).

Ocorreu, então, uma reforma dos transportes coletivos, na qual, a substituição progressiva dos bondes por ônibus, foi fundamental para a ocupação da periferia (BONDUKI, 2011).

Assim, os debates sobre habitação na década de 1940 construíram estratégias para alcançar o objetivo da casa própria para os trabalhadores, um modelo que interessava às elites (BONDUKI, 2011).

Nota-se que, naquele momento, passaram a vigorar ideias que tinham como objetivo resolver os problemas da questão habitacional, ainda que os interesse das elites

perdurassem naquele período, embora já existisse ampla discussão sobre as habitações sociais no campo político e científico da época.

Os primeiros movimentos no setor das políticas públicas foram financiados pelos órgãos federais que atuaram no setor da habitação social.

De acordo com Bonduki (2011), o Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPS) e a Fundação da Casa Popular foram responsáveis pela atuação do Estado na produção direta de conjuntos habitacionais. No final do Estado Novo, o país esteve prestes a criar uma política habitacional consistente, no entanto ela não pôde ser concretizada devido aos interesses econômicos e corporativos, consequentemente, pelo fim do próprio governo Vargas. (BONDUKI, 2011).

Baltazar (2021) complementa os relatos de Bonduki e afirma que:

> O surgimento dos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões), na Era Vargas, possibilitou a estabilização da previdência social, no país, para os trabalhadores formais, com carteira assinada, e tornou-se uma forma de resguardo para a classe trabalhadora formal. A contribuição dos assalariados provinha de desconto em folha de pagamento. (BALTAZAR, 2021)

Bonduki (2011) descreve que a atuação dos IAPs no campo habitacional também ocorreu após 1937, período em que metade das suas reservas poderiam ser destinadas para o financiamento de construções habitacionais. A taxa de juros foi reduzida, os prazos de pagamento aumentados e houve elevação do limite máximo de financiamento (BONDUKI, 2011).

Foi assim que surgiram as políticas habitacionais no Brasil. Os IAPs operavam segundo três planos, a saber: Plano A – locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com objetivo de proporcionar aos associados moradias dignas, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido; Plano B – financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio; Plano C – empréstimos hipotecários concedidos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente (BONDUKI, 2011).

Nesse sentido, os planos A e B possuíam objetivo social e, ainda que tenham atendido associados de alta e média renda, sua implementação foi responsável por concretizar uma política de habitação social no Brasil (BONDUKI, 2011).

Já o plano C, o objetivo era assegurar máxima rentabilidade para reservas, isto é, havia uma preocupação em manter a estabilidade econômico-financeira das instituições previdenciárias (BONDUKI, 2011). Esse plano financiava construções como asilos, indústrias, além dos edifícios para as classes média e alta, que foram a principal inversão, atingindo 80% do total (BONDUKI, 2011).

Baltazar (2021) confirma esse diálogo com Bonduki quando afirma que, incontestavelmente, o advento do IAP pode ser considerado um avanço, no cenário habitacional, embora apresentasse lacunas em sua materialização, por não ter um atendimento prioritário aos operários de baixa renda, bem como manter um atendimento exclusivo aos associados (BALTAZAR, 2021).

Outro fator relevante sobre tais políticas é que os institutos criados foram essenciais para a viabilização das incorporações imobiliárias, já que os financiamentos possibilitaram um processo intenso de verticalização e especulação imobiliária, tomando conta das cidades. (BONDUKI, 2011).

Assim, havia uma polêmica entre a rentabilidade ou função social dos investimentos, como uma disputa pelos recursos públicos entre aqueles que lutavam por uma política social de habitação e os incorporadores imobiliários privados interessados na compra e venda de imóveis de luxo (BONDUKI, 2011).

A estruturação dos AIPs gerou uma diferenciação entre as próprias categorias profissionais, isto é, os bancários eram uma categoria privilegiada, recebendo salários médios muito superiores aos dos demais trabalhadores e, dessa forma, o IAPB proporcionou a estes um atendimento habitacional melhor, e cerca de 54 mil associados foram beneficiados pelos planos A ou B (BONDUKI, 2011).

Nota-se então que algumas categorias foram privilegiadas, enquanto ocorria uma exclusão social já que a atuação dos institutos permaneceu restrita e insuficiente para atender às necessidades do país, excluindo o trabalhador rural e os trabalhadores informais urbanos (BONDUKI, 2011).

Baltazar (2021) descreve que, em 1946, no governo Dutra, foi instituída a Fundação Casa Popular (FCP), o primeiro órgão federal destinado exclusivamente ao fomento habitacional e urbano, entretanto a FCP desprovida de recursos financeiros era dependente economicamente das “sobras” da União. (BALTAZAR, 2021)

A Fundação da Casa Popular (FCP) foi criada após a turbulência do período pós-guerra. Nos 18 anos de sua existência, a FCP, primeiro órgão criado no âmbito federal com a atribuição exclusiva de solucionar os problemas habitacionais, produziu 143 conjuntos com 18.132 unidades habitacionais (BONDUKI, 2011).

No mesmo período, os Institutos de Aposentadoria e Previdência, conforme evidenciados anteriormente, viabilizaram cerca de 123.995 unidades habitacionais, sem contar os milhares de apartamentos de luxo financiados (BONDUKI, 2011).

A ideia de Dutra era construir 100 mil casas populares, criando uma oposição fortíssima por parte da indústria civil, já que acreditavam que um plano grande como o FCP dificultasse a obtenção de materiais de construção para os empreendimentos privados (BONDUKI, 2011).

Apesar das tentativas, o Estado brasileiro não conseguiu substituir os empreendedores privados como provedores das moradias para os trabalhadores, fazendo com que as soluções habitacionais adviessem no autoempreedimento e na autoconstrução, em que os trabalhadores eram os responsáveis pelo financiamento e construção das suas próprias moradias (BONDUKI, 2011).

Na segunda Administração Vargas (1951-1954), o cenário não sofreu grandes avanços. Baltazar (2021) relata que a FCP não proveu de dotações orçamentárias suficientes para articular a demanda da habitação social. Seu sucessor, Café Filho, em decorrência da morte de Vargas, desacelerou ainda mais o ritmo de produção de moradias sociais, pois só contava com recursos oriundos do pagamento realizado pelos compradores dos imóveis. Tal “desvio” corroborou o cenário caótico habitacional. (BALTAZAR, 2021)

> Com a entrada de Juscelino Kubitschek no cenário político e a apresentação do Plano de Metas – “50 anos em 5” —, a questão habitacional não foi uma prioridade de seu governo. Kubitschek avivou a área industrial, o que fez aumentar a migração do campo para a cidade em um cenário desenvolvimentista. (BALTAZAR, 2021)

No governo de João Goulart (1961-1964), houve inúmeros conflitos entre os setores progressistas e conservadores, que não partilhavam do mesmo discernimento a respeito da habitação popular. O movimento que marcou seu governo foi a remoção de moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, uma área nobre, para um bairro dormitório denominado Cidade de Deus, onde atualmente residem mais de 36 mil pessoas. (BALTAZAR, 2021)

Em 1º de abril de 1964, o país desperta sob a ditadura, regida pelo governo militar. Nesse período, de acordo com Rubin e Bolfe (2014), foi criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), regido pela Lei 4380/64. Essa lei instituiu “a correção monetária e o Banco Nacional da Habitação (BNH), que se tornou o órgão central orientando e disciplinando a habitação no País” (LEI 4380/64). Nessa época os conjuntos habitacionais podiam ser financiados através do BNH e por grandes indústrias. (RUBIN E BOLFE, 2014)

Maricato (1984) dialoga com esse contexto e afirma que o governo manteve altos indicadores de crescimento econômico e de empregos com investimentos públicos na área de construção. Inicialmente, foram priorizadas as infraestruturas e posteriormente o setor de habitação, mobilidade urbana e saneamento. Destaca-se ainda a criação de dois fundos para o financiamento das obras.

O primeiro foi o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), de caráter público, e o segundo foi o SBPE (Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimos), de natureza privada. Foi denominado como o período do “milagre brasileiro”. (MARICATO, 1984)

Maricato continua seu discurso e complementa que, nesse processo da ditadura, o foco do BNH era atender à população mais pobre, entretanto, ocorreram alguns descompassos em sua missão: “Infelizmente, o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra via instituição da função social da propriedade” (MARICATO, 2013, p. 20)

Durante o regime militar, as fontes de recursos prevaleceram para garantir o financiamento habitacional de longo prazo. Entretanto, esse financiamento não se refletiu em qualidade e sim em quantidade, pois o predomínio do aspecto financeiro sobrepôs a qualidade. Percebe-se a necessidade de uma conexão entre a moradia e cidade, bem como e da política econômica com a política social, e não uma sobreposição dessas questões. (BALTAZAR 2021)

Os autores citados comungam do mesmo entendimento de que o BNH realizou uma produção maciça de unidades habitacionais sem diversidade arquitetônica, com baixa qualidade construtiva e claramente deixando de lado a questão fundiária, fomentando, desse modo, o não acesso à cidade. A construção de conjuntos habitacionais em terras baratas, distantes do centro urbano e desprovidos de infraestrutura, é reflexo da política fundiária do BNH, que não considerou nessa política estabelecer um critério

mínimo de qualidade e acesso a serviços e equipamentos públicos nas terras a serem destinadas aos conjuntos habitacionais.

2.3 POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÃO SOCIAL

É preciso conceituar o termo políticas urbanas, ainda que essa expressão já tenha sido abordada anteriormente no decorrer desta pesquisa. As políticas urbanas, de acordo com Pereira (2018), são consideradas como um conjunto de ações governamentais que tem a função de definir as formas de uso e ocupação do solo, permitindo utilizar estratégias de gestão urbana que permitam a participação direta da comunidade. (PEREIRA, 2018)

Os autores Libório e Saule Junior (2017) compreendem as políticas urbanas no contexto do direito urbanístico como um ramo do direito público, que sistematiza e organiza o conjunto de princípios e normas jurídicas voltadas à organização e planejamento do espaço urbano, tendo como objetivo zelar pelo bem-estar dos habitantes (LIBÓRIO; SAULE, 2017).

Anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito urbanístico brasileiro tinha como objetivo ordenar as cidades brasileiras. Ou seja, o Estado era responsável por editar normas jurídicas para ordenar a ocupação do espaço urbano em localização e uso – lei de zoneamento e as especificações das construções (altura, número de andares, recuos etc.) (LIBÓRIO; SAULE, 2017).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante — o novo texto constitucional trouxe uma previsão explicita do direito urbanístico nos artigos 24, 30, 182 e 183:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> I–Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
> (BRASIL. [CONSTITUIÇÃO, (1988)] p. 30)
> Art. 30. Compete aos Municípios:
> VIII–promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (BRASIL. [CONSTITUIÇÃO, (1988)] p. 33)
> CAPÍTULO II – Da Política Urbana

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
> § 1o O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana
> § 2o A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
> § 3o As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
> § 4o É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
> Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (BRASIL. [CONSTITUIÇÃO, (1988)] p. 113)

De acordo com Pereira (2018), ainda foi necessário esperar o Estatuto da Cidade ser criado, para que os artigos 182 e 183 se concretizassem. O Estatuto da Cidade foi uma espécie de baú de ferramentas para uma política urbana local, que possibilitaria mudar nossas cidades a partir da ideia de uma transformação radical baseada na democratização de acesso à terra urbana e urbanizada. (PEREIRA, 2018)

De forma explicita, entende-se que A Lei 10.257/2001, chamada “O Estatuto da Cidade” foi a responsável por regulamentar o desenvolvimento urbano no país, editando uma série de instrumentos, para a efetivação das diretrizes, princípios e mandamentos encontrados no capítulo "Da Política Urbana", da Constituição Federal de 1988.

Assim, Libório e Saule (2017) fazem uma reflexão sobre como a política urbana ou política de desenvolvimento urbano é materializada na forma de um programa de ação governamental voltado à ordenação dos espaços habitáveis. Esse programa abrange tanto o planejamento quanto a gestão das cidades.

Os autores destacam que o interesse no desenvolvimento das funções sociais da cidade é principalmente dos habitantes da cidade, abrangendo qualquer pessoa ou grupo. E que é dos municípios a responsabilidade de promoção da política urbana,

definindo quais são e de que forma devem ser desenvolvidas as funções sociais da cidade, garantindo o atendimento das necessidades da população e à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais, e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental (LIBÓRIO; SAULE, 2017).

Tonella (2013) dialoga com os autores citados anteriormente em: *Políticas Urbanas no Brasil, e* a autora revela que a questão da política urbana foi traduzida como direito à cidade e à moradia digna, passando, nas últimas três décadas, por intensas transformações – tanto nos marcos regulatórios, quanto na forma de envolvimento de diferentes instituições e sujeitos. Assim, a autora revela que, para implementar uma política urbana vigorosa, é necessária uma quantidade expressiva de recursos públicos e de diretrizes da política pública estruturada, com certa continuidade ao longo do tempo (TONELLA, 2013).

O pensamento de Tonella (2013) faz um diálogo com o que o estatuto da cidade objetiva, principalmente na questão da efetivação dos instrumentos legais de ordenamento territorial, e que os marcos legais que representam a política urbana no Brasil, advém sobretudo das lutas sociais articuladas em torno da derrubada do regime militar ao longo dos anos, contribuindo para que a questão urbana ganhasse a cena política (TONELLA, 2013).

Nesse sentido, é possível compreender que as políticas urbanas nascem como uma tentativa de garantir instrumentos de ordenação territorial com o objetivo de promover a redução dos déficits habitacionais no Brasil, um dos principais problemas sociais enfrentados pelo país.

Em outras palavras, as políticas urbanas são concretizadas principalmente através da regulamentação constitucional e da criação de leis e estatutos. Os Municípios são responsáveis por executar a política de desenvolvimento urbano conforme as diretrizes fixadas em lei, ordenando assim o plano desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantindo o bem-estar da sua população.

Trazendo para o pano de fundo dessa pesquisa, que pode ser a realidade de muitas cidades de pequeno porte do Espírito Santo e do restante do Brasil, onde é possível perceber a ausência de instrumentos que garantam a plena eficácia das políticas públicas municipais, é possível notar os inúmeros problemas urbanos e sociais enfrentados por esses municípios, entre os quais se destacam os problemas das habitações sociais e o pleno direito à cidade dessas comunidades.

2.4 O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade foi um conceito formulado pelo filósofo marxista francês Henri Lefebvre em seu livro “Direito à cidade”, de 1968. Posteriormente, esse conceito foi discutido por David Harvey e ganhou visibilidade, inspirando diversos debates teóricos acerca dessa temática, principalmente nas lutas dos movimentos sociais.

Segundo Lefebvre (2008), o direito à cidade busca a realização da vida urbana como estado de uso, assim como uma configuração elevada aos direitos individuais: “O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (LEFEBVRE, 2008, p. 134)

Lefebvre ainda destaca que a pressão das massas (movimentos sociais) fez nascer um sentimento de reconhecimento de alguns direitos que definem a civilização e progressivamente se incorporam na vida cotidiana. Entre esses direitos destaca-se o direito à cidade (LEFEBVRE, 2008).

David Harvey, geógrafo, marxista inglês, em seu livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana", publicado em 2012, defende a tese de Lefevbre de que a ideia do direito à cidade se dá acerca dos movimentos sociais urbanos em torno das lutas pela vida urbana cotidiana. Para Harvey, o direito à cidade atualmente “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15).

Assim, para Harvey, o direito à cidade, pode se caracterizar como uma expressão de ordem para descrever o movimento e as lutas anticapitalista, e destaca ainda que “tudo depende de quem conferirá ao significante um significado imanente revolucionário, em oposição ao significado reformista” (HARVEY, 2014, p. 244).

Nesse ponto de vista de Harvey o direito à cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28).

A fim de explicitar sua definição para o conceito de direito à cidade, Harvey destaca que o tipo de cidade que queremos está relacionada a que tipo de pessoas que

queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos.

Ao comparar “o direito à cidade” entre os dois autores, observa-se que enquanto Lefebvre (2008) fala da pressão das massas como efeitos sociais sobre o reconhecimento de alguns direitos que definem a civilização da vida cotidiana, afirmando que a urbanização não pode ser compreendida de forma dissociada da industrialização, Harvey dá uma grande ênfase na urbanização, sugerindo em alguns momentos uma relação direta com capitalismo.

Dessa maneira, cabe problematizar a importância que a urbanização assume no pensamento de Harvey, tendo em vista uma maior ênfase dada por ele ao valor de troca em comparação ao valor de uso na vida urbana cotidiana.

Também se observa que a crítica à sociedade capitalista que Lefebvre aponta contrasta com a reivindicação de um direito à participação nos marcos da sociedade capitalista por defendida por Harvey. Embora ambos os autores dialoguem com a perspectiva de uma revolução urbana da sociedade.

Para explorar o conceito de direito à cidade, com ênfase nas questões habitacionais, recorremos a Battaus e Oliveira (2016), que trazem essa conceituação com um olhar do direito à cidade sob o ponto de vista da habitação. O propósito deles no artigo explorado é fazer uma reflexão sobre o direito à cidade, em conformidade com os princípios da política urbana estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e nos instrumentos que decorreram do Estatuto da Cidade. (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

Assim, o direito à cidade enquanto direito metaindividual, advém da preocupação legal de propiciar ao cidadão um ambiente urbano equilibrado, hígido e harmônico. A configuração do território nacional e os costumes impressos na paisagem revelam que, apesar da pluralidade da cultura brasileira, os processos de urbanização recorrentes da organização espacial são postos através das condições socioeconômicas dos seus habitantes. Nesse sentido, o solo urbano é uma mercadoria suscetível às façanhas dos produtores da cidade (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

Em outras palavras, é necessário entender que, o direito à cidade implica a efetividade da dignidade do indivíduo, uma garantia que também é constitucionalmente prevista.

Os movimentos migratórios rurais para as cidades foram expressivos, colocando a população do Brasil em um patamar mais urbano, além disso é notório que a renda salarial dos brasileiros também está nas menores faixas, obrigando essas camadas sociais a assentar nas regiões mais baratas, onde vivem sob condições degradantes sem os mínimos elementos para a qualidade de vida urbana.

Os termos casa, moradia e habitação devem ser distinguidos. Assim, podemos destacar: casa é o ente físico do qual se apropria o ocupante; moradia são os hábitos de uso da casa; habitação representa um sentido mais amplo de ocupação do território urbano pelo cidadão dependendo das características de localização, isto é, quando mais bem equipado estiver o setor urbano no qual está localizada a casa, melhores são as condições de uso da moradia.

Neste viés, os autores retratam que a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições que as originam nas relações de classe e propriedade. A cidade é palco de uma segregação socioespacial nas cidades brasileiras, consolidando o sentido de mercadoria ao solo urbano e promovendo aos grupos benefícios sobre essa lógica de mercado (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, é possível entender o diálogo que esses autores fazem com o pensamento de Harvey e Lefebvre, principalmente no que diz respeito ao direito à cidade como uma luta pela cidadania e pelas transformações socioeconômico-espaciais.

Battaus e Oliveira (20016) defendem o direito a uma vida decente para todos os atores sociais, não importando o lugar – cidade ou campo, já que, mais do que um direito, o que está em jogo é o direito à obtenção de bens e serviços mínimos à sobrevivência, sem a qual a existência não é digna (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

Podemos compreender que embora Lefebvre traga uma concepção filosófica sobre o espaço social, abrangido como produto social, em decorrência das relações sociais, ele conversa com o pensamento de Battaus e Oliveira no momento em que os autores afirmam que “o direito à cidade é a participação numa sociedade de excluídos.” E dialoga com Harvey quando afirma que “O direito à cidade é fruto de uma ambição coletiva que busca fundamento nos direitos humanos, sobrepondo-se à lógica liberal e neoliberal, onde predominam o direito à propriedade privada e o lucro acima dos direitos essenciais para a vida da sociedade” (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

De forma suscinta, pode-se afirmar que a cidade é o anseio consolidado do homem como parte de uma sociedade que também deseja se consolidar. Reivindicar o direito à cidade equivale a reivindicar sobre os processos de urbanização e sobre os modos como as cidades são arranjadas.

É uma utopia pensar que as próximas gerações poderão usufruir do mesmo direito com um ambiente urbano equilibrado e sustentável conforme prega a Constituição Federal desde 1988. Ainda que o Estatuto da Cidade tenha vindo para reafirmar os direitos constitucionais perante a vida urbana, o direito à cidade continua sendo um núcleo político.

A realidade das cidades brasileiras, de forma geral, principalmente as de pequeno porte, abordadas nesta pesquisa, é que permanecem os conflitos de classe. Ainda que todas as diretrizes apontem para a diminuição da pobreza e a manutenção da ordem territorial, é difícil imaginar esse contexto sem os interesses do capital envolvido.

Enquanto isso, a história transcorre, a ação política dos movimentos nada ou pouco resolve, e a comunidade vulnerável continua sem ter os seus direitos.

2.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

Partindo da ideia que todos os cidadãos precisam ter seu direito à cidade, também precisamos compreender que as comunidades situadas em ambientes urbanos precisam ter seus direitos à segurança contra os riscos e aos desastres. Por esta razão, é preciso explanar sobre a conceituação do termo risco visto que essa temática está relacionada à presente pesquisa.

A comunidade de SM localiza-se em uma região acidentada, onde a ocupação urbana acontece às margens de pequenos rios e de encostas, tornando-se vulnerável a inundações e deslizamentos dos taludes. Em outras palavras, elas estão expostas à ameaça, ao risco e aos desastres.

De acordo com Adams (2009, p.111), “O risco, segundo a definição mais encontrada na literatura sobre segurança, é a probabilidade de um evento futuro adverso multiplicada por sua magnitude”. Contudo, em função da sua complexidade, é preciso reconhecer a influência dos processos socioambientais frente a intensidade de

fenômenos de caráter mais extremo na discussão dos conceitos desta área temática como ameaça, vulnerabilidade e risco, o quais são base para se pensar ações de prevenção e recuperação.

Segundo Trajber, Olivatto e Marchezine (2021), no Brasil, a exposição da população aos riscos e aos desastres se refere à uma conjugação de fatores naturais e antrópicos. Tal como na citação abaixo, o risco seria uma probabilidade e o desastre a sua concretização considerando as múltiplas vulnerabilidades de um território:

> 1. "O risco é a probabilidade de que a população e seus bens materiais sofram consequências prejudiciais ou perdas (mortes, lesões, danos em propriedades, interrupção de atividade econômica etc.) diante do impacto de ameaças naturais (terremotos, ciclones etc.), ou antropogênicas (consequência das atividades humanas como industriais: poluição, explosão etc.). Risco é uma possibilidade de dano, não significa desastre. O desastre é um risco que se concretizou, sendo que sua intensidade depende de condições de vulnerabilidade em interação com as ameaças." (Trajber, Olivatto e Marchezine, (2021)] P.03)

Quando refletimos sobre desastre geralmente relacionamos à catástrofe, à destruição, independente da origem do fator detonador, porque risco, vulnerabilidade e desastre são fenômenos complexos, multifatoriais. Em termos práticos, quando o desastre acontece, a comunidade com a ruptura causada (Valêncio, XXXX), que pode se resumir a uma interrupção de vários serviços relacionados à logística da saúde, educação ou ainda da infraestrutura local. Também precisamos destacar que os desastres ocasionam perdas socioambientais irreparáveis, da morte de pessoas inocentes à degradação de elementos naturais. Sendo assim, o desastre é o resultado da combinação do risco/perigo, condições de vulnerabilidade e da incapacidade de gerir medidas para reduzir os potenciais de risco no local.

De acordo com Damacena, Oliveira e Dörr (2017, p. 271) nem toda ocupação de área de risco é uma escolha de responsabilidade exclusiva do indivíduo, isso porque, na maioria dos casos, tal decisão representa a ausência da possibilidade de escolha. Os autores complementam ainda que o perfil das pessoas mais sujeitas a ocuparem essas áreas de risco com fins de moradia se relaciona a "... um contexto social discriminatório, tendo em vista que essas áreas são habitadas por uma concentração de pessoas de rendas ínfimas, baixos níveis de escolaridade e saneamento". Tal

situação demonstra uma identidade social diretamente relacionada a situações econômicas de precariedade e consequentemente, ligada a uma maior vulnerabilidade a riscos. A conjugação de fatores socioeconômicos propicia a exposição a desastres, muitas vezes, de maior magnitude (DAMACENA; OLIVEIRA; DÖRR, 2017, p. 276)

Para complementar o contexto no qual este processo se insere, De Budin Poli (2006) afirma que as áreas são ocupadas com autoconstruções, muitas vezes, de caráter precário, em encostas de morros, margens de cursos d'água, resumidamente, em áreas de risco. Neste contexto, o autor se remete ao projeto de garantia de moradia para esta população socioeconomicamente vulnerabilizada: "Em um país que concentra renda, com corrente migratória rural para o território urbano (baseada na miragem de emprego, melhores condições de vida, acesso à educação e serviços de saúde, dentre outros privilégios da vida nas cidades), a forma de garantir moradia acaba sendo a ocupação irregular, individualmente ou em grupos organizados" (DE BUDIN PIOLI, 2006, p. 46).

Para completar esse debate conceitual sobre o termo os riscos, vale lembrar do Marco de Ação de Sendai 2015-2030, internacionalmente adotado como novo paradigma para redução de riscos de desastres nos países membros das Nações Unidas. O seu modelo estabelece como uma de prioridade ações voltadas para a compreensão do risco de desastres em todas as suas dimensões, ou seja, aquelas associadas à vulnerabilidade, capacidade de resposta, exposição de pessoas e bens, características dos perigos e do meio ambiente (SENDAI..., 2015). O objetivo principal do Marco de Ação de Sendai é aumentar a resiliência das comunidades frente aos desastres, focado e orientado para o futuro visando a redução considerável das perdas ocasionadas por desastres, de vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais. Existem ainda outros documentos em nível nacional compondo um quadro de instrumentos normativos brasileiros que busca estabelecer conexões entre a prevenção de desastres com áreas de políticas públicas setoriais como a educação ambiental, as mudanças climáticas, ou direitos humanos. O que se preconiza, enfim, é a ação educativa frente à necessária sustentabilidade do desenvolvimento, porque entende-se que prevenir e reduzir as situações de risco ainda é mais viável do que arcar com as consequências dos mesmos.

Um ponto bastante ressaltado em documentos internacionais e na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é a necessidade de implementação da gestão de risco. Acredita-se que conhecer as características da população e das moradias inseridas em áreas de risco é imprescindível para a adequação da gestão do risco à prevenção e resposta aos desastres visando a consequente redução de danos humanos e materiais em todo o território. Salienta-se ainda que o risco de desastres representa um grande desafio à capacidade humana de forma ampla e abrangente. A comunidade de SM, objeto de estudo dessa pesquisa, compõe em seu território fragmentos de áreas localizadas em locais com potencial de risco de desastre, que no desenrolar desse estudo será apresentado conforme coleta de dados durante o trabalho de campo.

De acordo com Trajber, Olivatto e Marchezine (2021), atualmente os riscos estão aumentando em razão de múltiplos fatores conjugados como alterações climáticas, pobreza, falhas na gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas. Partindo dessa compreensão de riscos, entende-se que seus aspectos vão além das condições ambientais. Por esse motivo, optamos pelo uso do termo risco socioambiental, pois é multifatorial, podendo ser desencadeado por um evento de caráter natural, como chuvas intensas, conjugado e agravado pelos de usos e ocupações do solo inadequados. As possíveis consequências como inundações e deslizamentos de terra estão envolvendo uma série de fatores socio econômicos em função do caráter desenvolvimentista de políticas territoriais.



HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA URBANA DE MARILÂNDIA E DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS

3 HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA URBANA DE MARILÂNDIA E DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS

Neste capítulo, podemos compreender a conceituação de memória para a constituição histórica das cidades, a história do município de Marilândia, suas vulnerabilidades, assim como suas peculiaridades e a inserção da comunidade de São Marcos no contexto urbano e político local.

3.1 MEMÓRIA COMO RECURSO PARA A HISTORIOGRAFIA DA CIDADE

O conceito de memória aborda diferentes tipos de contextos, seja no âmbito do intelecto humano ou na identidade social de um indivíduo. O autor que empregou o conceito de memória foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, e ele concebe essa teoria como um fenômeno inteiramente coletivo. Halbwachs foi influenciado pelo sociólogo Durkheim (1999), que também já afirmava em seu livro" Da Divisão do trabalho social" que "A memória não pode ser concebida como algo meramente biológico, mas como um fenômeno que se alia, portanto, à dimensão do vivido e com as experiências vividas." Além disso, Durkheim (1999) entende ainda a consciência coletiva ou consciência comum como "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade" (DURKHEIM, 1893/1999, p. 50).

Halbwachs compreende que a memória pode ser estabelecida na relação entre as pessoas, tendo em vista que elas também estão inseridas em um meio social, em que diversos fatores ocorrem, à medida que essas relações potencializam a construção da recordação. Desse modo, esse autor explana em seu raciocínio que a memória coletiva depende dos grupos e dos contextos sociais em que se vive, bem como do tempo e do espaço em que as relações se desenrolam. (HALBWACHS 1950/2006)

Com base no conceito durkhemiano juntamente como o de Halbwach, fazemos emergir a ideia de memória como algo vivido coletivamente, ou seja, como uma experiência coletiva vivenciada por uma comunidade.

Com intuito de analisar o conceito de memória como algo ainda mais objetivo, Mourão e Faria (2015) conceituam a memória como a capacidade que os seres vivos possuem de adquirir, armazenar e evocar informações (MOURÃO; FARIA, 2015).

Apesar de uma definição aparentemente simples, a memória é um dos mais importantes processos psicológicos, pois, além de ser responsável pela identidade pessoal e por guiar o dia a dia dos seres humanos, também tem como função executiva o próprio aprendizado (MOURÃO; FARIA, 2015).

Diariamente fazemos o uso desse recurso cognitivo. Por exemplo.: se entramos no carro para nos dirigirmos à faculdade, temos que lembrar qual é o local para onde estamos indo. Lembrar envolve diretamente a memória, porque sem ela sequer saberíamos os locais dos nossos empregos, de nossa casa ou que estamos cursando uma faculdade (MOURÃO; FARIA, 2015).

No entanto, com vista a compreender o papel da memória para constituição histórica, considerando o exemplo do caso concreto de SM, podemos recorrer a Siman (2008). O objetivo da autora foi desenvolver uma argumentação de que a história das cidades é elaborada por meio do diálogo entre memória e história, podendo oferecer possibilidades de aprendizado quando nas memórias nos perdemos e nos reencontramos, como num tempo labiríntico (SIMAN, 2008).

SIMAN (2008) nos chama atenção quando explora as possibilidades da relação história e memória para o ensino da história das cidades. Nesse sentido, seu pensamento se conecta com esta pesquisa de cunho qualitativo, que tem o objetivo de realizar entrevistas com os moradores locais de Marilândia para compreender como os seus territórios sofrem transformações históricas e como essas mudanças se inserem nas memórias dos recordadores sobre a formação da cidade, mais especificamente de SM.

A autora revela que entre a história e a memória há um sentido histórico social e não linear do tempo; isto é, o lugar de um tempo não é representado por uma reta, mas como um labirinto cheio de sinuosidades (SIMAN, 2008). Assim, consideramos que essas sinuosidades são permeadas por momentos de transformação territorial por parte de intervenção tanto do poder público, através das políticas públicas, quanto da população, com o processo de uso e ocupação do solo de um dado território.

Para compreender esse “tempo labiríntico”, é preciso aprender, segundo Siman, a decifrar sinais, indícios e as mais aparentes insignificâncias que possam ocorrer, tais

como: o rosto daqueles que circulam as ruas no presente, os gestos, esquecimentos, pausas, olhares, um pedaço de papel retirado da gaveta, as ruínas presentes no espaço da cidade, aos sinais escondidos pelas camadas das intervenções humanas. A leitura de tais sinais, pelo pesquisador, requer o desenvolvimento das sensibilidades auditivas, visuais e táteis, por meio de uma observação minuciosa, da curiosidade pelo inusitado e pelo desconhecido, pelo que é desconexo e estranho (SIMAN, 2008). Em outras palavras, o pesquisador deve se colocar à escuta do outro sujeito, que, no caso presente, é o morador/ recordador de um dado território.

Desse modo, para complementar o raciocínio de Siman, vale retomar Halbwachs quando afirma que:

> "Para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, são necessárias [...]" "[...]acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo assim reconstituir toda sequência de atos dentro das circunstâncias definidas." (HALBWACHS, 1950/2006, p. 27)

Os autores se complementam quando exploram que as memórias coletivas estabelecem indícios para construção histórica de uma comunidade, mas antes de qualquer coisa, é preciso entender que toda essa construção junto de si aspectos pessoais do contexto vivido por cada narrador/recordador.

No processo de escuta do outro, as narrativas, ao serem abertas, múltiplas, sem enquadramento, exercem o poder de incitar novas perguntas, levando o pesquisador bem como o próprio morador/recordador a se surpreenderem, se espantarem, a suspeitar dos fatos narrados e, assim, buscar outros indícios para que seja possível decifrar as relações, através de chaves de interpretação entre a história e a memória (SIMAN, 2008).

Ao indagar outros habitantes daquela cidade, seja cidadão comum, sejam os políticos, o pesquisador reconhecerá como os moradores / recordadores lidam com o passado, com o próprio presente e com as expectativas de futuro.

O narrador contará o processo, a travessia e o desfecho, fazendo emergir relações pouco exploradas e, algumas vezes, perdidas no tempo. Ao relatarem os acontecimentos, ligam do início ao fim, o passado ao presente apontando para um

futuro possível ou desejável. A poluição do rio, a devastação da natureza, a expropriação da terra que cultivava, ganha, hoje, densidade maior, já que representam as vulnerabilidades, as perdas, as dificuldades realizadas para alcançarem o que pretendiam (SIMAN, 2008). Fazendo referência ao pensamento de Halbwachs, onde ele menciona que a memória coletiva depende dos grupos e dos contextos sociais em que se vive bem como do tempo e do espaço em que as relações se desenrolam: "nota-se que a memória coletiva reporta sempre a um componente afetivo e relacional às vivências, de modo que esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam" (HALBWACHS, 1950/2006, p. 37)

Enfim, a história oral conta menos sobre eventos e mais sobre significados, pois existem nela grandes subjetividades, contando não apenas o que o povo fez, mas também o que queria fazer. (SIMAN, 2008). Nesse sentido, os "buracos" deixados pelo esquecimento, as vozes do passado no presente e na memória podem levar a rever as interpretações existentes, a reordenar o que está ordenado, iluminando novos fatos e repensando a história como um campo de possibilidades (SIMAN, 2008).

Ainda é possível construir essa história numa linguagem coloquial, carregada de imagens visuais, de referências espaciais e materiais, o que não só facilita a apreensão da história narrada, mas também desperta emoções, prazer, sofrimento, solidariedade e inúmeros outros sentimentos e atitudes (SIMAN, 2008).

Sendo assim, percebemos que todas as memórias evocadas durante um processo de reconstrução histórica de um território podem trazer além de histórias vividas de uma sociedade e de uma comunidade; também podem revelar sentimentos vividos no mesmo período, pois as narrativas trazem junto de si expressões pessoais de cada indivíduo.

Para aprender o passado, é necessário não desprezar os detalhes, as veredas por onde os caminhos se cruzam e se fundem, já que, por excelência, a história das cidades é um lugar de caminhos labirínticos. Os sinais do passado ligam-se ao presente, estando na memória dos antigos moradores/recordadores, ou em algumas poucas casas e edificações que resistiram às rápidas transformações do progresso (SIMAN, 2008).

Enfim, é preciso entender que o termo "memória" ainda explorado no meio acadêmico possui inúmeras versões, contextos e entendimentos, os quais vêm sendo explorados desde Durkheim, ainda que tenha sido cunhado por Halbwachs e que Siman traz para

o âmbito da história das cidades. Esta pesquisa procura trazer um olhar para o contexto da memória dos sujeitos no processo das transformações territoriais, considerando as suas experiências vividas numa comunidade situada numa cidade de pequeno porte do ES.

3.2 PERPASSANDO A HISTORIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

O presente capítulo busca realizar uma historiografia do Município de Marilândia, através da bibliografia publicada e, também, de relato dos moradores locais. De acordo com Martins (2019), a historiografia é o termo utilizado para designar a totalidade dos produtos narrativos científicos que tratam da história humana, através da produção de conhecimento confiável e demonstrável, em que, assim, o assunto histórico é descrito, analisado, entendido, interpretado, argumentado e demonstrado. Além disso, a aprendizagem histórica contribui para a fundamentação da identidade e é parte da reflexão de todo agente social, indivíduo ou grupo (MARTINS, 2019). A aceleração dos processos políticos, econômicos e sociais do mundo contemporâneo tornou indispensável a identificação dos contornos temporais e estruturais da consciência pessoal e coletiva, embasando o discurso e a ação dos sujeitos de hoje (MARTINS, 2019). Dessa forma, a expressão “hoje” não pode ser incluída apenas dentro do contexto do presente, mas que o hoje de cada tempo faz uma menção particular do passado vivenciado, ou seja, a experiência.

Assim, a historiografia possui um papel de conexão entre o tempo presente e a experiência do passado, tendo por objeto produzir receitas de sucesso “[...] contexto temporal do sujeito [o qual] inclui o complexo de condições históricas que fazem da sociedade e do homem o que eles objetivamente são (MARTINS, 2019, p.27)”.

Dessa forma, o método da construção da historiografia leva em consideração o que, ou como os moradores de uma comunidade percebem, experienciam ou vivenciam das transformações urbanas ocorridas no seu território no presente bem como no passado através das memórias constituídas ao longo das décadas. Nesse sentido, a realização das entrevistas e das conversas com os moradores de SM pode ser considerada como um procedimento capaz de fazer emergir as memórias. Para fins do presente estudo, todas as entrevistas realizadas com moradores locais, que serão

identificados apenas por nomes fictícios para preservação da sua imagem, trouxeram contribuição significativa para a construção histórica da comunidade de SM. Outros relatos explorados incluem as memórias da própria pesquisadora, que é moradora da cidade, bem como de outros sujeitos ou atores sociais que trouxeram elementos para enriquecer a perspectiva histórica das transformações urbanas locais.

3.2.1 História socialmente consolidada

Localizada na Região Noroeste do Espírito Santo, Marilândia está a 163 km da capital Vitória e possui uma área de aproximadamente 310 km². Sua população está estimada em 13 mil habitantes, conforme o relatório do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER (2020), e a cidade faz divisa com os municípios de Linhares e Colatina (figura 1). O município está situado na bacia hidrográfica do Rio Doce.

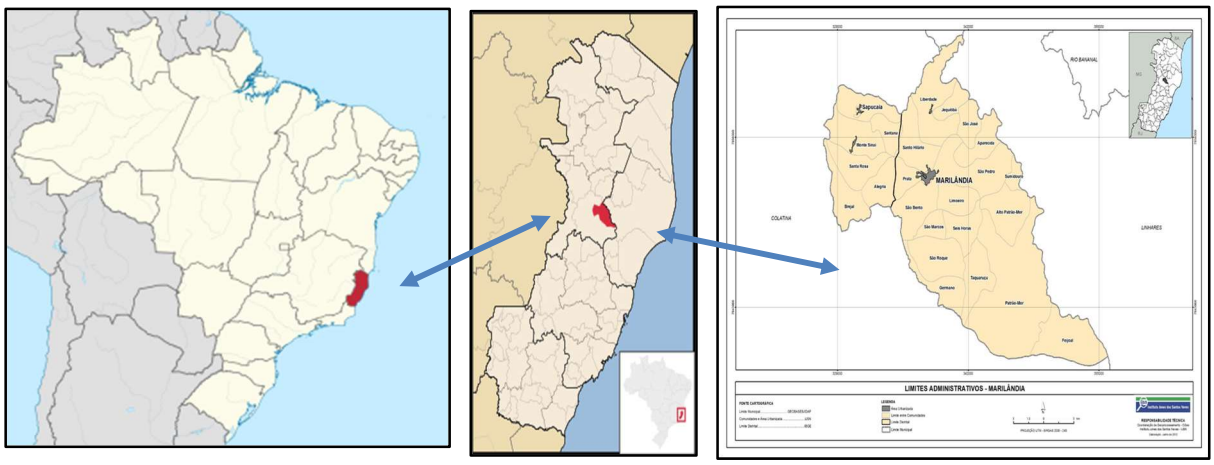


Figura 1 - Localização de Marilândia no estado e no país.
Fonte: Mapas do Google, acesso em 17 maio de 2022.

Segundo informações que constam no site[1] da Prefeitura Municipal de Marilândia (PMM), o município possui 2 distritos e, além disso, é composto por 32 comunidades rurais (figura 2).

[1] https://www.marilandia.es.gov.br/

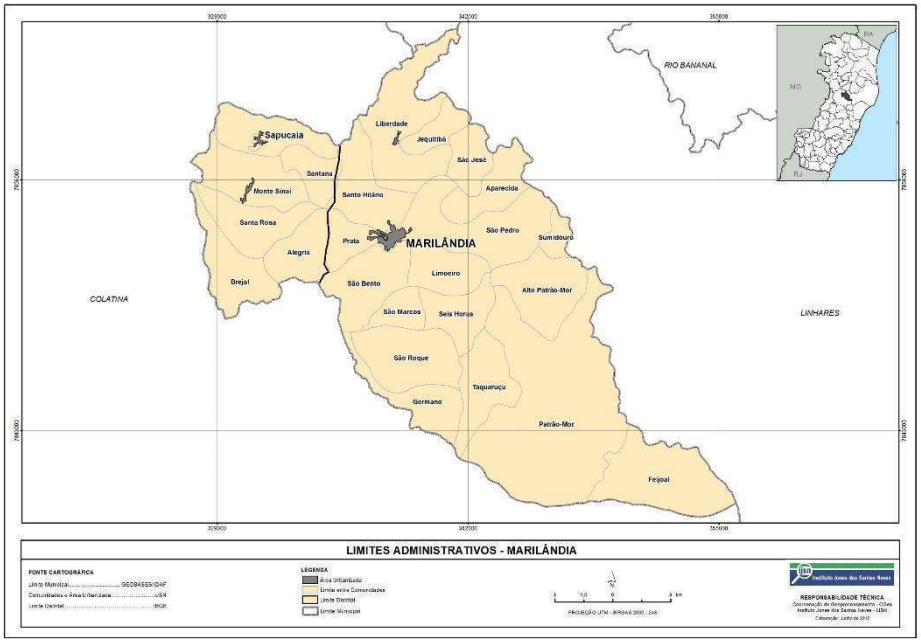


Figura 2 - Mapa dos Distritos e principais comunidades do município de Marilândia /ES, 2020.
Fonte: IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves, 2022.

De acordo com o Relatório da PROATER (2020), utilizando os dados do IBGE do ano de 2017, o município tem na agropecuária quase 21,4% do seu PIB, tendo, aproximadamente, 45,89% da população do município ocupada em atividades agropecuárias. Ainda segundo o relatório, ele apresenta uma renda per capita de 20.165,24 reais (PROATER, 2020).

Com base em dados da PMM (2022)[2], a colonização de Marilândia ocorreu por volta de 1925. O que atraiu os colonizadores para a localidade foi a fertilidade do solo, por se tratar de terras virgens. As primeiras famílias migraram de vários municípios do Sul do Estado, sendo: a família Catelan; Passamani; Lorenzoni, Altoé; Fregona; Gava; Camata; Bravin; Arrivabene, entre outras (PMM, 2022). Esses colonizadores abriram as clareiras e deram início à construção das primeiras moradias no Município.

Com a chegada das famílias, formou-se, inicialmente, um povoado chamado Liberdade. A partir daí, foi construída a primeira igreja (figura 3). Mais tarde, os padres Salesianos em visita a esse povoado deram-lhe o nome de Marilândia, que quer dizer “Terra de Maria” e adotaram Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira (PMM, 2022).

2 https://www.marilandia.es.leg.br/institucional/historia



Figura 3 - Primeira igreja de Marilândia.
Fonte: PMM (2009).

Ainda de acordo com o site da PMM (2022), o início desse povoado teve como seu primeiro comércio um botequinho de secos e molhados, instalado em um barraco de madeira, ao lado das primeiras moradias (figura 4).



Figura 4 - Vila de Marilândia em 1940.
Fonte: PMM (2009).

Com o tempo, foram surgindo novas ruas, e a comunidade passou a expandir seus limites territoriais (figura 5) e (figura 6).



Figura 5 - Avenida Dom Bosco em 1940.
Fonte: PMM (2009).

A necessidade de uma ligação do pequeno povoado com as cidades vizinhas ocorreu alguns anos depois, fazendo com que houvesse o início da construção de uma estrada ligando Marilândia a Colatina, posteriormente inaugurada em 1932 (PMM, 2022). Durante as décadas que se sucederam, Marilândia permaneceu ligada ao Município de Colatina já que era responsável por 40% da produção de café colatinense (PMM, 2022).

No campo religioso, o Padre José de Souza Brasil deu início à construção da principal Igreja Católica da comunidade, no ano de 1960 (PMM, 2022). Logo após o início das obras, ele mudou-se para a Itália, ficando lá por cerca de 15 anos, retornando posteriormente a Marilândia junto com o Padre Antônio Volkers, que passou a reger a paróquia local.

A igreja possui uma arquitetura em formato cruciforme e é, por assim dizer, considerada um marco arquitetônico da época já que a cidade nem mesmo havia alcançado uma emancipação política do Município vizinho (figura 6):



Figura 6 - Igreja Imaculado Coração de Maria: Marilândia – ES.
Fonte: IBGE, 1983.

Não obstante, a população passou a demonstrar o interesse de emancipação da cidade de Marilândia, que até então era pertencente ao Município de Colatina (PMM, 2022). Essa emancipação política adveio da iniciativa da comissão pró-desenvolvimento de Marilândia, que, no ano de 1979, realizou com os moradores um abaixo-assinado, no qual havia 2.419 assinaturas (PMM, 2022).

No dia 15 de maio de 1980, com o acolhimento do abaixo-assinado pela Assembleia Legislativa do Estado, o Governador Eurico Vieira de Rezende sanciona a Lei n.º 3.345, criando o Município de Marilândia – o 55º Município do Estado (PMM, 2022).

Após a emancipação, o Município teve de aguardar três anos para ter o seu primeiro prefeito eleito com organização de sua estrutura política e institucional, contando com sete vereadores eleitos nesse primeiro mandato (PMM, 2022).

A partir da consolidação político-partidária do Município, foi dado início ao desenvolvimento da cidade. Um fator político que marca o desenvolvimento da história do Município, proporcionando um súbito desenvolvimento da cidade, foi a vitória do filho da terra, Gérson Camata, eleito para o governo do Estado em 1983 (PMM, 2022). Gérson Camata, cunhado do então Prefeito Djacir Gregório Caversan, enviou grandes somas de recursos ao município e viabilizou a construção de grandes obras (PMM, 2022). Entre as principais construções, temos a pavimentação da Rodovia Colatina -

Marilândia e da Rodovia Antônio Camata, que liga a sede à comunidade de São Pedro. Também é importante ressaltar a construção do estádio de Futebol, a reforma da Escola de 1º Grau “Maria Izabel Falcheto”, a instalação do DDD (Discagem direta à distância) e DDI (Discagem direta internacional), a Unidade Sanitária e Eletrificação Rural em sete comunidades do Município (PMM, 2022).

As obras constituídas naquele momento, foram essenciais para modernização do Município, que posteriormente, passou a abrir novas ruas, bem como pavimentá-las. Além disso, trouxe novos serviços de infraestrutura, tais como: escolas, um posto de saúde e a praça principal da cidade (PMM, 2022).

3.2.2 Marilândia atualmente e suas políticas urbanas

Diante da situação histórica, fazemos um diagnóstico do Município atualmente, constatando as impressões do próprio pesquisador. Fotografias com a utilização de drones foram realizadas pela PMM no ano de 2022, produzindo imagens nas quais explicitam a disposição da malha urbana do município (figura 7 e figura 8):



Figura 7 - Vista atual da cidade de Marilândia.
Fonte: Câmara Municipal de Marilândia



Figura 8 - Vista do traçado de Marilândia.
Fonte: Câmara Municipal de Marilândia

Sobre os traços históricos que marcaram o Município e considerando as transformações ocorridas, Marilândia manteve grandes características do passado. Uma delas foi a consolidação do comércio, que continuou presente na primeira rua da Cidade, denominada de Avenida Dom Bosco. A figura 9 mostra, através das fotos, esse eixo viário com o mesmo canteiro central, sendo que a pavimentação já é recente. Além disso, a maior parte das vias adjacentes mantêm o calçamento original, feito com blocos sextavados de concreto, que remete à pavimentação feita no passado, despertando a lembrança de uma cidade do interior (figura 10).



Figura 9 - Avenida Dom Bosco, Marilândia – ES.
Fonte: Mapas do Google, 2011.



Figura 10 - Ruas com blocos sextavados de concreto.
Fonte: Mapas do Google, 2011.

A estrutura original da Igreja Católica, marco principal da arquitetura Marilandense, construída na década de 60, foi totalmente preservada. Seu interior foi beneficiado ao longo dos anos, mas preserva os traços originais.

A igreja possui o formato cruciforme. O altar fica no cruzeiro, ou seja, na junção dos dois braços (os transeptos) com a nave central (figura 11). Acima do altar-mor, existe um domo, uma cúpula no teto que traz a luz durante todo o dia; e, abaixo do altar, há um túnel que leva a uma capela circular, local em que se encontra o sacrário.

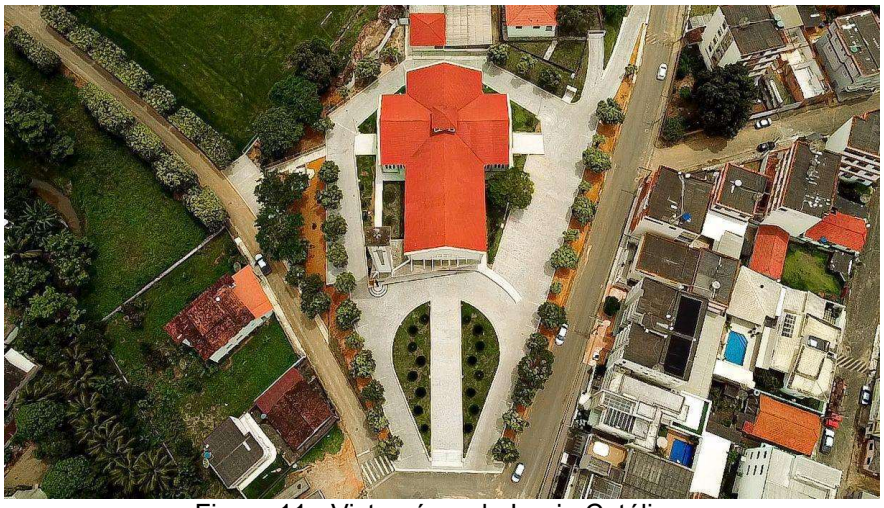


Figura 11 - Vista aérea da Igreja Católica.
Fonte: Dellano Sanz (2022)

As quatro fachadas da igreja possuem o formato de um pentágono e são idênticas (figura 12). Ao lado, encontra-se uma torre bem alta com um relógio nas quatro faces, que pode ser visto de muitos pontos da cidade. A posição geográfica da igreja é bem privilegiada, possuindo local estratégico na região central, podendo, assim, ser vislumbrada através da rotatória central da Avenida Dom Bosco, situada na região central da malha urbana.



Figura 12 - Fachada principal da Igreja Católica.
Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Quanto ao turismo, o município abriga um grande potencial, em especial para o ecoturismo e o turismo rural, apresentando belas paisagens compostas pelo Rio Doce, pelo Morro do Cruzeiro (figura 13), pela Lagoa do Batista e pela Pedra do Elefante Verde.



Figura 13 - Pedra do Cruzeiro.
Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Ainda hoje, a principal atividade econômica do município é o cultivo do café, principalmente o tipo Conilon. Além de aquecer a economia municipal, essa atividade atrai anualmente um grande número de trabalhadores braçais, oriundos de municípios vizinhos, interessados na colheita do produto que ocorre entre os meses de maio e junho.

Marilândia, hoje, possui uma população de mais de doze mil pessoas, configurando o município em lugar de 2748 no Brasil, tendo 97,7% de escolaridade de 6 a 14 anos em 2010, através de uma economia geradora de mais de 36 milhões de reais no ano de 2017 (PMM, 2022). Além disso, conta com 8 unidades de saúde, apresentando 57,8% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 29,5% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 18,1% de domicílios urbanos em via pública com urbanização adequada (PMM, 2022).

Em relação aos aspectos urbanos, é preciso destacar uma grande peculiaridade acerca do município. Devido à supervalorização dos terrenos urbanos e à necessidade de fazer um melhor aproveitamento dos espaços, houve um crescimento considerável de edificações verticais, entre 4 e 6 andares (figura 14), o que trouxe um aspecto de modernização para o centro da cidade. Assim, Marilândia tornou-se uma

cidade interiorana com características diferentes das demais cidades do Espirito Santo.



Figura 14 - Vista aérea da região central da cidade.
Fonte: Dellano Sanz, 2022.

Com o crescimento urbano da cidade, novos loteamentos foram implementados no município, dentre os quais destacamos os loteamentos urbanos residenciais, onde se insere um único loteamento popular de Marilândia. Trata-se do loteamento Conjunto Habitacional Honório Passamani. Este foi construído há 30 anos e atualmente encontra-se descaracterizado, ou seja, os moradores trouxeram melhorias arquitetônicas e ele não é mais considerado como loteamento social.

Sob o aspecto das situações de risco do município, vale mencionar o relatório de ação emergencial para delimitação de áreas de risco, enchentes e movimentos de massa, o relatório elaborado em 2014 foi realizado em parceria com o governo federal e aponta para as localidades com alto risco de movimentação de massas e enchentes no município, incluindo áreas de risco dentro do conjunto Honório Passamani (figura 15) (figura 16) (figura 17).

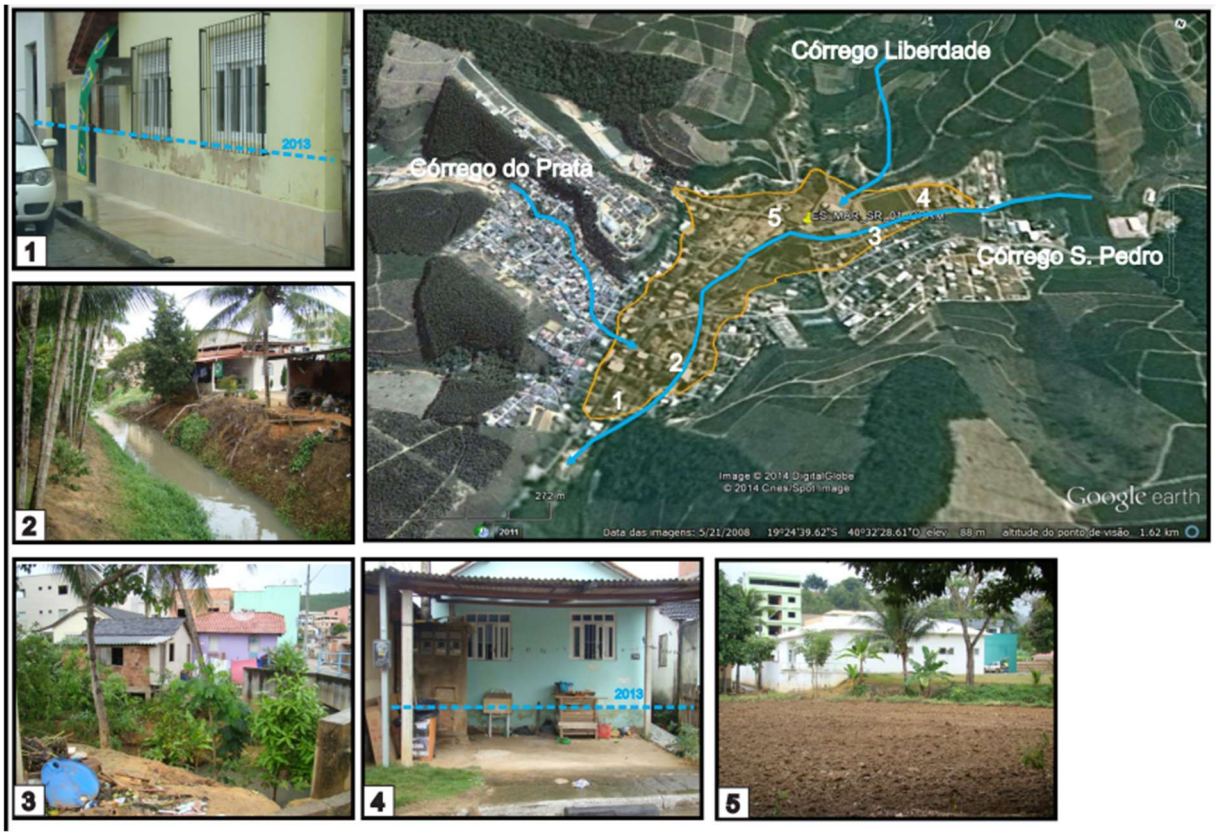


Figura 15 - Setores de inundação de áreas de várzea dos córregos são Pedro, Liberdade e Prata.
Fonte: CPRM, 2014.

As moradias, prédios, prefeitura e demais serviços públicos estão localizados próximos ao centro, dentro da área de inundação, várzea, dos córregos (CPRM, 2014). Anualmente, preferencialmente nos períodos chuvosos, ocorre inundação, atingindo as moradias. Nas chuvas anômalas de dezembro de 2013, na área rural, a montante, houve diversos problemas com solapamento de pontes de acesso (CPRM, 2014) (CPRM, 2014). Na área urbana, a lâmina d´água atingiu até cerca de 1,0m (Fotos 1 e 4). Moradias estão instaladas sobre as margens, estreitando a calha do córrego (Fotos 2 e 3) (CPRM, 2014).

Inundação Grau de Risco Alto (CPRM, 2014).

Quantidade de imóveis em risco: 200 (CPRM, 2014).

Quantidade de pessoas em risco: 1.200 (CPRM, 2014).

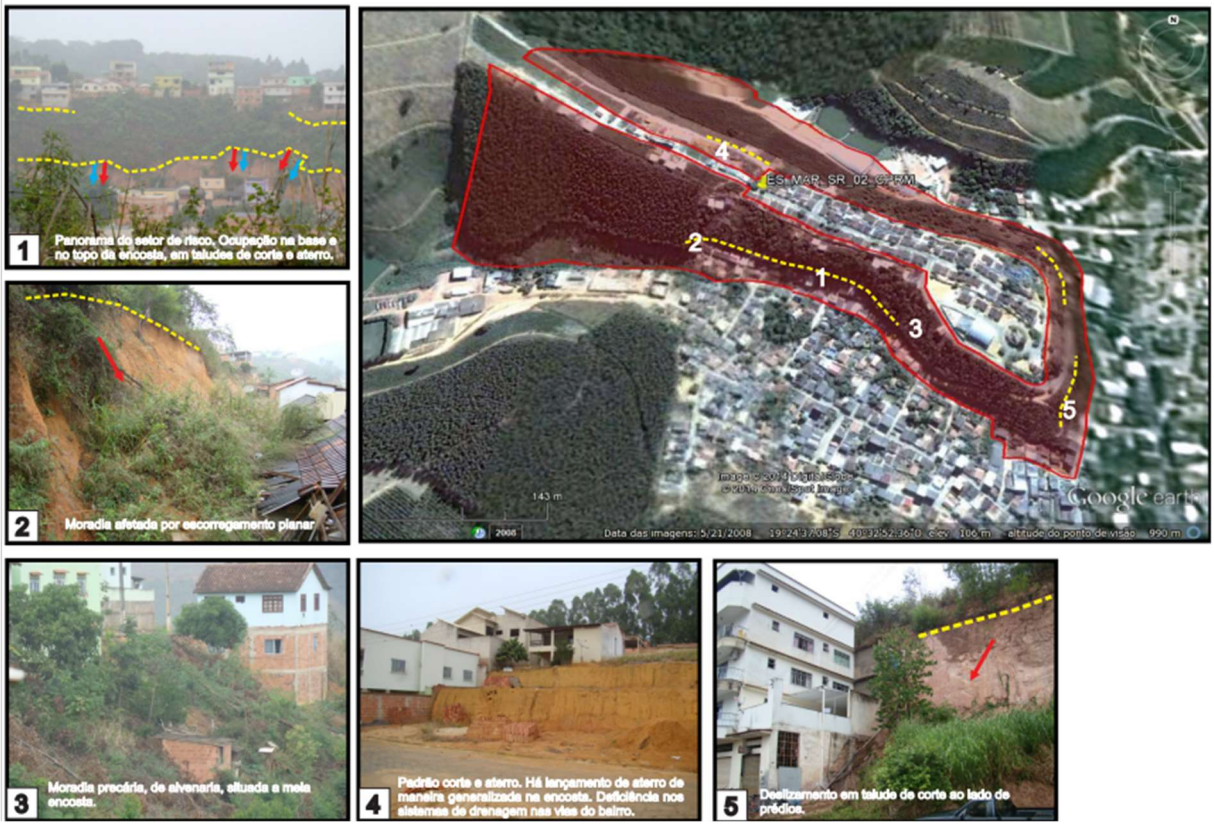


Figura 16 - Setores de encostas com alta declividade
Fonte: CPRM, 2014.

Houve ocorrências de deslizamentos planares, deflagrados pelas chuvas intensas de dezembro de 2013, e atingimento de moradias (Foto 2) (CPRM, 2014). Há lançamento, nos taludes, de aterro (não e/ou mal compactado) (Foto 3) e águas servidas (CPRM, 2014). O sistema de drenagem superficial (guias e sarjetas) nas vias é insuficiente, e parte da coleta e direcionamento pela encosta colapsou devido às últimas chuvas intensas (CPRM, 2014).

Inexiste, no interior do setor, drenagem superficial (canaletas, escadas hidráulicas, galerias, dissipadores etc.) para o correto disciplinamento das águas pluviais, o que pode ocasionar erosão, além da saturação do solo e consequente estabilização (CPRM, 2014). Não existe distância segura para os taludes de corte, tanto para a base, quanto para o topo, sendo que a probabilidade de as moradias serem atingidas por movimentos de massa superficiais é muito alta (Fotos 4 e 5) (CPRM, 2014).

Deslizamento planar Grau de Risco: Muito Alto (CPRM, 2014).

Quantidade de imóveis em risco: 100 (CPRM, 2014).

Quantidade de pessoas em risco: 450 (CPRM, 2014).

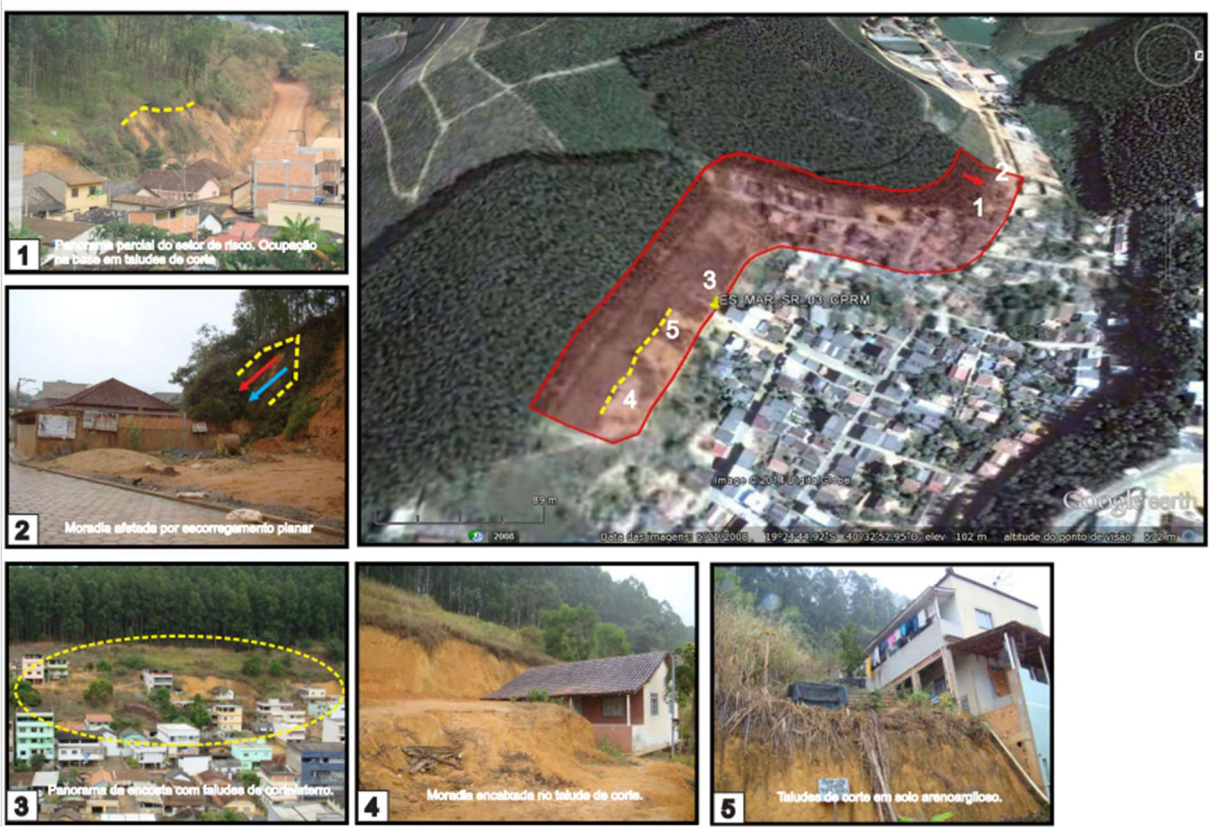


Figura 17: Setores de encosta com alta declividade.
Fonte: CPRM, 2014.

Houve ocorrências de deslizamentos planares, deflagrados pelas chuvas intensas de dezembro de 2013, e atingimento de moradias (Foto 2) (CPRM, 2014). Inexiste no interior do setor, drenagem superficial (canaletas, escadas hidráulicas, galerias, dissipadores, guias, sarjetas, bocas de lobo etc.) para o correto disciplinamento das águas pluviais, e isso pode ocasionar erosão, além da saturação do solo e consequente estabilização (CPRM, 2014).

Não existe distância segura para os taludes de corte, tanto para a base quanto para o topo, sendo que a probabilidade de as moradias serem atingidas por movimentos de massa superficiais é muito alta (Fotos 4 e 5) (CPRM, 2014).

Deslizamento planar Grau de Risco: Muito Alto (CPRM, 2014).

Quantidade de imóveis em risco: 35 (CPRM, 2014).

Quantidade de pessoas em risco: 140 (CPRM, 2014).

Existe um material mais recente da CPRM, divulgado em dezembro de 2023, o qual, por opção do caminhar desta pesquisa, será explorado e comparado nos resultados deste trabalho descritos no capítulo 5.

Continuando a análise das políticas públicas de Marilândia, podemos compreender que o plano diretor municipal é uma proposta para a cidade no que tange aos seus aspectos físico-territoriais. Normalmente é elaborado pelo município sob a responsabilidade técnica de uma equipe interdisciplinar, em um processo de programa participativo com a comunidade e deve ser aprovado pela Câmara Municipal. A Constituição do Brasil estabelece no § 1º do artigo 182 que o plano diretor: 1) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana; 2) deve ser aprovado pela Câmara Municipal. Por seu turno, o § 2º do artigo 182 incumbe ao plano diretor definir as exigências fundamentais de ordenação da cidade que delineiam o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Na mesma linha, o Estatuto da Cidade (Lei Nacional n. 10.257/2001), no § 1º do artigo 40, também estabelece que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento do Município.

O mesmo estatuto também instrui que o plano se torna obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes, ou que fazem parte de regiões metropolitanas; ou que são integrantes de área de interesse turístico. Contudo, entende-se que o município de Marilândia não se enquadre nesses quesitos para dispor desse instrumento de ordenação territorial.

Atualmente o planejamento urbano municipal é feito com base nas únicas legislações vigentes na cidade: o código de obras (LEI 1.042 de 21 de novembro de 2012) e a lei de parcelamento do solo (LEI 1.043 de 21 de novembro de 2012). O primeiro código de obras municipal entrou em vigor em 1983 (LEI Nº011/83), instituído pelo primeiro gestor do município, o Sr Djacir Gregório Caversan. Já a primeira lei de parcelamento do solo foi sancionada em 18 de dezembro de 2006 através da LEI Nº 688.

Entende-se que a carência de instrumentos legais que articulem com a dinâmica territorial local é uma questão a ser levada em consideração em Marilândia, visto que o olhar técnico, somado à participação popular que o plano diretor propõe, é um diferencial quando se trata de estabelecer e legislar sobre cada zona do município/cidade.

Quando a gestão municipal de Marilândia propõe uma lei para estabelecer uma zona especial de interesse social, é preciso entender que essa caracterização não levou em consideração a análise técnica de profissionais interdisciplinares competentes.

Nem mesmo trouxe para discussão a participação da população, principalmente a população da comunidade SM que seria, posteriormente, o berço de uma proposta de implantação de loteamento social como será visto a seguir.

Há dez anos, outro loteamento teve sua construção iniciada, distante do centro da cidade, em uma comunidade pertencente ao município de Marilândia – o Loteamento São Marcos. Este permaneceu abandonado pela prefeitura por mais de uma década, motivo pelo qual nos chamou atenção e trouxe esse caso específico para a discussão de conjuntos habitacionais populares nesta pesquisa.

É importante destacar que a proposta desse loteamento social se trata de um movimento de política pública articulada entre os poderes públicos municipal e estadual, efetivada através da LEI 1.251/2016, onde o município passou a caracterizar a região de implantação do loteamento SM como ZEIS. (zona especial de interesse social). A criação desse loteamento social é destaque desta pesquisa, pois ele denota um movimento importante no cenário das políticas públicas municipais.

Acredita-se que esse zoneamento proposto na LEI 1.251/2016 não levou em consideração a análise morfológica da área onde o loteamento projetado vai se instalar, pois observa-se que os acessos e a topografia não foram bem articulados, considerando suas características territoriais.

Outro aspecto que se pode trazer à tona relativo às políticas públicas, que remete à falta de um olhar técnico e humano na LEI 1.251/2016, é a observação no. 4 dessa lei:

> “Face ao caráter de loteamento de interesse social, não serão exigidas as percentagens de área pública (equipamentos comunitários) e área verde, devendo apenas atender à percentagem mínima de 20% (vinte por cento) da gleba para o sistema de circulação, constituído pelas vias públicas.” (LEI 016/2016)

Em outras palavras, esse item da lei aponta para o que pode ser considerado, com base em uma análise inicial, como uma inconsistência visto à implantação de um loteamento com capacidade de inserir 93 unidades habitacionais, situado numa comunidade de pequeno porte, já carente de equipamentos públicos e que está 5 km distante da sede municipal.

A partir das informações obtidas, nota-se queo desenvolvimento urbanístico de Marilândia, uma cidade de pequeno porte, apresenta uma problematização quanto aos aspectos urbanos comuns a qualquer outra cidade de porte maior, mas denota-

se, nesse conjunto, uma escala reduzida proporcional às dimensões físico-territoriais de Marilândia. Diante desse contexto, pode-se questionar como as demais cidades de pequeno porte da região interiorana do ES lidam com essa problematização, considerando a carência de instrumentos legais que amparem e regulamentem tais aspectos? Conforme emergem esses questionamentos, passaremos a discutir um exemplo de um caso concreto, dado nosso objeto de pesquisa, os loteamentos de interesse social. Neles é possível concentrar uma diversidade de problemas urbanos que podem surgir com a inexistência de políticas urbanas eficientes.

3.3 COMUNIDADE DE SÃO MARCOS: HISTÓRICO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Com base nessas informações preliminares sobre o histórico da cidade de Marilândia, passamos ao segundo momento, o da construção da historiografia da Comunidade de São Marcos (SM), recorte geográfico e objeto de estudo desta pesquisa. A fim de alcançar esse objetivo, foi dada ênfase à experiência da população de SM, uma comunidade localizada a 5 km da sede do município de Marilândia, estando à beira da rodovia ES 356, que liga a essa cidade ao município de Colatina (figura 18). Estima-se que o surgimento da comunidade tenha ocorrido paralelamente ao da sede municipal. Dados documentais historiográficos sobre a comunidade são inexistentes, o que justifica a fundamental contribuição que este trabalho dará no sentido de registrar, mesmo que preliminarmente, tal processo através das memórias evocadas pelos moradores locais.



Figura 18 - Localização da comunidade São Marcos.
Fonte: google Earth, 2022.

Nas proximidades da igreja católica, funcionam certas infraestruturas, tais como a escola municipal, posto de saúde, quadra poliesportiva e uma pequena pracinha, principal ponto de socialização da comunidade (figura 19 e 20). Também é importante destacar que SM possui uma pequena mercearia, uma barbearia, uma padaria, alguns bares e um clube recreativo particular - Fazenda Clube de Marilândia - voltado para atender ao lazer da população da sede municipal.



Figura 19 - Comunidade São Marcos.
Fonte: google Earth, 2022, modificado pela autora.



Figura 20 - Malha urbana da comunidade de São Marcos (vista aérea).
Fonte: autoria própria, 2022.

A comunidade de SM possui fortes características católicas, assim como a sede do Município. A Igreja com o padroeiro São Marcos, que dá o nome ao lugarejo, é o principal marco arquitetônico do local, de caráter eclético com algumas características góticas, foi construída no ano de 1950 (figura 21).



Figura 21 - Igreja de São Marcos.
Fonte: arquivo pessoal

Segundo consulta feita diretamente à direção do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) do município em 2022, a comunidade conta com aproximadamente 200 famílias. Captada através de poços artesianos e lançada nas redes municipais

que atendem às residências locais, a água não é tratada. O esgoto coletado dos domicílios também não possui tratamento, sendo lançado in natura no curso d'água da comunidade, o rio Liberdade, afluente do rio Doce.

As vias que cortam a comunidade possuem pavimentação com blocos sextavados, todas pavimentadas pela administração municipal. As calçadas são muito precárias e quase inexistentes, conforme figura 22.



Figura 22 - Ruas de São Marcos.
Fonte: arquivo pessoal

Estima-se que boa parte comunidade desenvolveu-se a partir de loteamentos irregulares, onde não foram implantadas as infraestruturas básicas necessárias, e isso demandou uma posterior intervenção municipal para atender às demandas essenciais das famílias que residiam nesses locais precários. Até mesmo o abastecimento de energia elétrica só passou a ser completo na comunidade em 2021 quando a gestão municipal atual, através de um acordo com o loteador e o Ministério Público, financiou o abastecimento de eletricidade local.

A título de registro, a autora, arquiteta atuante no município, relata que, há 10 anos, a PMM realizou uma licitação pública para a construção de uma Unidade Básica de Saúde no Loteamento Popular do Bairro São Marcos. A pesquisadora acompanhou

todas as etapas da sua construção (figura 23, 24 e 25). Recentemente, tendo retornado ao local, verificou que essa unidade se encontra depredada e completamente saqueada sem nunca ter sido utilizada pela comunidade (figura 26 e 27).



Figura 23 - Acompanhamento da obra da UBS de São Marcos, Marilândia – ES.
Fonte: Arquivo Marilândia Construções, 2014.



Figura 24 - Estrutura de alvenaria da USB de São Marcos, Marilândia -ES.
Fonte: Arquivo Marilândia Construções, 2014.



Figura 25 - Alguns meses após a construção da UBS de São Marcos, já abandonada pela prefeitura.
Fonte: Arquivo Pessoal Marilândia Construções, 2014.



Figura 26 - USB de São Marcos abandonada há 9 anos.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 27- UBS de São Marcos completamente depredada
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O projeto da unidade básica foi implantado no loteamento de interesse social, empreendimento de grande porte construído pela PMM na comunidade em 2010 (figura 28). Esse loteamento pretendeu responder às necessidades visíveis da população local bem como de toda a população do município em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O abandono dessa obra apenas iniciada em 2010 nos leva a refletir sobre os seus impactos sobre a comunidade, que já se encontrava consolidada na região.



Figura 28 - Vista aérea do loteamento São Marcos.
Fonte: autoria própria, 2022.

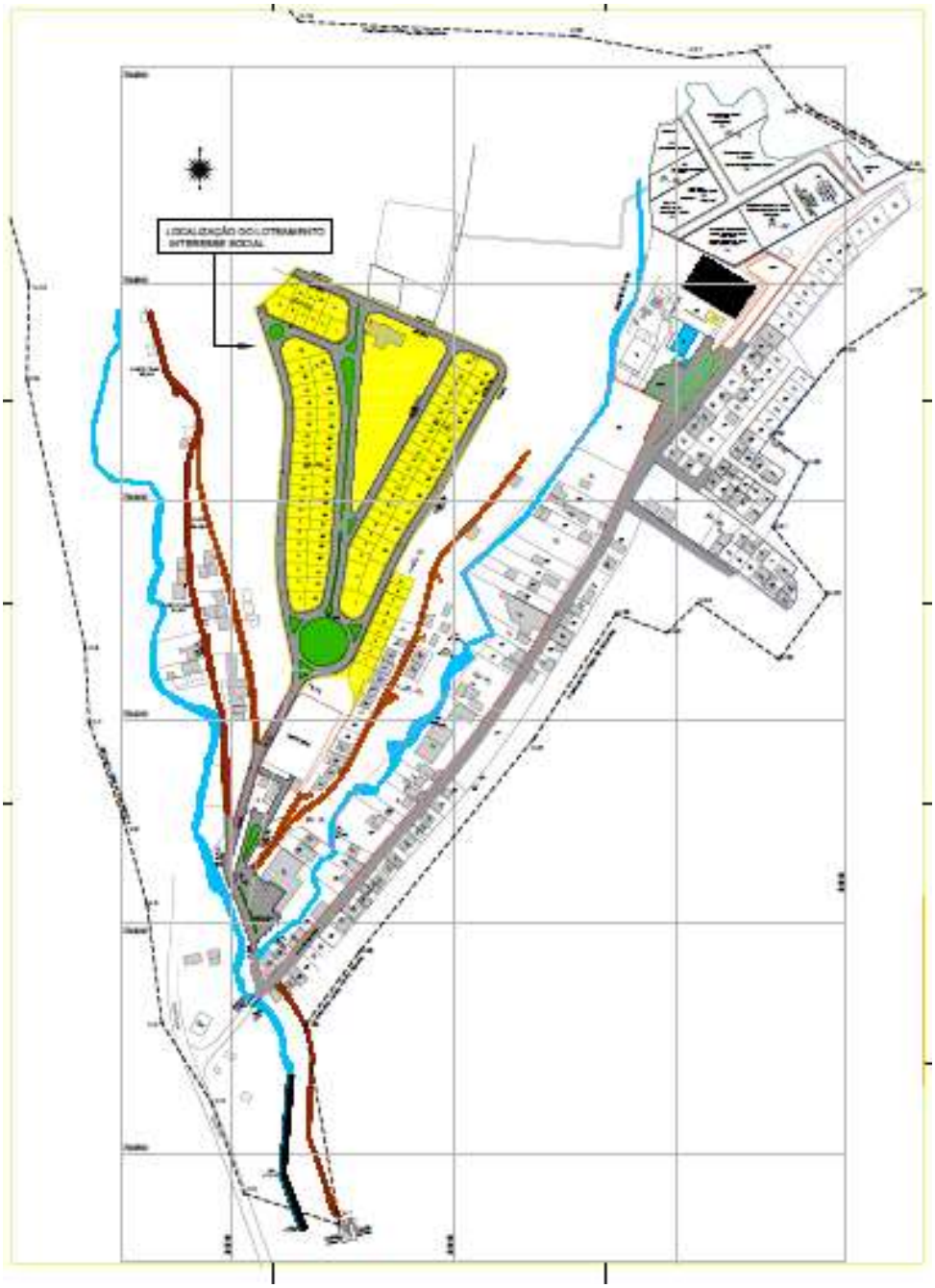


Figura 29 - Mapa de São Marcos, destaque Loteamento social.
Fonte: autoria própria, 2022

Entende-se que esse investimento feito com dinheiro público em local, que teria sido “doado” por uma família da localidade, teria sido de grande valia para os próprios moradores que vivem, atualmente, em condições de vulnerabilidade nessa comunidade, visto que ele possui as infraestruturas necessárias para implementação de moradias até 2022, exceto a implantação de energia elétrica. Além disso, é claro, o seu impacto na paisagem local, ocupando a parte mais alta de uma das colinas do entorno da comunidade (Figura 29 e 30). O referido loteamento parece não ter

considerado o eixo de ocupação orgânica de SM, o que parece apontar para um distanciamento por parte do poder público ao projetar tal empreendimento. É preciso destacar que o loteamento objeto de investimento das políticas públicas municipais teve suas infraestruturas executadas em 2014, ou seja, anteriormente à legislação que transforma a localidade em ZEIS (zona especial de interesse social). A lei em questão passou a vigorar em 2016 (LEI 1.251/2016).

Diante desse cenário, algumas questões surgem: como os instrumentos das políticas públicas urbanas teriam impactado a comunidade? Será que as necessidades da comunidade foram levadas em consideração no momento do planejamento e da utilização dos recursos públicos no projeto de loteamento? Como uma comunidade consolidada teria ficado invisível ao olhar do poder público tanto no projeto quanto no abandono dele? Como se deu e se dá a experiência dos moradores em relação ao loteamento, tendo sido ele construído com o dinheiro público e posteriormente abandonado pelo Estado?



Figura 30- A localização do loteamento e a malha urbana da Comunidade de São Marcos.
Fonte: autoria própria, 2022.

Em 2022, quando esta pesquisa já havia sido iniciada, a gestão municipal despertou os planos para o loteamento abandonado na década anterior e iniciou a implantação de 30 unidades habitacionais financiadas pelo governo do Estado por meio do processo licitatório nº 2869/2022 e o contrato de obra pública nº 016/2022.

O projeto adotado para as unidades do conjunto de habitação social, na comunidade de SM, possui 45,43m², com 2 dormitórios: quarto I com 8,16m² e quarto II 8,19m², sala de estar com 10,98m², cozinha com 4,28m², banheiro com 4,41m² e área de serviço com 2,70m² conforme planta demonstrada na figura 31 fornecida pela Prefeitura Municipal.

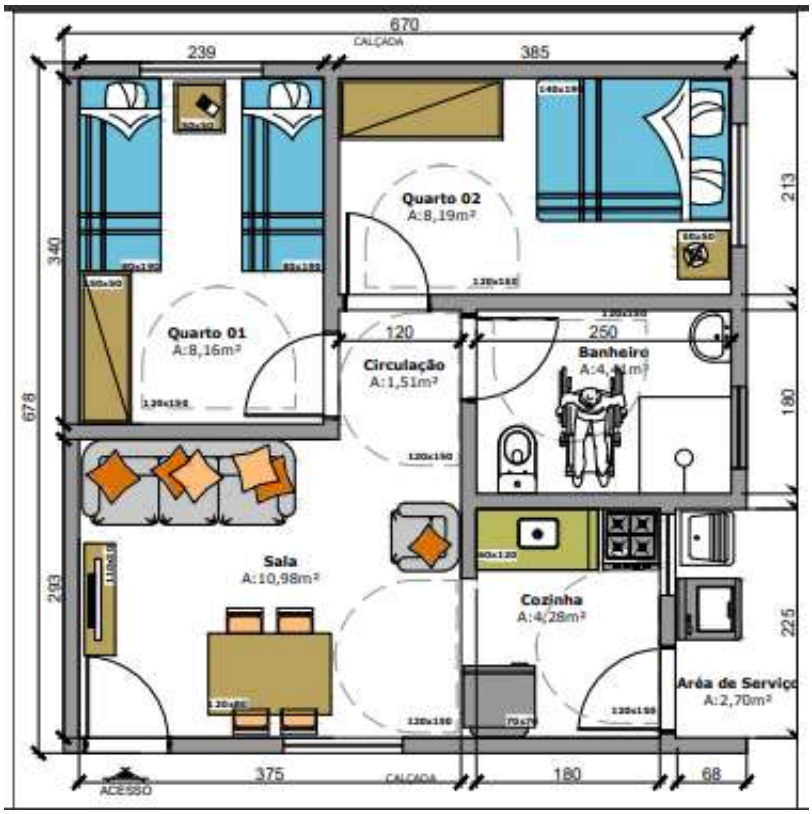


Figura 31: planta baixa habitação social
Fonte: PMM (prefeitura municipal de Marilândia)

As unidades habitacionais do conjunto estão localizadas em um terreno com recuo frontal de 3,00m, lateral esquerdo (ou direita, dependendo da orientação da unidade) de 0,65m, lateral direita de 2,65m e posterior de 10,22m, não sendo geminadas. O terreno implantado possui declive na parte dos fundos, e todas as residências possuem testada direta para rua projetada, do loteamento de uso unicamente residencial. Os terrenos (lotes urbanos) onde as edificações estão sendo implantadas

no loteamento de interesse social possuem área de 200m² com dimensões padronizadas em 10x20m. (figura 32 e 33)



Figura 32: implantação atual das casas embriões.
Fonte: PMM (prefeitura municipal de Marilândia)



Figura 33: implantação atual das casas embriões.
Fonte: PMM (prefeitura municipal de Marilândia)

Entende-se que as habitações de interesse social são frequentemente modificadas por seus moradores, seja por caráter funcional ou econômico. Essas modificações

pós-ocupação quase sempre envolvem ampliações irregulares, que descaracterizam a obra original (BRANDÃO, 2006).

A construção de habitações flexíveis que permitam ampliações sem diminuir sua qualidade espacial original, resulta numa alternativa inteligente a ser adotada pelas políticas públicas municipais e estaduais. De acordo com Brandão, podemos estabelecer cinco formas distintas de conceber a flexibilidade espacial: a diversidade tipológica, a flexibilidade propriamente dita, a adaptabilidade, a ampliabilidade e as possibilidades de junção/desmembramento (BRANDÃO, 2006).

Para o projeto de referência que está sendo executado no loteamento social da Comunidade de São Marcos, foi realizada, preliminarmente, uma análise empregando-se critérios de flexibilidade segundo a literatura. O intuito dessa análise foi avaliar se esse projeto contempla a noção de flexibilidade que remete a possíveis futuras transformações, primeiramente, familiares e, em seguida, territoriais. Essa análise se justifica na medida em que os núcleos familiares originais vão se ampliando, demandando alterações, muitas vezes, frequentes visto que as unidades das habitações sociais são padronizadas e cada núcleo familiar possui uma necessidade particular espacial. Muitas vezes, estas transformações posteriores à aquisição da unidade são feitas pelos próprios moradores, com materiais de baixa qualidade e executadas de forma irregular.

Observa-se ainda que essa prática de ampliação das edificações também pode ser notada na comunidade consolidada de SM. Essa característica observada durante as visitas de campo reflete que a própria comunidade existente possui essa necessidade de adaptar as edificações a partir das transformações dos arranjos familiares. Isso confirma a falta de organização do território de SM, a carência de Políticas Públicas locais e a falta de acesso a projetos de arquitetura e engenharia no local.

Entendemos que a análise de flexibilidade não foi observada no momento da implantação do projeto do loteamento. Ainda assim, o melhor conceito de flexibilidade que pode ser aplicado é o da adaptabilidade, permitindo a ampliação da edificação, desde que se respeite a estrutura mínima que está sendo executada pela municipalidade, mesmo que o terreno tenha limitações.

Isso pode ser visto na literatura quando a ampliação é citada como a estratégia de flexibilidade mais utilizada pelos conjuntos de habitações sociais. Ela já é entendida como necessária devido a questões como aumento na família, necessidade de espaço

em casa para realização de serviços ligados ao trabalho ou comércio, em atendimento aos novos modos de habitar e a outras questões inerentes às necessidades de cada núcleo familiar. (BERNABÉ, 2019)

Em outras palavras, a forma de ampliação considerada adequada para esse caso concreto é o acréscimo de cômodos previamente pensados à habitação existente, chamada normalmente de núcleo embrião. Podemos considerar uma proposta como uma estratégia para as políticas públicas municipais, que preveem uma alternativa inteligente para a futura expansão das edificações, considerando o critério de flexibilidade.

Entende-se que existem muitas formas de ampliar a edificação, até mesmo a possibilidade de ampliar verticalmente. Nesse caso, caberia um outro tipo de avaliação no sentido de verificar as condições estruturais da obra atual. A proposta que o arquiteto Chileno Alejandro Aravena, vencedor do Prêmio Pritzker/2016, desenvolveu, para a reconstrução da cidade de Constitución, logo após o terremoto e tsunami no Chile (2013), trouxe à tona o olhar para as “moradias incrementais”. Primeiramente, há uma fase com a construção da parte embrionária, geralmente financiada pelos governos municipal e/ou estadual. Posteriormente, essas moradias são expandidas pelos próprios moradores, seguindo um projeto específico elaborado pelo arquiteto

Sem pretender entrar na crítica projetual, vale lembrar que o código de obras municipal prevê dimensões mínimas para dormitórios, e isso não foi observado no projeto embrionário proposto para o conjunto habitacional. A desconsideração desses elementos do código mostra um desmerecimento com relação às futuras famílias a serem beneficiadas na seleção a ser feita pela PMM. Tal desmerecimento provoca, acentua e consolida a situação de vulnerabilidade que os futuros habitantes provavelmente já estão enfrentando.

A acessibilidade que foi estabelecida a portadores de necessidades especiais no projeto é considerada como um elemento essencial/necessário, mas esses critérios devem ser obrigatórios a todas as unidades? Como esse projeto é um padrão estabelecido pelo Governo Estadual, possivelmente elaborado visando atender a uma realidade existente na capital, ou em cidades de grande porte, ele se torna desproporcional à realidade das cidades de pequeno porte, onde a população que carece de unidades acessíveis é consideravelmente menor.

As unidades habitacionais foram concebidas de forma acessível, porém as suas implantações foram projetadas considerando as normas de acessibilidade previstas? O loteamento ao qual fazemos referência na comunidade de SM possui uma topografia com desníveis a serem vencidos, o que torna o projeto com conceitos desproporcionais em relação à acessibilidade.

Acredita-se que a apresentação de uma proposta projetual observando os critérios de flexibilidade possa ser um elemento essencial de política pública em projetos sociais como esse executado na comunidade de SM. Afinal, um projeto de expansão para as edificações embriões prevê um modelo de ampliação que poderia se tornar um padrão de modo a evitar transformações desorganizadas e ilegais do território. Esse modelo também pode servir de inspiração para novos padrões, desde que seja desenvolvido em diálogo direto com a comunidade e os moradores do loteamento.



LEVANTANDO AS MEMÓRIAS DOS MORADORES DE SÃO MARCOS
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4 LEVANTANDO AS MEMÓRIAS DOS MORADORES DE SÃO MARCOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo visa prioritariamente apresentar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Somente no item 4.1, onde é apresentada a entrevista com a gestão, os dados coletados são previamente discutidos.

A construção histórica da comunidade de SM é concebida a partir das narrativas e experiências identificadas nos registros das entrevistas com atores e das rodas de conversa com moradores de SM. Sendo assim, todos os contextos abordados abaixo e os assuntos pertinentes à comunidade emergem durante esses procedimentos de pesquisa. Ademais, eles se complementam de modo a traduzirem a realidade histórica e contemporânea da comunidade de SM.

Durante a execução desta pesquisa, a comunidade SM foi objeto do projeto de extensão universitária “Territórios em risco em ações da extensão universitária: transformações, experiências e memórias de Sujeitos em Colatina e Marilândia - Região Centro Oeste, ES, Brasil” (financiado pela FAPES), que foi sendo executado em paralelo a este estudo. De caráter interdisciplinar, esse projeto possibilitou o compartilhamento das agendas de ação de pesquisa e do projeto, bem como a organização conjunta das rodas de conversa em SM, tal como será exposto a seguir.

4.1 ENTREVISTANDO A GESTÃO MUNICIPAL

As entrevistas semiestruturadas com a gestão municipal foi necessária na medida em que os assuntos de relevância para compreender a realidade do objeto de pesquisa, a comunidade SM, precisavam ser discutidos diante da dinâmica das políticas públicas locais nas últimas décadas. Sendo assim, foi feita uma entrevista, em 25 de março de 2023, com o prefeito Augusto Astori, juntamente com a equipe de pesquisadores do projeto de extensão citado acima. A entrevista foi realizada em forma de bate-papo, onde as falas foram emergindo espontaneamente diante das temáticas norteadoras desta pesquisa.

À frente da Administração do município desde janeiro de 2021, o prefeito, mais conhecido como Gutinho, abordou os projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente na comunidade de SM. Um tema que desperta atenção para essa pesquisa é o loteamento de interesse social construído na comunidade e abandonado nas gestões seguintes. Gutinho nos revela a sua “aflição”, enquanto gestor público, por ver uma obra de tamanha proporção abandonada durante as duas últimas gestões. Isso justifica a retomada do loteamento social de SM por ele a partir de 2022. Nessa ocasião, ele nos apresenta o andamento da construção de 30 casas populares, que estão sendo implantadas nesse loteamento. A obra efetivada através do contrato de obra pública Nº16/2022, financiada pela SEDURB (Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano) foi licitada em R$3.456.946,70.

O prefeito relata, também, que, em breve, fará a contratação de mais 30 casas e, posteriormente, mais 30, totalizando, até o fim de seu governo, 90 unidades habitacionais para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o município

Durante a entrevista, o prefeito expõe alguns problemas sociais que a comunidade de SM apresenta, ele relata que a problematização da violência é expressiva e já vem sendo abordada na escola da comunidade, que é pioneira na adesão ao PROETI (Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral). Ele chama a atenção para o objetivo desse programa, que é “manter os alunos na escola com uma jornada diária maior, garantindo a melhoria da aprendizagem dos estudantes, assim como estabelecer estratégias de ocupação do tempo das crianças.” Cabe aqui registrar que a questão da violência em SM aparece também nas falas de recordadores das rodas de conversa, como será visto adiante.

Ainda se tratando de educação, Gutinho apresenta o projeto que vem sendo desenvolvido para a nova sede da escola da comunidade de SM. O prefeito relata que já era meta de seu plano de governo antes das eleições promover esse desenvolvimento na comunidade de SM. O projeto deve ser licitado ainda em 2023 e pretende se tornar referência no município. Gutinho descreve que a nova sede deve se tornar um polo estudantil, pretende atender em torno de 200 estudantes em tempo integral, os quais deverão vir até mesmo das comunidades vizinhas. O projeto polo da escola já foi orçado em mais de 8 milhões, e parte desse repasse será feito pela

Fundação Renova, a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). (fig 34)



Figura 34: Projeto da nova sede da escola de SM
Fonte: PMM

A Fundação Renova financia projetos por meio de mecanismos de compensação ambiental dos impactos causados pelos rejeitos da barragem que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do Rio Doce e afluentes. O município de Marilândia está localizado em parte dessa área afetada pelos rejeitos de Fundão.

Outro tema abordado pelo prefeito, no que se refere às demandas da comunidade de SM, é a questão da infraestrutura urbana. Segundo ele, “A comunidade cresceu de forma desordenada com loteamentos irregulares, e um dos projetos de governo da gestão atual é pavimentar 100% das vias da comunidade, trabalho que vem sendo alcançado graças aos empenhos da prefeitura municipal em parceria com governo estadual.” (fig. 35).



Figura 35: Obras de pavimentação da comunidade de SM
Fonte: PMM



Figura 36: Entrevista com gestão municipal de Marilândia
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão

Diante dos diversos desafios urbanos que as cidades enfrentam na contemporaneidade, é possível vislumbrar os esforços das políticas públicas da gestão atual, principalmente para abranger os problemas que a comunidade de SM apresenta. Mas é preciso compreender que a eficiência da política pública vai além de executar obras de grande porte. É necessário envolver a comunidade que está sendo alvo dos investimentos, e antes de mais nada, suprir suas necessidades mais básicas, entendendo que os moradores têm capacidade de atuar e complementar de forma muito pontual os desafios que eles mesmo enfrentam no dia a dia.

Numa análise da escala urbanística da comunidade de SM, é preciso destacar o loteamento social construído no local, principalmente porque sua implantação não ponderou sobre a malha urbana de SM. A decisão de construir os equipamentos comunitários como escola e posto de saúde nesse loteamento desconsidera as características da comunidade, pois ambos ficarão em local de acesso íngreme e difícil, assim como distante da população que habita a área de ocupação mais antiga desse território.

O projeto da escola ainda que seja admirável pretende inclusive atrair mais alunos de outras localidades. É preciso questionar se uma comunidade que possui problemas sociais visíveis, segundo os relatos coletados, está apta a receber alunos de outros locais. Questiona-se, ainda, se o loteamento implantado no alto de uma colina numa comunidade que não possui água tratada terá condições de fornecer água potável para a população que vai residir nas casas que estão sendo construídas e ainda para os alunos que utilizarão a nova escola que será edificada.

É notável a incompatibilidade entre as ações políticas diante das necessidades básicas de uma comunidade que não possui voz ativa para “gritar” por suas demandas, seus valores. O desempenho das políticas públicas, o uso mais adequado dos recursos públicos e a busca pela eficiência nas atividades administrativas são assuntos que deveriam ser tratados em comunhão com as pessoas que residem e vivenciam a comunidade todos os dias. Esta pesquisa leva em consideração esses valores de inclusão e parte do preceito teórico-metodológico da participação popular numa escala “humana”, onde é possível diagnosticar as problemáticas da comunidade a partir das falas voluntárias de um grupo de moradores, como será descrito a seguir.

4.2 METODOLOGIA DA RODA DE CONVERSA

A roda de conversa é uma estratégia metodológica recente em ambiente mais acadêmico quando “expandiu-se como prática de geração de dados em pesquisas científicas” (LISBÔA, 2020). É um espaço aberto de “troca de ideias, diálogo, enfrentamentos e confrontações entre os próprios integrantes” (LOSEKANN, 2018, p. 19). São momentos de partilha de experiências e memórias sobre situações vividas de risco, onde o extensionista se posiciona na escuta empática e acolhedora, muitas vezes, de “uma narrativa de alguém, sentir sua dor” (LOSEKANN, 2018, p. 20).

O formato de roda de conversa prevê a utilização de fotos, mapas e materiais catalogados anteriormente através de pesquisa e levantamento de dados, com o objetivo de trazer recursos para despertar a curiosidade dos moradores e orientar a discussão entre a equipe pesquisadora e os convidados, considerados como recordadores devido à vivência como moradores da comunidade de longa data em SM.

As fotos do passado e do presente inspiram, de forma lúdica, os participantes e incitam a reflexão e a discussão sobre as mais diversas temáticas sobre a comunidade. A percepção individual dos participantes é captada e revela as suas experiências e realidades vividas cotidianamente na comunidade. As rodas de conversa foram realizadas em 2 momentos distintos ao longo do ano de 2023 quando os recordadores se dispuseram a trazer as suas contribuições individuais. A primeira roda de conversa aconteceu em 25 março de 2023, e a segunda no dia 17 de maio de 2023. O local definido para as reuniões foi a escola de ensino fundamental da comunidade, onde se pôde registrar, por meio de gravações orais e fotográficas, as discussões acerca das problemáticas locais.

Essa metodologia de roda de conversa permite associar as temáticas de pesquisa ao levantamento de dados através do registro oral. A fala de cada recordador traz a sua experiência e percepção individual acerca das temáticas centrais desta pesquisa. Dessa forma, revelam um "olhar" sobre as transformações vivenciadas no território cotidianamente como cidadãos que usufruem da sua comunidade para construir suas próprias trajetórias de vida.

Acredita-se, portanto, que essa metodologia também contribua para captar, mediante essas discussões coletivas, aquilo que esse grupo de moradores considera como sendo "questões" relevantes da sua comunidade.

4.2.1 Estruturação da roda de São Marcos e sua condução

A dinâmica de cada roda de conversa foi dividida em três momentos (abaixo), acompanhados de perguntas orientadoras, com base em questões inicialmente formuladas pela organização desse procedimento. Essas perguntas são apresentadas pausadamente aos presentes com o objetivo de orientar a atividade para que a coleta de dados seja possível. As perguntas foram elaboradas estrategicamente para estimular o "bate-papo" e manter o interesse sobre temas de pesquisa de modo a sustentar o diálogo entre todos os participantes.

De acordo com o manual do projeto de extensão, os três momentos das rodas de conversa desenvolvidas são:

(I) Momento introdutório: os participantes (recordadores e os pesquisadores) se apresentavam individualmente. A equipe do projeto explica as questões

normativas - como lista de presença, autorização de imagem e gravação. E perguntas gerais são feitas aos recordadores:

- Desde quando você mora na comunidade?
- Por que veio para cá?
- Como era a comunidade quando você chegou aqui?

(II) Na segunda etapa, ou momento central da roda, as temáticas pertinentes a esta pesquisa são abordadas e discutidas pelo grupo. Nesse momento, os pesquisadores utilizam mapas e as fotografias antigas trazidas pelos voluntários e os incentivam através de perguntas-chave a abordarem assuntos que precisam ser explorados:

- Identificação das áreas de risco da comunidade;
- Mudanças territoriais de ocupação;
- Problemas/demandas urgentes atuais;
- Condições ambientais da comunidade;
- Memórias de tragédias, catástrofe ou desastre que a comunidade já tenha enfrentado;

(III) Na terceira etapa, ou momento final da roda, são debatidos os anseios diante dos problemas e desafios da comunidade em relação às temáticas apresentadas no debate e suas expectativas futuras. É quando ocorre o fechamento da discussão e o agradecimento final pela disponibilidade de participarem dessa atividade na comunidade de SM.



Figura 37: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 38: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 39: primeira roda de conversa em 25 de março de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 40: segunda roda de conversa em 17 de maio de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 41: segunda roda de conversa em 17 de maio de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão

4.3 PERCURSO GUIADO

Diferentemente da primeira e da segunda roda de conversa, o terceiro encontro com a comunidade aconteceu em 08 de julho de 2023, e foi proposto aos recordadores de se fazer uma caminhada pela comunidade segundo um percurso conduzido por eles. Inspirado no percurso comentado (REGINENSI e RAPOSO, 2023), essa caminhada possibilitou vislumbrar os aspectos identificados nas dinâmicas das rodas de conversa. Consequentemente, o trajeto foi feito de modo a se revelar, por exemplo, o que eles consideraram como sendo áreas de riscos, áreas de deslizamentos, área historicamente ocupada pelas famílias originais que desbravaram o local, equipamentos comunitários e áreas sociais importantes para a comunidade de SM.



Figura 42: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 43: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão



Figura 44: Percurso comentado na comunidade em 8 de julho de 2023
Fonte: arquivo imagético do projeto de extensão

A figura 45 representa o mapa de SM com a demarcação do percurso guiado pelos recordadores.

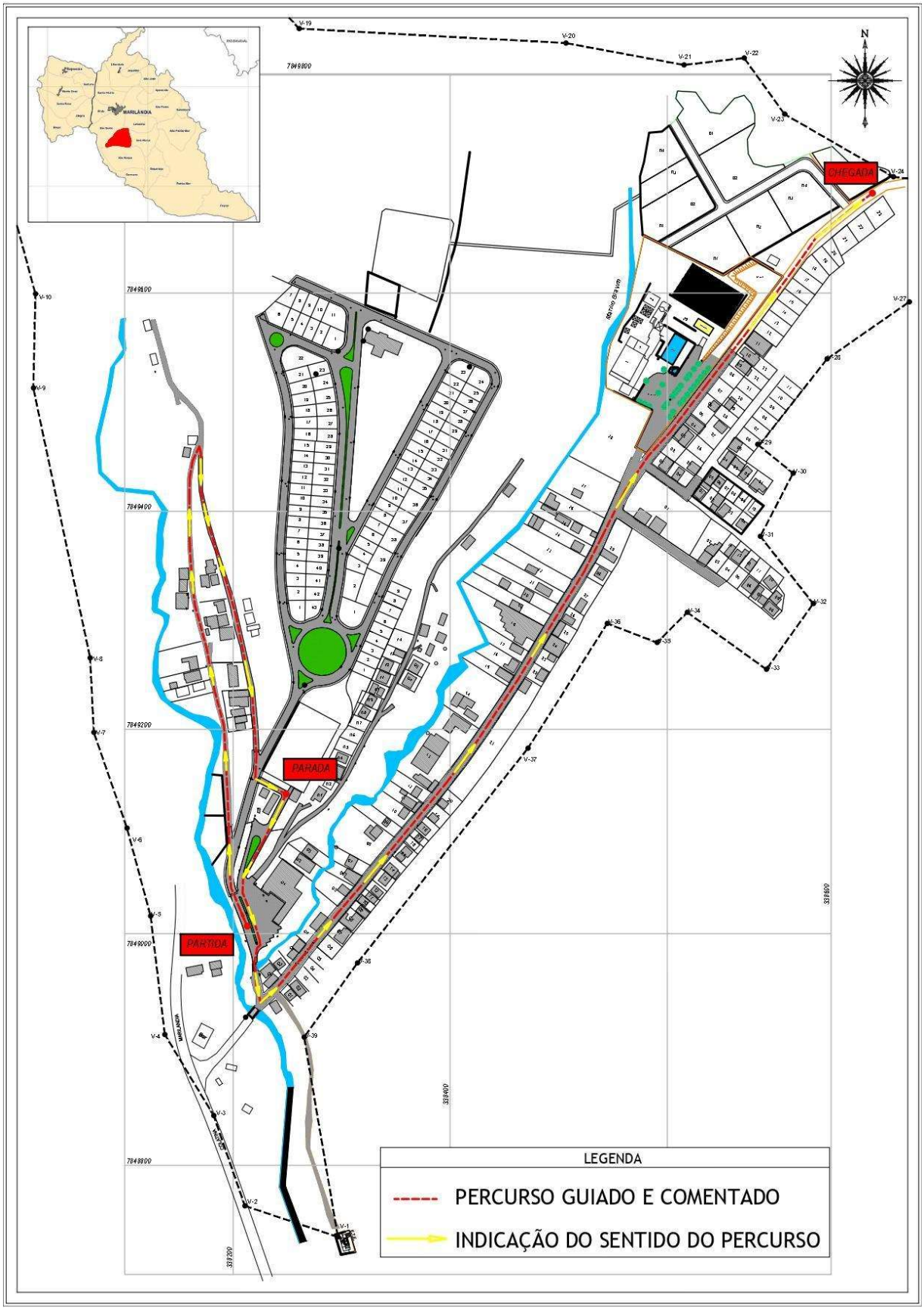


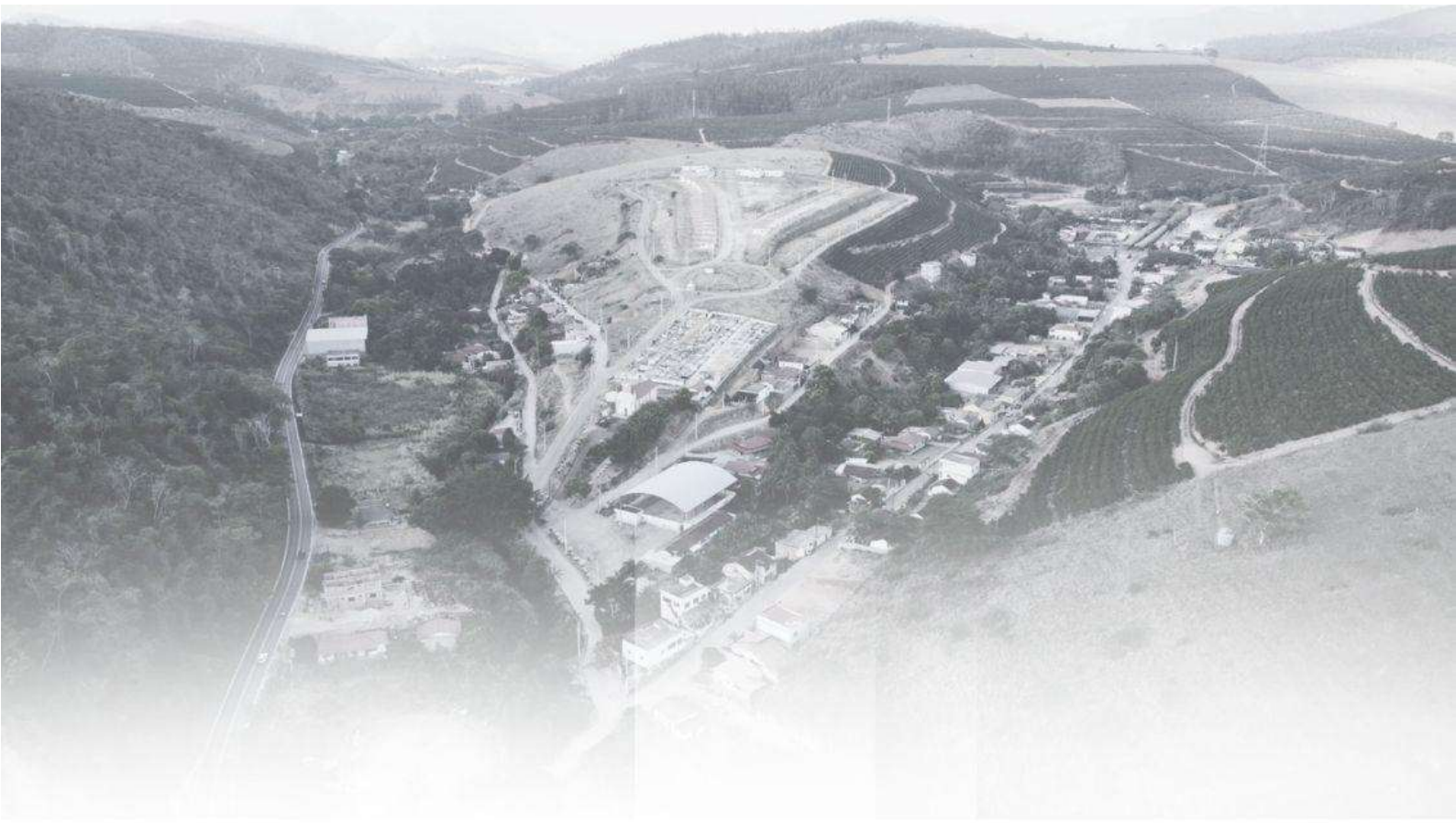
Figura 45: Mapa com a demarcação do percurso guiado
Fonte: arquivo pessoal

Os mapas mentais desenvolvidos pelos recordadores durante o trajeto guiado nos permitem “processar” a forma com a qual os indivíduos experienciam o território de SM, sua percepção espacial e emoções diante das memórias que ressurgem do local onde vivem. Na figura 46, é possível perceber a simplicidade e veracidade dos mapas elaborados durante o percurso.



Figura 46: Mapas mentais desenvolvidos pelos participantes do percurso
Fonte: projeto de extensão

Com base na análise dessas demarcações, apontamentos e a elaboração de mapas mentais feitos pelos próprios recordadores durante o percurso comentado, foi possível, assim, construir uma base de dados através de mapas técnicos demonstrados no capítulo a seguir.



ANALISANDO AS MEMÓRIAS:
HISTÓRIA DE VIDA E O TERRITÓRIO
DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS

5 ANALISANDO AS MEMÓRIAS: HISTÓRIAS DE VIDA E O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE SÃO MARCOS

A partir dos dados coletados durante as rodas de conversa, do percurso guiado na comunidade de SM e das entrevistas semiestruturadas com os gestores públicos e com os moradores, foi possível construir uma base cartográfica para a comunidade e uma historiografia a partir das evocações dos moradores. Esse material resulta na descrição de como os moradores de uma comunidade percebem, experienciam ou vivenciam as transformações urbanas ocorridas no seu território.

5.1 ANALISANDO OS RESULTADOS

Para que fosse possível a análise dos dados após as rodas e o percurso, foi imprescindível o registro gravado, logicamente, com o consentimento de cada um dos participantes. Para isso, o termo de consentimento (Anexo I) foi apresentado ao grupo, tendo sido ressaltada a sua importância. Cada recordador, individualmente, preencheu-o e o assinou.

Vale ressaltar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética Brasileiro através da plataforma Brasil e pode ser identificada pelo Certificado de Apreciação de Ética (CAAE) por meio do protocolo nº 76068423.5.0000.5064, folha de aprovação apresentada no anexo II.

As gravações possibilitaram, assim, as transcrições das rodas, cruzadas por anotações feitas in loco pela equipe de pesquisadores, complementando, consequentemente, a análise dos dados. Na análise de conteúdo das transcrições, observaram-se as respostas de cada participante de acordo com cada pergunta/tema específico.

Para isso, elaborou-se uma tabela, na qual foi possível sintetizar as temáticas abordadas com as respostas de cada ator em cada roda de conversa. A elaboração da tabela permitiu computar e estabelecer a relevância de cada tema conforme nos mostra a tabela da figura 45.

TEMAS ABORDADOS	RODA 1	RODA 2	RODA 3 (PERCURSO GUIADO)
ÁREA DE RISCO / DESLIZAMENTOS / ALAGAMENTOS	X	X	X
MUDANÇA DO CURSO DO RIO	X		
ENERGIA ELÉTRICA		X	
VIOLÊNCIA	X	X	X
LOTEAMENTO SOCIAL	X	X	X
VINDA DE PESSOAS DE OUTRAS LOCALIDADES	X	X	
PROBLEMÁTICA DA ÁGUA	X	X	X
ESTIAGEM 2015/2016	X	X	
ESGOTO LANÇADO NO RIO	X	X	X
CONFLITOS POLÍTICOS	X	X	X
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	X	X	X

Figura 47: Tabela dos temas discutidos nas rodas
Fonte: arquivo pessoal

A figura 46 demonstra as temáticas abordadas nas rodas de conversa, e a figura 46 demonstra em um fluxograma os apontamentos que os recordadores trazem em suas falas a partir de cada eixo temático debatido.



Figura 48: Desenho esquemático dos eixos temáticos debatidos nas rodas
Fonte: arquivo pessoal

Durante as rodas de conversa, conforme já previa a metodologia proposta, alguns eixos temáticos foram sugeridos para estimular o debate entre os sujeitos voluntários

que estavam presentes. O material resultante a partir das transcrições das gravações nos permite traçar um (desenho esquemático) com o resultado das falas com base em cada eixo temático. As cores propostas no fluxograma definem o debate por tema: vermelho – situações de risco, amarelo – loteamento social, azul – habitação, verde – saneamento básico e marrom – transformações territoriais.



Figura 49: Fluxograma dos eixos temáticos com os desdobramentos
Fonte: arquivo pessoal

As narrativas dos recordadores evidenciam a problemática que a comunidade enfrenta. No fluxograma representado na figura 4,7 é possível listar dentro de cada temática as necessidades de SM de acordo com a visão dos atores locais:

Vermelho – Situações de risco: Talude na parte superior da via principal da comunidade (lado direito), Elevação da via principal, deixando as residências do lado esquerdo da via (mais antigas da comunidade) muito abaixo da rua, mudança do curso do rio.

Amarelo – Loteamento social: Difícil acesso ao loteamento (morro íngreme), exclusão dessa nova população que vai habitar o loteamento em relação à comunidade de SM já consolidada, vinda de famílias de outras localidades para SM.

Azul – Habitação: População em situação de vulnerabilidade social, busca por aluguéis acessíveis, habitações de baixa qualidade, aumento da violência.

Verde – Saneamento Básico: Escassez de água em toda a comunidade, falta de tratamento de água e lançamento do esgoto sem tratamento no curso hídrico.

Marrom – Transformações territoriais: Perda da identidade cultural da comunidade, conflitos políticos visíveis (políticas públicas ineficientes para os recordadores de SM), aumento expressivo da malha urbana sem as devidas infraestruturas necessárias.

A partir dos eixos temáticos apontados durante as rodas de conversa e dos desdobramentos/apontamentos que os recordares trazem sobre cada assunto específico, podemos complementar esta pesquisa com consequências sugestivas que os apontamentos feitos pelos voluntários podem ter no território de SM. A tabela abaixo segue a cronologia das cores, diferenciando cada eixo temático, com as situações apontadas e suas devidas consequências prováveis.

EIXO TEMÁTICO	SITUAÇÕES DE RISCO
SITUAÇÕES APONTADAS PELOS RECORDADORES VOLUNTÁRIOS	1. TALUDE NA PARTE SUPERIOR DA VIA PRINCIPAL DE SM 2. ELEVAÇÃO DA VIA PRINCIPAL, DEIXANDO AS RESIDÊNCIAS DO LADO MUITO ABAIXO DA RUA 3. MUDANÇA DO CURSO DO RIO
CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DESSES APONTAMENTOS	1. Deslizamento de terra oriunda do talude, ocasionando danos às residências costeiras e à via pública. 2. Falta de acessibilidade para veículos e pedestres ao acesso às residências, bem como escoamento das águas pluviais da via elevada em direção às casas. 3. Aumento de casos de enchentes frente ao redirecionamento das margens, diminuição da vazão, perda da biodiversidade, entre outras.
EIXO TEMÁTICO	**HABITAÇÃO**
SITUAÇÕES APONTADAS PELOS RECORDADORES VOLUNTÁRIOS	1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL 2. BUSCA POR ALUGUÉIS ACESSÍVEIS, HABITAÇÕES DE BAIXA QUALIDADE 3. AUMENTO DA VIOLÊNCIA
CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DESSES APONTAMENTOS	1. Desumanização, baixa qualidade de vida e o estigma de população periférica. 2. A concentração de moradias de baixa qualidade provoca uma desvalorização imobiliária local, diminui o sentimento de pertencimento ao território. 3. Esse contexto habitacional no cenário de SM onde a discriminação social acontece é mais provável a manifestação da violência, desemprego e tráfico no local.

EIXO TEMÁTICO	LOTEAMENTO SOCIAL
SITUAÇÕES APONTADAS PELOS RECORDADORES VOLUNTÁRIOS	1. DIFÍCIL ACESSO AO LOTEAMENTO 2. VINDA DE FAMÍLIAS DE OUTRAS LOCALIDADES 3. DIFÍCIL INSERÇÃO DESSA POPULAÇÃO NA COMUNIDADE DE SM CONSOLIDADA
CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DESSES DESDOBRAMENTOS	1. Baixa acessibilidade dos moradores e afastado da região historicamente consolidada de SM 2. Convivência e diversidade cultural, assim como aumento de problemas sociais já existentes na comunidade 3. Segregação socioespacial urbana

EIXO TEMÁTICO	SANEAMENTO BÁSICO
SITUAÇÕES APONTADAS PELOS RECORDADORES VOLUNTÁRIOS	1. ESCASSEZ DE ÁGUA EM TODA COMUNIDADE 2. LANÇAMENTO DO ESGOTO SEM TRATAMENTO NOS CURSOS D'ÁGUA 3. FALTA DE TRATAMENTO DE ÁGUA
CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DESSES DESDOBRAMENTOS	2. O agravamento da falta de água, problema generalizado em Marilândia, incluindo SM, relacionado ao crescimento urbano desordenado 3. A contaminação da água, do solo e da atmosfera, causando impactos negativos ao meio ambiente, inclusive à saúde da população 4. O contato com inúmeros agentes perigosos para a saúde pública, acarretando doenças como: leptospirose, disenteria bacteriana, esquistossomose, febre tifoide e cólera

EIXO TEMÁTICO	TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS
SITUAÇÕES APONTADAS PELOS RECORDADORES VOLUNTÁRIOS	1. PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL DA COMUNIDADE 2. POLÍTICAS URBANAS INEFICIENTE E SEM PARTICIPAÇÃO POPULAR 3. AUMENTO EXPRESSIVO DA MALHA URBANA SEM INFRAESTRUTURA
CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DESSES DESDOBRAMENTOS	1. Apagamento da cultura e das tradições de SM à medida que as famílias mais tradicionais se distanciam do território como estratégia de fuga dos problemas sociais atuais 2. Conflitos políticos visíveis entre interesses dos gestores e as necessidades mais básicas da população local, com uso indevido de recursos púbicos, tornando as políticas públicas ineficientes ao olhar da população de SM 3. As habitações de baixa qualidade crescem com a procura de moradias de baixo custo, acirrando a problemática da falta de saneamento básico

As falas que os sujeitos trazem durante as rodas de conversa demonstram que o envolvimento da comunidade no planejamento das políticas públicas locais não vem sendo feito. Dessa forma, percebe-se que os investimentos públicos expressivos que estão sendo feitos em SM poderiam favorecer de forma mais satisfatória a comunidade que usufrui se ela tivesse palco para manifestar as necessidades que vivenciam diariamente nessa comunidade.

5.1 CONTRA-CARTOGRAFIA DE SÃO MARCOS

O emprego das rodas de conversa tem o propósito de dar voz aos sujeitos. O objetivo é possibilitar a participação da comunidade na efetiva construção do estudo. Durante a condução da roda de conversa, os pesquisadores propuseram aos recordadores-participantes a demarcarem - em um mapa impresso - os locais e as transformações vivenciadas por eles na comunidade de São Marcos. O intuito foi construir uma cartografia social, também conhecida como contra-cartografia da comunidade. A figura 50 traz uma representação gráfica e simbólica da roda de conversa e a construção cartográfica de SM.



Figura 50: Representação simbólica da roda de conversa e a construção cartográfica de SM
Fonte: arquivo pessoal

A figura 51 revela os locais que os recordadores consideram como sendo áreas de risco. São lotes urbanos da comunidade que fazem divisa com encostas ou taludes íngremes propensos a deslizamento, bem como áreas rebaixadas localizadas em área de preservação permanente (APP), segundo a legislação brasileira.

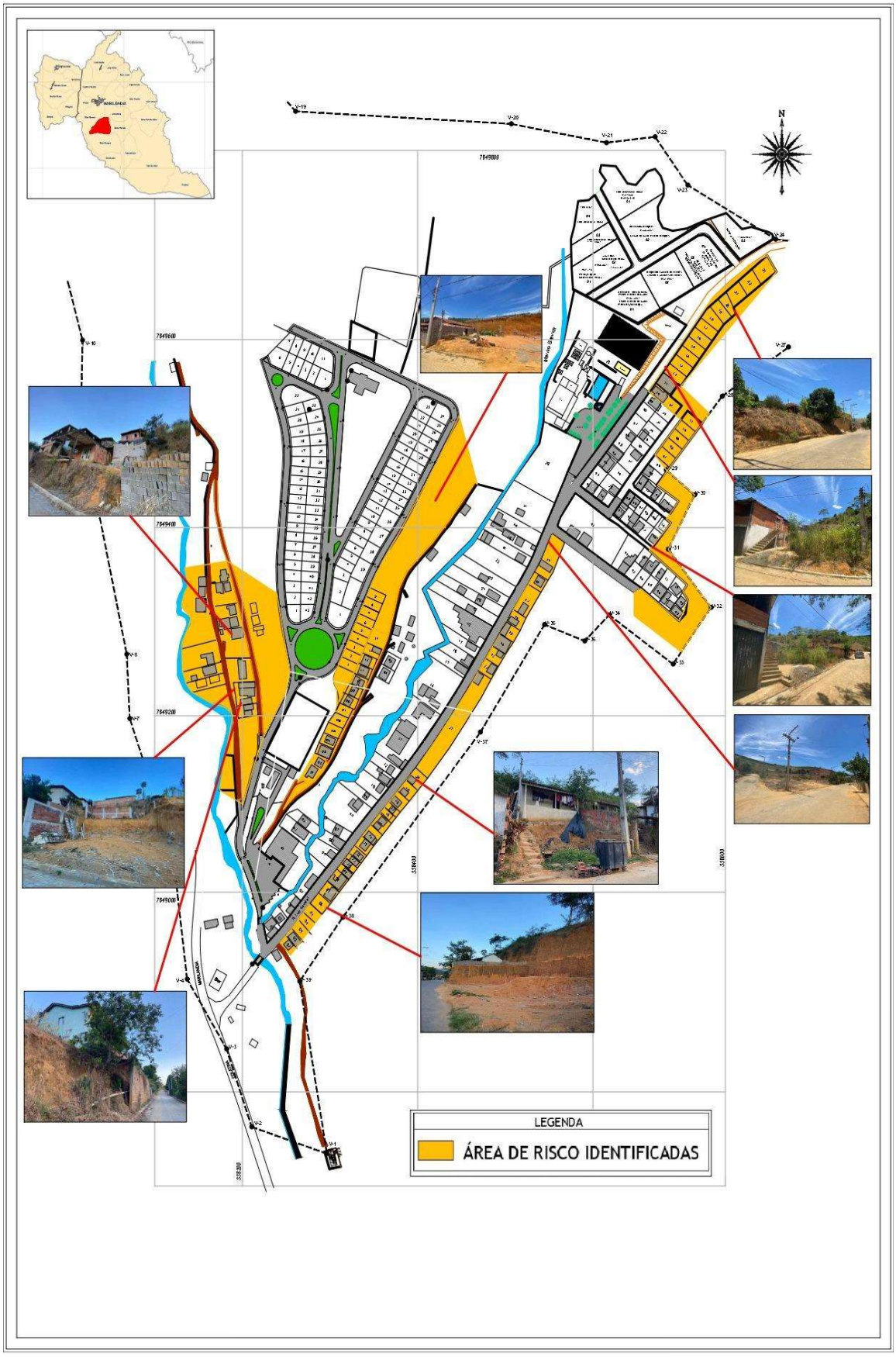


Figura 51: Mapa das áreas de risco de SM, segundo os participantes das rodas.
Fonte: Autoria Própria

Para complementar e reafirmar as demarcações das áreas de risco que os recordadores apontaram, utilizamos a cartografia de risco geológico realizado pelo Departamento de Gestão Territorial (DEGET) e divisão de geologia aplicada (DIGEAP) em julho de 2023:

> "O mapeamento mais detalhado, o ISR de Marilândia, sofreu um ligeiro aumento em relação a 2014: de 648 para 677. Foram identificadas e delimitadas 27 áreas com riscos alto e muito alto no município, estando sujeitas a deslizamentos, erosão laminar e erosão de margem fluvial." (RIBEIRO e PERET, 2023)

Para os autores responsáveis pelo desenvolvimento do mapeamento, grande parte dessas situações de risco acontece devido à possibilidade de as edificações serem atingidas por movimentos de massa decorrente da proximidade dos imóveis com amplos taludes de corte sem nenhuma segurança, caso comum e identificado em SM. Esses movimentos são mais propensos a ocorrerem durante períodos de chuva prolongada. Na figura 52, podemos visualizar o mapeamento de risco realizado pelo DEGET e DIGEAP referente à SM.

Esse material foi divulgado pelos órgãos competentes apenas em dezembro de 2023 quando essa pesquisa estava já na etapa de análise de dados, e optamos por utilizá-la nesta fase do trabalho porque ela complementa de forma satisfatória os apontamentos feito pelos recordadores. Superpondo esse mapeamento com a contra-cartografia desenvolvida podemos notar a semelhança das áreas identificadas. Podemos ainda ir além e afirmar que os moradores conseguiram pontuar de forma assertiva e até mais completa os locais com potencial de risco em SM. Esse fato confirma que aqueles que vivenciam as situações cotidianas na comunidade têm potencial e saber para opinar e guiar as políticas públicas locais.

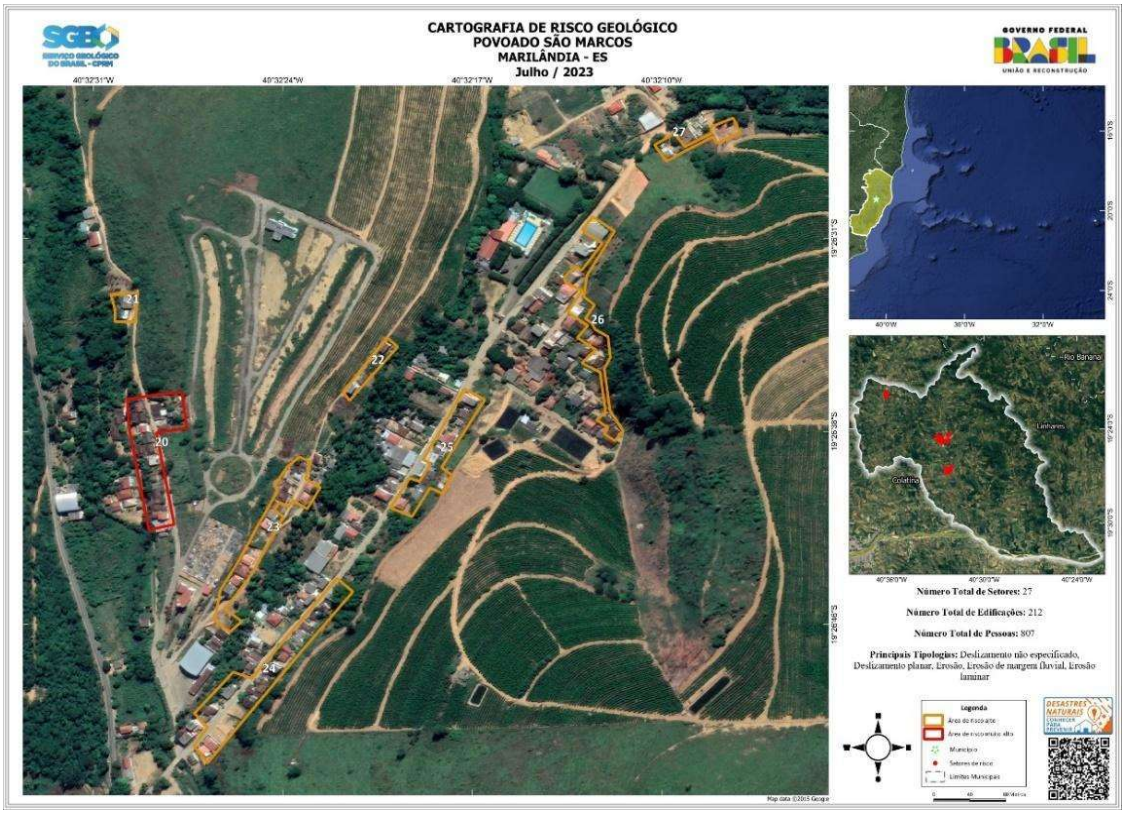


Figura 52: Cartografia de risco de SM
Fonte: DEGET DIGEAP

Na tabela abaixo (figura 53), o departamento de gestão territorial de risco (DEGET) e divisão de geologia aplicada (DIGEAP) identificam a quantificação aproximada de imóveis e pessoas que se encontram em situação de risco alto ou muito alto em SM, assim como a localização desses trechos com suas quantificações.

Código do setor	Grau de risco	Processo(s)	Logradouro	Número aproximado de imóveis	Número aproximado de pessoas
ES_MARILAN_SR_020_CPRM	Muito alto	Deslizamento planar, Erosão laminar	Povoado São Marcos - Rua Córrego São Marcos	12	45
ES_MARILAN_SR_021_CPRM	Alto	Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Rua Córrego São Marcos	3	10
ES_MARILAN_SR_022_CPRM	Alto	Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Estrada rural	2	8
ES_MARILAN_SR_023_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	14	52
ES_MARILAN_SR_024_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado, Erosão de margem fluvial	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	20	74
ES_MARILAN_SR_025_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	9	32
ES_MARILAN_SR_026_CPRM	Alto	Deslizamento em cunha	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	8	27
ES_MARILAN_SR_027_CPRM	Alto	Deslizamento não especificado	Povoado São Marcos - Rua perpendicular à Rodovia Estadual Cônego João Guilherme Koltegen	2	7

Figura 53: Setores de risco alto e muito alto mapeados em SM
Fonte: DEGET e DIGEAP

O mapeamento mostra que, dos 171 imóveis que se localizam em situação de risco no município de Marilândia, 70 localizam-se em SM. Das 654 pessoas expostas ao risco no município, 255 encontram-se em SM, conforme a tabela da figura 54. Ainda que ele revele um decréscimo nos dados estimados, comparados ao ano de 2014, o resultado de 2023 confirma a vulnerabilização da comunidade e as problemáticas enfrentadas por ela no âmbito do risco social, ambiental e habitacional.

Grau de risco	Ano de 2014*			Situação em 2023		
	Número de áreas de risco mapeadas	Número aproximado de imóveis em áreas de risco	Número aproximado de pessoas em áreas de risco	Número de áreas de risco mapeadas	Número aproximado de imóveis em áreas de risco	Número aproximado de pessoas em áreas de risco
Alto	01	200	1200	24	171	654
Muito alto	03	175	750	03	41	153
TOTAL	04	375	1.950	27	212	807

*Informações extraídas do mapeamento de 2014.

Figura 54: Comparativo dos mapeamentos de risco realizados em SM em 2014 e 2023
Fonte: DEGET e DIGEAP

As figuras 55 e 56 mostram de forma realística a identificação desses locais de risco, que tanto os recordadores mostraram durante o percurso guiado quanto o mapeamento citado acima comprovam com seus dados técnico-científicos. Parte dessa análise nos leva a compreender como as políticas públicas podem ter sucesso em suas aplicações diárias se levarem em consideração a participação popular dos sujeitos que vivenciam tal realidade diariamente. Em outras palavras, isso vem reafirmar a importância da contribuição que a participação popular pode dar para o ciclo de tomada de decisão da gestão pública.



Figura 55: Identificação das áreas de risco
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 56: Identificação das áreas de risco
Fonte: Arquivo pessoal

Outro mapa foi possível ser construído junto aos recordadores durante o trajeto do percurso guiado por eles. Na figura 57, observamos como os recordadores de SM consideram os processos de ocupação do território, bem como a linha do tempo das transformações territoriais.

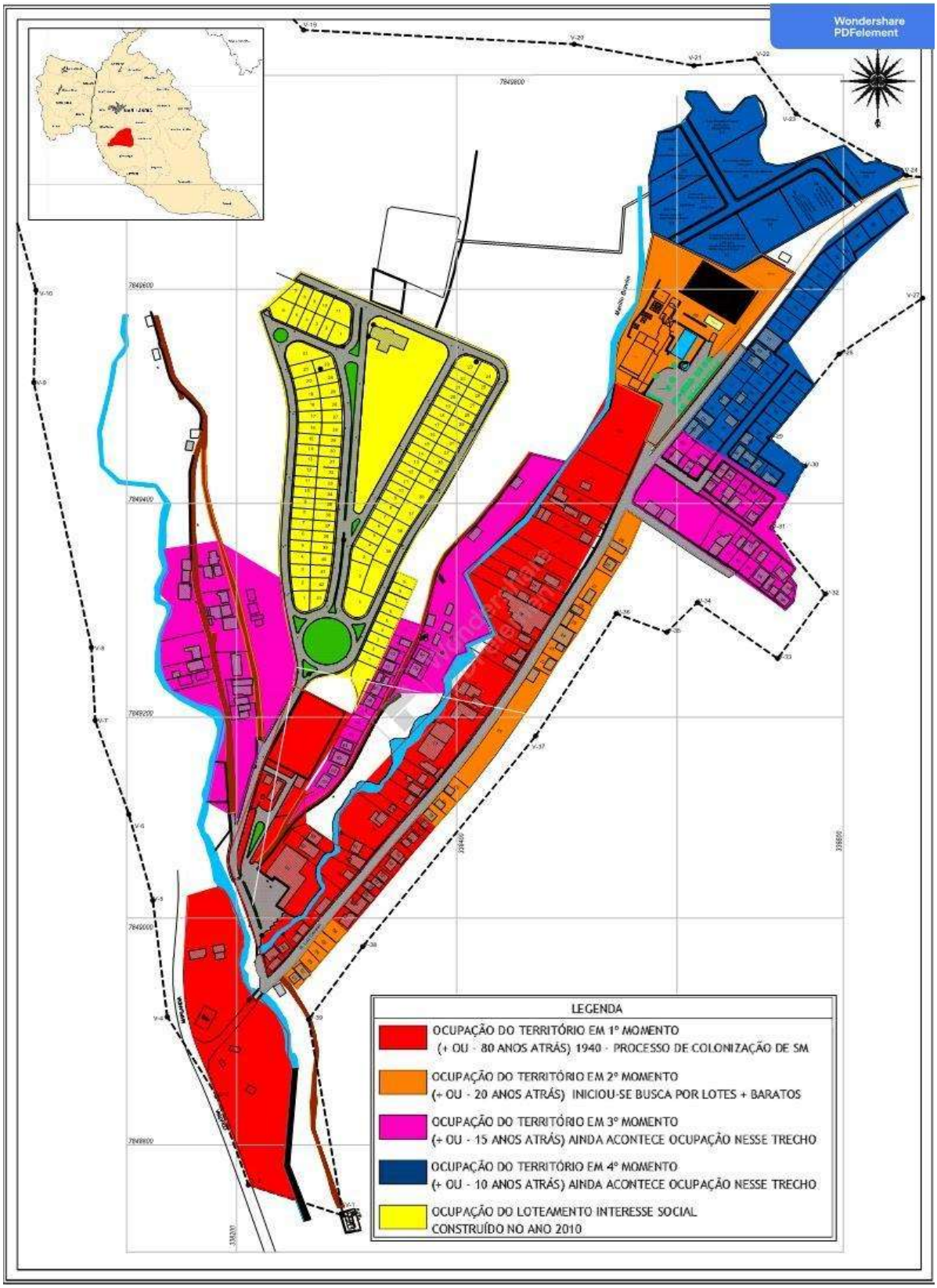


Figura 57: Mapa das etapas de ocupação do território de SM, segundo os participantes das rodas.
Fonte: Autoria Própria

Com essa contra-cartografia (figuras 51 e 57), é possível compreender, juntamente com a análise das transcrições das rodas, como o desenvolvimento da malha urbana da comunidade teve um súbito aumento, principalmente nas últimas duas décadas, causado basicamente pelo crescimento desordenado. Esse crescimento corrobora as narrativas apresentadas nas rodas de conversa, bem como no percurso comentado. Essa problemática já apresentada anteriormente nos resultados da análise de dados com base nas memórias dos recordadores revela o crescimento desordenado, o déficit da habitação local e as situações de risco na comunidade.

No mapa abaixo representado na figura 58, pode-se observar que a ocupação do território da comunidade acontece em locais considerados de risco desde o início da apropriação de SM. Apesar de tratar-se de um tema de suma relevância, o fato é que tais áreas não surgiram recentemente, mas derivaram de um processo histórico decorrente do crescimento urbano local. Contudo, analisando o referido mapa. percebe-se uma tendência de ocupação urbana em áreas de risco (momentos 2, 3 e 4 da ocupação). Provavelmente, as pessoas sem opções de escolher seu local de moradia acabam habitando locais considerados inapropriados, tornando-se suscetíveis a algum possível evento trágico futuro. A falta e a insuficiência de planejamento e ações públicas para evitar esse processo fenomenológico se evidenciam na fala dos recordadores.

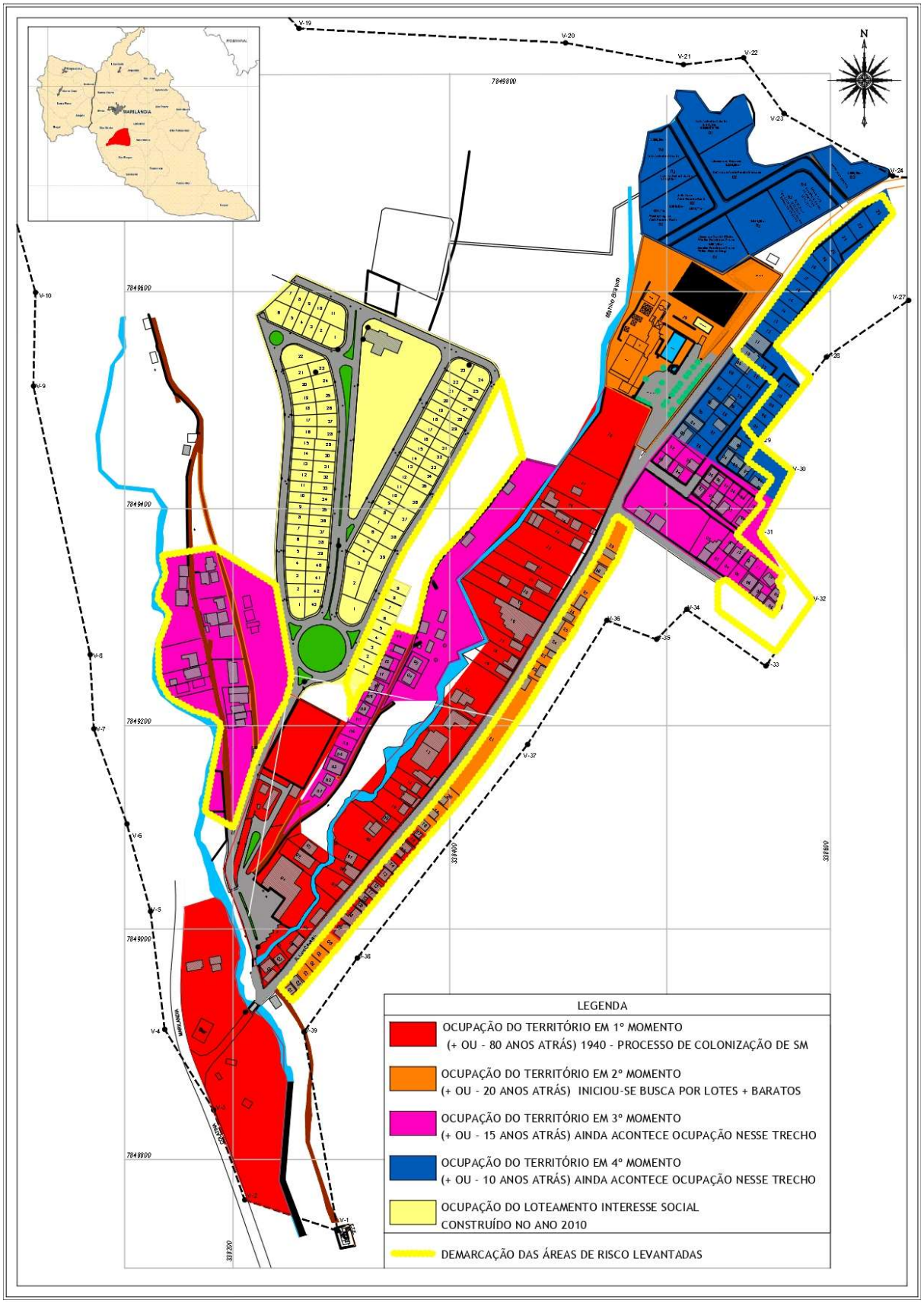


Figura 58: Mapa das etapas de ocupação do território de SM contraposto às áreas de risco.
Fonte: Autoria própria

5.2 EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS: EVOCAÇÕES HISTÓRICAS DE SÃO MARCOS

As gravações das rodas de conversa possibilitaram, assim, as transcrições, que foram cruzadas com as anotações feitas in loco pela equipe de pesquisadores, complementando, consequentemente, o levantamento e a análise dos dados. Sendo assim, a metodologia de roda de conversa permite associar as temáticas de pesquisa com levantamento de dados através do registro oral. A fala de cada recordador traz a sua experiência e percepção individual acerca das temáticas centrais desta pesquisa. Contudo, revelam, também, um “olhar” sobre as transformações vivenciadas no território cotidianamente enquanto cidadãos que usufruem da sua comunidade para construir suas próprias trajetórias de vida. A partir desses relatos pessoais (ou seja, suas memórias), se constrói uma narrativa histórica da comunidade de São Marcos.

Um fato notório após o desenvolvimento dos trabalhos de campo em SM foi que, diante do cenário de implantação do loteamento social, fica evidente seu impacto na paisagem local, ocupando a parte mais alta de uma das colinas do entorno da comunidade. O referido loteamento parece não ter considerado o eixo de ocupação orgânica de SM, e isso parece apontar para um distanciamento por parte do poder público ao projetar tal empreendimento, assim como não levar em consideração as necessidades de uma comunidade já consolidada, com tradições, história e valores estabelecidos.

Também foi possível construir, com base nas evocações dos recordadores, uma historiografia sobre como os moradores da comunidade de São Marcos percebem, experienciam ou vivenciam as transformações urbanas ocorridas no seu território. Abaixo, está sendo explorada a perspectiva histórica de três moradores que se dispuseram a compartilhar suas memórias a fim de contribuir preliminarmente para este estudo.

A identificação das pessoas entrevistadas partiu do conhecimento pessoal de uma dessas pesquisadoras de moradores de SM. Abaixo, está sendo explorada a perspectiva de três moradores que se dispuseram a participar preliminarmente desta etapa de estudo.

Conversando com Dona Izabel[3], nascida e crescida na Comunidade de São Marcos, hoje aos 80 anos, ela relata que os moradores da localidade constituíram uma cultura forte, com tradições e eventos católicos. A Igreja, com o padroeiro São Marcos dando nome ao lugarejo, é o principal marco arquitetônico do local, de caráter eclético com algumas características góticas, foi construída no ano de 1950. Nas proximidades dessa igreja, ela relata que havia, então, uma venda de secos e molhados pertencente à família Bravin, uma das famílias imigrantes desbravadoras iniciais do município, (figura 59). Era aí onde ocorriam eventos noturnos, os conhecidos bailes e teatros, que movimentavam toda a comunidade, sendo destaque em toda região, atraindo, inclusive, moradores de fora para prestigiar. Segundo ela, os moradores da comunidade dedicavam-se principalmente à agricultura, e as famílias residentes deslocavam-se até a sede quando necessitavam de produtos ou serviços que não estavam sendo ofertados pelo comércio local.



Figura 59: Foto da família cedida pela entrevistada
Fonte: arquivo pessoal

[3] Todos os nomes aqui empregados serão fictícios, buscando assim o anonimato de modo a preservar a imagem dos moradores participantes. Além disso, foi feito o termo de consentimento livre e esclarecido de uso de imagem e fala para eles assinarem.

Com o passar dos anos, a venda de terras pelos herdeiros trouxe novos moradores para o local. O êxodo rural, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e estrutural do centro de Marilândia, também proporcionou uma perda significativa da população de SM. Com isso, a comunidade se transforma e começa a ganhar um novo formato. As famílias que permaneceram na comunidade passaram a carecer de mão de obra nas lavouras, isso principalmente durante a colheita de café, obrigando-as a buscar trabalhadores de outros locais para atender à demanda da região, de Minas Gerais e Bahia. Muitos destes acabavam criando residência fixa no local juntamente com suas famílias.

Dona Izabel afirma que há uma perda significativa das histórias do local, assim como das tradições italianas que predominavam no período da colonização de Marilândia. Ela acredita que grande parte dessa perda é motivada pelo deslocamento das famílias tradicionais e pela instalação das novas famílias vindas de outros locais com suas próprias tradições. Além disso, Dona Izabel evoca a criação de uma fábrica de caixotes na comunidade que, também atraiu trabalhadores de outras regiões, que ao longo do tempo, foram estabelecendo-se na comunidade.

Outro morador local que divide conosco suas memórias e experiências de vida na comunidade de São Marcos, é o Sr. José. Ele reside na comunidade há mais de 10 anos. Assim como sua esposa, vem construindo sua família com um pequeno comércio local. José é uma figura importante na comunidade de São Marcos, pois teve o privilégio de atuar na política municipal como vereador nos anos de 2017/2020. Ele conta que acabou abandonando a política por desmotivação, por não conseguir atender aos anseios dessa comunidade.

O Sr. José descreve que a comunidade de São Marcos possui contraste com a realidade da cidade de Marilândia. De acordo com as memórias evocadas por ele, é nítido que boa parte da camada social menos privilegiada reside em SM, devido principalmente à grande rotatividade de famílias que aí moram de aluguel. Como SM possui muitos imóveis destinados à locação, a comunidade acaba por atrair muitas famílias em estado de vulnerabilidade social. Segundo o Sr. José, das 80 famílias que residem na comunidade, mais de 50 são oriundas de outras localidades do município

como de outras cidades. Isso reforça a grande perda da identidade cultural da comunidade apontada por D. Izabel.

Outro fator que chama a atenção no testemunho de Sr. José é que São Marcos parece não ter acompanhado o desenvolvimento acelerado. Marilândia, com os atributos de seu núcleo urbano, possui avanços no desenvolvimento local, construções verticais e a expressiva característica modernista. Afinal, SM passou a contar com o abastecimento total de energia elétrica há pouco, em 2021. através de um acordo entre a gestão atual e o ministério público. Isso significa que a formação histórica data da década de 40, juntamente com a concepção da cidade e desenvolve-se muito posteriormente através de loteamentos irregulares sem infraestrutura.

Relacionado ao acesso à infraestrutura urbana, o Sr. José nos conta, ainda, que SM não possui água tratada. A água que chega às moradias pela rede municipal é oriunda de um poço artesiano, sem nenhum tipo de tratamento. Ou seja, mais um elemento que alerta para as necessidades reais de que a população local carece.

Outra figura de grande importância para a comunidade é a Sra. Marta, esposa do Sr. José. Moradora da região há mais de 20 anos, ela também divide suas memórias de infância conosco, contando-nos como era a comunidade de São Marcos na década de 90 e como foram os processos de transformação territorial até aqui. Dona Marta atua como professora e pedagoga na única escola de primeiro grau, que recebe todas as crianças da comunidade.

Ela recorda da construção da escola na década de 90, e ressalta que até 2016 sua estrutura atendia bem à demanda da comunidade. A partir desse período, com a transformação da estrutura da população em São Marcos, com um crescimento expressivo, a escola tem hoje duas salas de aula que já não conseguem mais comportar os 40 alunos de 1º ao 5º ano que estudam em horário quase integral. Além disso, a estrutura da escola comporta 2 sanitários e cozinha muito precários. O refeitório que existe não atende nem a 1/3 das crianças, obrigando-as a fazerem suas refeições nas próprias carteiras estudantis. As crianças não têm um pátio coberto, e Dona Marta conta que, durante o verão, o calor excessivo faz com que as crianças sejam remanejadas para a quadra poliesportiva da comunidade, situada ao lado, onde elas estudam de forma improvisada devido à falta de espaço físico adequado dentro da escola.

A visita à escola, foi feita em uma roda de conversa com professores e serventes presentes., foi nítida a empatia que todos nutrem pelas crianças que frequentam a escola diante do estado visível de vulnerabilidade social no qual elas se encontram. Dona Marta conta que mais de 20 das crianças vivem de forma precária, e muitas delas têm suas principais refeições feitas apenas na escola.

Pelo exposto, fica claro que cada participante traz elementos importantes para a historiografia de São Marcos: escola, política local e história. Numa análise das suas evocações, um elemento comum aos três é a implantação do loteamento São Marcos, iniciado entre 2011, com o objetivo de atender à demanda de famílias socialmente vulneráveis. Possuindo todas as infraestruturas necessárias para implementação das moradias, esse loteamento, no entanto, foi abandonado pela própria municipalidade quando era necessário implantar a energia elétrica no local. A área do empreendimento foi doada por uma família da localidade. A perda da identidade cultural local, a paralisação do empreendimento, a falta de atendimento às famílias locais que precisam de moradia digna, diante da possibilidade de o loteamento ser reativado pela gestão atual, aumentando o número de crianças em idade escolar, são preocupações apontadas nos testemunhos registrados. As figuras 60 e 61 mostram a realidade da escola de SM durante a visita para coleta de dados desta pesquisa.



Figura 60: visita à escola de SM, roda de conversa com diretora e serventes
Fonte: arquivo pessoal



Figura 61: visita à escola de SM
Fonte: arquivo pessoal

5.3 TRANSFORMAÇÕES NO TEMPO: PASSADO – PRESENTE – FUTURO

O estudo da comunidade de SM possibilitou constituir o que pode ser considerado como um inventário territorial a partir do registro das histórias e das memórias de uma comunidade socialmente vulnerável. As falas, as transcrições e as fotos obtidas, assim como os mapas produzidos constituem um acervo de dados que registram a história dessa comunidade e permitem evocar memórias que caracterizam o lugar e determinam sua identidade. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para o registro oficial e social da história da comunidade de SM.

A pesquisa evidenciou que os recordadores, apesar das experiências nem sempre “positivas”, apontam e relatam vivências e experiências de superação de dificuldades, o que evidencia formas de resistência às adversidades cotidianas postas pela modernidade, sobretudo por eles permanecerem em áreas de risco.

Vale ressaltar, ainda, que a pesquisa, sobretudo através rodas de conversa que tem o propósito de dar voz aos sujeitos, propiciou aos participantes a oportunidade de

refletirem em conjunto sobre o seu próprio território e participarem da efetiva construção do estudo. Isso remete ao conceito de aprendizagem social, muito inspirada pelo pensamento freiriano, com a emergência da “palavra” da memória evocada pelos sujeitos-recordadores como sendo chave da transformação social. Nesse sentido, os sujeitos foram integrados ao trabalho de campo como sendo “... sujeitos conscientes e capazes de produzir cenários emancipatórios” (LOUREIRO e PEREIRA, 2019, p.4). Assim, influenciado pela abordagem da antropologia da modernidade desenvolvimentista de Escobar (2012), os resultados desta pesquisa podem ter o potencial de impactar a sociedade e o município na medida em que visibiliza as estratégias endogenamente elaboradas pelos sujeitos locais, participantes das rodas de conversa.

A pesquisa traz como resultado a cartografia socioambiental elaborada pelas mãos dos sujeitos participantes e evidencia uma “história” individual e coletiva invisibilizada pela cultura hegemônica da modernidade desenvolvimentista. Ressalta-se ainda que a cartografia social é um produto riquíssimo que pode “gerar um fomento à organização social e ao combate de certas práticas opressivas” (LOSEKANN, 2018, p. 16), além de ser utilizado pela população quando e onde acharem adequado. Por exemplo, as arenas da governança ambiental local voltadas tanto para diminuir as desigualdades socioambientais quanto para mitigar os riscos de desastres. Tais instâncias são apreendidas como sendo momentos de tomada de decisão política importantes para os grupos e sujeitos, nos quais seus saberes poderão ser reconhecidos pelos outros atores/ agentes hegemônicos. Vale lembrar que tais arenas se caracterizam tanto pelos confrontos de interesses bem como pelos consensos, onde a capacidade de agenciamento e de poder está em jogo de modo a trazer o “outro” para sua esfera de atuação. Acredita-se que, com base em expertise desses sujeitos, haja a possibilidade de desconstrução de estruturas impostas pela gramática hegemônica para que rearranjos alternativos sejam valorizados e valorizem e respeitem as identidades e saberes localmente produzidos de modo a “criar desdobramentos que minimizem as injustiças” (LOSEKANN, 2018, p. 19).

O segundo resultado desta pesquisa traz as evocações históricas do território em risco para evidenciar, historicamente, experiências práticas evocadas durante as atividades propostas, entendendo-as como sendo racionalidades, lógicas de ver e atuar na realidade local a partir de seus saberes localmente construídos. Enquanto culturas

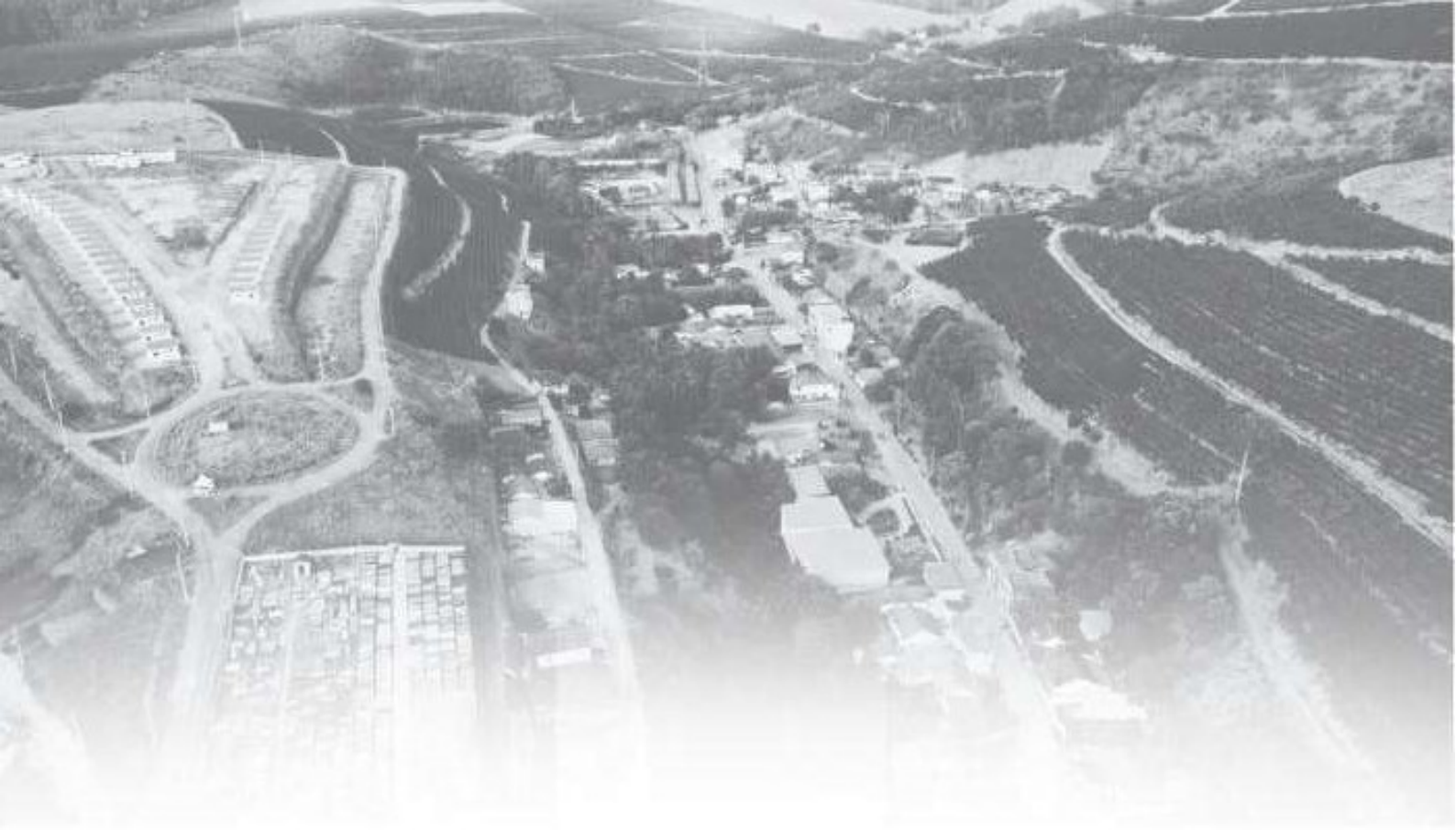
alternativas ou gramáticas alternativas à hegemonia, acredita-se, desse modo, que elas possam reforçar as dinâmicas socioambientais locais através do reconhecimento das experiências como saberes localmente produzidos a partir de processos sociais na sua inter-relação com o território. Esses saberes são, portanto, práticas e experiências alternativas numa perspectiva de “counter development” (ESCOBAR, 2012, p. xvii). Historicamente, elas foram e são práticas e discursos desconsiderados e desconstruídos pelos conhecimentos e discursos de atores do desenvolvimentismo modernizante com sua gramática hegemônica atingindo grupos e “sujeitos em situações de extrema vulnerabilidade ou que contrariam a cultura hegemônica” (LOSEKANN, 2018, p. 18).

Por fim, esta pesquisa buscou contribuir para que os participantes estejam municiados com saberes - conhecimentos para mais adequadamente se posicionarem nas arenas políticas e em processos de tomadas de decisão que os afetem e se referem ao território em que atuam e habitam. A pesquisa pretende colocar em evidência esses saberes locais e historicamente construídos em função da valorização das experiências vividas pelos sujeitos coletivamente em momentos de transformação, de crise, de ruptura, enfim, de desastres no passado.

Acredita-se que os questionamentos apontados e a cartografia construída são de suma importância para a comunidade, pois esses resultados apresentados podem ser utilizados como instrumentos de intervenção e podem nortear o poder público a respeito de possíveis formas de atuação para mitigar ou erradicar os riscos geológicos, assim como a problemática da habitação em SM. Dessa forma, podemos apresentar algumas sugestões baseadas nas falas dos moradores locais durante as rodas de conversa e verificadas durante a realização desta pesquisa:

1. Avaliar a possibilidade de deslocar os moradores que se encontram nos locais mapeados como área de risco para inseri-los nas habitações sociais que estão sendo construídas em SM;
2. Desenvolvimento de estudos e projetos de contenção de taludes nas áreas públicas;
3. Fiscalizar a construção em áreas de risco, orientar formas de contenção para segurança das obras e das pessoas;

4. Proibir a construção sem a devida aprovação municipal, a fim de evitar a construção de habitações irregulares e de baixa qualidade estrutural em SM;
5. Realizar programas de educação ambiental para os moradores, conscientizando-os dos riscos de ocupação em áreas impróprias para construção;
6. Executar manutenção das drenagens pluviais e executar novas em locais inexistentes;
7. Promover a valorização da cultura local, estimulando o sentimento de pertencimento da comunidade;
8. Valorização da escuta da população local nos processos decisórios das políticas públicas de SM, a partir da promoção do diálogo entre a comunidade e a gestão municipal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação nos dispomos a realizar algumas reflexões sobre a relação entre a ocupação do solo urbano e as políticas públicas em uma comunidade interiorana de Marilândia – ES, que concentra traços históricos e vulnerabilidades sociais, caso comum em diversas cidades de pequeno porte no Brasil. Para compreender os conflitos nesse cenário, foi necessário mergulhar na literatura sobre políticas públicas urbanas, urbanização, principalmente em cidades de pequeno porte, loteamentos de interesse social, direito à cidade, áreas de risco, memórias e historiografia. Dessa forma, foi possível trazer elementos teóricos para sustentar a leitura das problemáticas da área de estudo a partir das memórias de moradores, bem como proceder à análise das políticas públicas urbanas de Marilândia, em especial as voltadas para habitação social na comunidade de São Marcos (SM).

Para que a comunidade de SM, objeto de estudo desta pesquisa, fosse caracterizada da melhor maneira possível, foi necessário o levantamento de campo, a fim de explorar o território da comunidade e entender as questões da sua ocupação urbana. Para isso, as rodas de conversa foram introduzidas como metodologia desta pesquisa, bem como o percurso guiado/comentado, onde foi possível criar um espaço coletivo de debates e reflexões sobre as diversas temáticas sugeridas a fim de despertar as memórias dos moradores/recordadores e estimular as falas espontâneas durante as rodas e o percurso.

A partir desse trabalho de campo, foi possível a construção de um material cartográfico e a composição histórica dessa comunidade com base nas narrativas dos recordadores. Essa comunidade, notadamente, tinha seus traços e culturas perdidos por uma nova ocupação proveniente do desenvolvimento irregular da malha urbana local. Esse material, que desenvolvido juntamente com os moradores e voluntários, pode contribuir para o apontamento das necessidades e dos problemas sociais e urbanos que a comunidade vislumbra. Da mesma forma, este trabalho demonstra a possibilidade de incluir a participação popular e seus saberes no ciclo das políticas públicas para SM.

O material cartográfico e documental resultante desta pesquisa possui caráter informativo, educativo e histórico, podendo ser um instrumento de pressão popular

junto ao Estado. Ele pode contribuir para a dinâmica da política local, como também pode funcionar como instrumento de ações para o poder público, norteando-se pelas fragilidades e as necessidades apontadas pelos moradores na cartografia social. Concluímos esta dissertação apreendendo que a comunidade de SM se constitui de vulnerabilidades, mas também de memórias riquíssimas sobre a construção do seu território. A descrição histórica, ainda que parcial da comunidade, consistiu na apreensão das memórias afetivas dos recordadores, permitindo resgatar a identidade e a cultura local num movimento fundamental para o seu empoderamento como sujeitos atuantes em seu território.

A questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Numa perspectiva histórica que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber que as reivindicações feitas pelos recordadores em relação à habitação e às transformações físico-territoriais de SM emergem sob várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento básico), construção de moradias sociais para atender a uma população que vai além do contexto de SM, e questionamentos sobre investimentos públicos em obras de urbanização em áreas periféricas da comunidade. É importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial, aqueles relacionados à habitação e risco, refletem um descaso por parte do ator estatal e, consequentemente, das políticas que não consideram a população. Assim, como esse caso específico de SM revela a realidade de uma comunidade situada em uma cidade interiorana, acredita-se que existem, também, diversas cidades espalhadas pelo Brasil com situação similar a SM.

A leitura da realidade de SM aponta para a expansão urbana em constante crescimento que acarreta a busca por imóveis para locação de baixo custo, ou seja, por uma demanda para a ocupação de áreas que podem ser de risco. Dessa forma, é possível que essa ocupação se agrave com o surgimento de novas habitações em locais mapeados e considerados de risco. Quando a gestão pública direciona suas prioridades na elaboração de políticas urbanas efetivas para resolução dos problemas, contando com a participação popular, os resultados da sua implantação tendem a gerar um maior benefício tanto para a comunidade em si quanto para seus moradores. No entanto, quando a prioridade paira sob o viés do interesse político e econômico, é habitual notar a emergência de conflitos, uma vez que os núcleos

urbanos e suas políticas, mesmo que fragmentadas por grupos civis, funcionam como um único organismo humano e social, como Harvey explana em seus conceitos sobre a função social e o direito à cidade. (2014)

Como pesquisadora, questiono-me sobre as políticas públicas: de maneira abrangente, quantas cidades de pequeno porte no Brasil são invisíveis ao seu poder público diante das necessidades básicas como saneamento e habitação? Em um país onde o direito virou favor, onde o dever virou repreensão e a transparência da máquina pública virou mera formalização contábil, questiono ainda o abismo entre as massas da direita e esquerda, e se essa luta entre os "deuses políticos" e a "plebe com os pés fincados na terra" é necessariamente uma luta pelos direitos ou mera ambição política. Essa realidade nas cidades de pequeno porte parece ainda ser maior e mais assustadora, considerando a dinâmica político-territorial local, como é o caso de SM em Marilândia, onde a relação entre os atores sociais é mais próxima do que no caso de cidades grandes. Nas cidades de pequeno porte, são necessárias novas dinâmicas e formas de organização e participação popular na gestão pública. É nesse contexto que, nos últimos anos, grande parte dos avanços das políticas públicas se fizeram no país, mediante conselhos municipais, orçamentos participativos e redes de movimentos sociais, entre inúmeros outros planos e projetos de controle social. Esses são exemplos reais da participação efetiva das comunidades no processo de tomada de decisão das políticas públicas.

Este trabalho resulta da vivência da própria autora em uma cidade interiorana, onde os desafios para compreender a dinâmica da ocupação físico-territorial impulsionaram esta produção de pesquisa. O pensar na singularidade de cada comunidade ou cidade proporciona traçar planos de governo e estratégias para projetos a fim de atender especificamente às demandas existentes em cada local.

O recurso metodológico utilizado nesta pesquisa, que se baseia nos relatos e na participação popular para coleta de dados, auxilia no entendimento das fragilidades locais e permite ser espelho e contribuição para que outras comunidades e/ou cidades de pequeno porte possam ter seus anseios abrangidos pelas políticas públicas.

7 REFERÊNCIAS

ADAMS, John. Risco. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

BALTAZAR, Cristina Gomes**. A Habitação de Interesse Social e o Direito à Cidade: entre os distritos de Cidade Tiradentes e Grajaú**. – São Paulo: [s.n.], 2021.

BATTAUS, Danila M. de Alencar. OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. **O Direito à Cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira**. Revista Lua Nova, n. 97. São Paulo, 2016. Disponível em < https://doi.org/10.1590/0102-6445081-106/97>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

BERNABÉ, Jordana**. Análise de Projetos de Concurso voltados à Habitação Popular com base em critérios de Flexibilidade Espacial**. Vila Velha: II Congresso Internacional de arquitetura e cidade, 2019.

BRANDÃO, Douglas Queiroz. **Habitação social evolutiva: aspectos construtivos, diretrizes para projetos e proposição de arranjos espaciais flexíveis**. 1ª. Cuiabá: CEFETMT, 2006. Disponível em <http://www.habitare.org.br/pdf/relatorios/120.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 31. ed. Organizada por Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2010.

Brasil. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Lei n°10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal; estabelece diretrizes gerais da política urbana; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 03 de março de 2023

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Habitação de Interesse Social**. Revista Mercator, v. 17, e17004. Fortaleza, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17004>. Acesso em: 02 mai. 2022.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. Ed. Estação Liberdade. 6. Ed. São Paulo, 2011.

CPRM. Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito alto risco a movimentos de massas e enchentes: Marilândia – Espírito Santo. Governo Federal. Marilândia, 2014.

DAMACENA, Fernanda Dalla Libera; OLIVEIRA, Francine Dearmas; DÖRR, Julia Marta Drebes. Direito à moradia, ocupação de áreas de risco e desastre “natural” à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul/right to housing, occupation of risk area and natural disaster according to Rio Grande do Sul Court of Justice. Revista Culturas Jurídicas, v. 4, n. 8, 2017.

DE BUDIN PIOLI, Maria Sulema M.; ROSSIN, Antonio Carlos. O meio ambiente e a ocupação irregular do espaço urbano. Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online), n. 03, p. 40-56, 2006.

DIAS, Flávia Coelho. **Habitação social – uma análise histórica das políticas públicas habitacionais: o caso de Vitória**. Vitória: 2008.Disponível em: http://www.habitare.org.br/pdf/relatorios/120.pdf - Acesso em março de 2023

DINIZ, Luciana Nemer. RIBEIRO, Nelson Porto. **Habitação Social e o Higienismo no Centro de Vitória** - século XIX-XX: XXVII Simpósio Nacional de História – Florianópolis SC – 2015 – Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438950961_ARQUIVO_ArtigoHabitacaoSocialeoHigienismonoCentrodeVitoriaLucianaNemereNelsonPorto.pdf>. Acesso em 04 de março de 2023.

DURKHEIM. E. (1999). Da Divisão do trabalho social (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1893). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203937/mod_resource/content/1/Da%20divis%C3%A3o%20social%20do%20trabalho.%20%C3%89mile%20Durkheim%3B%20tradu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Brand%C3%A3o.%20-%202%C2%AA%20ed.%20-%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%20Martins%20Fontes%2C%201999.%20(1).pdf acesso em março de 2023.

Fundação João Pinheiro. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil** – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/habitacao/1.MetodologiadoDeficitHabitacionaledaInadequacaodeDomiciliosnoBrasil20162019v2.1.pdf>. Acesso em 03 de março de 2022.

HALBWACHS, M. (2006). **A memória coletiva** (B. Sidou, Trad.). São Paulo: Centauro. (Trabalho original publicado em 1950). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf - Acesso em março de 2023

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Mapas por Município**. 2022. Disponível em < http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

LIBÓRIO, Daniela Campos. SAULE, Nelson Júnior. Princípios e instrumentos de política urbana. **Revista Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. Tomo Direito Administrativo e Constitucional, 1 ed. São Paulo, 2017. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-

urbana#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento%20urbano,182%2C%20caput>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

MARICATO, Hermínia, **Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, no Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 2019**. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/587974-moradia-urbana-tem-que-levar-em-consideracao-a-politica-urbana-principalmente-de-terra-urbana-entrevista-especial-com-erminia-maricato> . Acesso em 03 de março de 2023.

MARILÂNDIA: LEI Nº. 11, de 16 de agosto de 1983. **INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇOES DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA**, 1983. Disponível em < https://www.marilandia.es.gov.br/legislacao?numero=&ano=&situacao=&busca=codigo+de+obras> . Acesso em: Março de 2023.

MARILÂNDIA: LEI Nº 688, de 18 de dezembro de 2006. **INSTITUI O PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO**, 2006. Disponível em< https://www.marilandia.es.gov.br/legislacao?numero=&ano=&situacao=&busca=parcelamento>. Acesso em: Março de 2023.

MARILÂNDIA: LEI Nº. 1.042, de 21 de novembro de 2012. Institui o **CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA**, 2012. Disponível em <https://www.marilandia.es.gov.br/legislacao?numero=&ano=&situacao=&busca=codigo+de+obras> Acesso em: março de 2023

MARILÂNDIA: LEI Nº. 1.043, 21 de novembro de 2012. **DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO**, 2012. Disponível em < https://www.marilandia.es.gov.br/legislacao?numero=&ano=&situacao=&busca=parcelamento>. Acesso em: Março de 2023.

MARILÂNDIA: LEI Nº. 1.251, 15 de Março de 2016, **DELIMITA ÁREA DE TERRA COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS**. 2016. Disponível em <https://www.marilandia.es.gov.br/uploads/lei/1251-lei-n-1251-de-15-de-marco-de-2016-ementa-delimita-area-de-terra-como-zona-especial-de-interesse-social-zeis-1653307020.pdf> . Acesso em: Março de 2023.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**. V. 35, n. 24. Curitiba, 2019. p. 17-33. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/0104-4060.63035>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

MOURÃO, Carlos Alberto Júnior. FARIA, Nicole Costa. Memória. **Revista Psicologia e Reflexão Crítica**. n. 28. Minas Gerais, 2015. Disponível em< https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

PEREIRA, Elson Manoel. **A política urbana brasileira e o ideário crítico da reforma urbana introduzido na constituição de 1988**. CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, nº 2, Santa Catarina, 2018

PMM. Prefeitura Municipal de Marilândia. Marilândia. História. 2022. Disponível em: <https://www.marilandia.es.leg.br/institucional/historia>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

PROATER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural** – Marilândia (2020-2023). Vitória, 2020.

Reginensi, C., Raposo, P. (2023). Caminhadas e itinerários entre Rio de Janeiro e Lisboa. Artistas e ativistas urbanos entre sociabilidades e formas de resistir. Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP [Online] http://journals.openedition.org/.

RIBEIRO, Rafael Silva. PERET, Guilherme Henrique Santos. **Cartografia de risco geológico – Marilândia, ES.** Departamento de Gestão Territorial (DEGET) e Divisão de Geologia Aplicada (DIGEAP), 2023. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/24431. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

ROLNIK, Raquel, **Entrevista concedida ao Brasil de Fato, em São Paulo, no dia 28 de maio de 2018**.
Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/28/raquel-rolnik-a-captura-da-politica-habitacional-pela-logica-financeira-e-perversa>.Acesso em: 03 de março de 2023.

SENDAI Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR), 32p., 2015. Disponível em: < https://www.unisdr.org/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf>. Acesso em: maio. 2024.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto.** Educação revista, n.47. São Paulo, 2008. Disponível em<https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000100014>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **O desenvolvimento do porto de vitória** – 1870 – 1940. ES: CODESA, 1980.

TONELLA, Celene. **Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições**. Revista Soc. Estado. n. 28 (1). Paraná, 2013. Disponível em < https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100003>. Acesso em: 05 jun. 2022.

TRAJBER, Rachel. OLIVATO, Débora. MARCHEZINE, Victor. **Conceitos e termos para a gestão de riscos de desastres na educação**. CEMADEN Centro nacional de monitoramento e alertas de desastres naturais. Brasil, 2017. Disponível em < https://educacao.cemaden.gov.br/wpcontent/uploads/2017/04/Conceitos_riscos_desastres_Trajber_Olivatto_Marchezine.pdf> Acesso em: maio 2024.

8 ANEXOS

ANEXO I:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE SÃO MARCOS, MARILÂNDIA – ES

Responsável pela pesquisa: Andressa Maria Rovetta

Instituição Promotora: Universidade Vila Velha, Mestrado em Arquitetura e Cidade

Prezado voluntário (a),

Este documento que você lê chama-se Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você foi convidado a participar (de livre e espontânea vontade). Caso aceite nosso convite, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Por favor, leia com calma e atenção. Sinta-se à vontade para esclarecer qualquer dúvida, antes ou após você assiná-lo junto ao pesquisador.

Este projeto de pesquisa visa explorar as experiências cotidianas de sujeitos da comunidade de SM através de suas memórias evocadas com o fim de construir, de maneira dialógica e coletiva, uma cartografia socioambiental e uma base historiográfica de para a comunidade de São Marcos no município em Marilândia.

Todos as rodas de conversa serão gravadas, contando com o uso de aparelhos eletrônicos, sendo estes: gravador de voz, telefones celulares e máquina fotográfica para os dados coletados a partir das rodas de conversa, eles serão transcritos e nuvens de palavras serão elaboradas após a tabulação dos dados. A partir desses dados coletados, uma agenda de ação também será elaborada.

Ao participante voluntário das rodas de conversa, pode haver o risco de algum desconforto ou mal-estar durante a roda de conversa, pois podem ser evocadas memórias nem sempre positivas, considerando que algumas delas serão das tragédias vivenciadas. Caso o voluntário não sinta confortável em falar sobre suas

histórias, é possível que desista da participação a qualquer momento. Durante a roda de conversas, os voluntários permanecerão sentados ao redor de uma mesa para maior conforto e evitarem riscos. Eles podem sentir algum desconforto quanto ao mobiliário ou a temperatura da sala. Desse modo, os voluntários podem sair da roda a qualquer momento, irem ao banheiro, comer algo ou beber durante a roda, de modo que sempre se sintam confortáveis.

No momento atual, um risco eminente desta pesquisa seria decorrente do agravamento da pandemia de Covid-19 por alguma variante e a consequente determinação de um isolamento social, que poderia impossibilitar a realização das rodas. Outro risco do projeto é a vulnerabilidade da área, pois as comunidades envolvidas no projeto situam-se em áreas de risco e são locais bastante precários. Chuvas, deslizamentos ou algum conflito social ou político na área poderá impedir a realização das rodas.

Para os participantes voluntários, a participação no projeto, permitirá a reflexão e a promoção de sujeitos conscientes e capazes de produzir cenários emancipatórios e propor estratégias elaboradas pelos sujeitos locais participantes das rodas de conversa. Outro benefício da pesquisa refere-se ao registro oficial e social da história dessas duas comunidades.

Durante todo o período do projeto de extensão você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Vila Velha.

O acompanhamento e assistência ao participante durante a realização do projeto, bem como aos seus responsáveis, serão realizados diretamente pelo pesquisador responsável e por sua equipe designada a esta tarefa.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo, penalidade ou retaliação pela sua decisão, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações cientificas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará

guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora responsável do projeto com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa.

Serão também realizadas imagens durante a participação na pesquisa, com a finalidade de registro e veiculação do estudo realizado em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa, divulgação de conhecimento científico, elaboração e divulgação de produtos oriundos da pesquisa realizada, garantindo a não identificação do voluntário através do uso de recursos como desfoque, tarja ou pixialização do seu rosto ou por meio do uso de registro fotográfico/videográfico que não inclua a sua face. Para tanto, solicitamos seu consentimento por meio da autorização para uso de imagem e depoimentos, incluso como item deste documento.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelo pesquisador responsável.

AUTORIZAÇÃO

Eu,_____(nom e completo do voluntário), após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos do projeto, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste projeto de extensão.

_____

Assinatura do voluntário

_____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Nome: Andressa Maria Rovetta
Endereço: Rua Dionisio Falcheto, 564 – Centro – Marilândia /ES
Telefone: (+ 55 27) 992381690 E-mail:andressarovetta@hotmail.com

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio do Inotec-2ºandar: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: cep.uvv@gmail.com. Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07:00 as 17:00 e 6ª feira - 07:00 as 16:00. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE DEPOIMENTOS

Eu, _____, portador(a) de cédula de identidade nº _____, autorizo o registro fotográfico e a gravação em vídeo da minha imagem e depoimentos, bem como a veiculação destas imagens e/ou depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins didáticos, de pesquisa, divulgação de conhecimento científico, elaboração e divulgação de produtos oriundos do projeto de extensão realizado sem quaisquer ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação destas imagens e depoimentos, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Marilândia, _____ de _____ de 20__.

_____

Assinatura do(a) participante

ANEXO II:

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES/UVV

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÕES SOCIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE:

Pesquisador: Andressa Maria Rovetta

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76068423.5.0000.5064

Instituição Proponente: SOCIEDADE EDUCACAO E GESTAO DE EXCELENCIA / VILA VELHA LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.577.510

Apresentação do Projeto:

O estudo propõe compreender as transformações territoriais urbanas na comunidade São Marcos, situada no município de Marilândia, cidade de pequeno porte, localizada na Região Noroeste do Espírito Santo (Brasil). Entende-se que as transformações caracterizam o processo histórico de integração do território brasileiro à economia internacional nas últimas décadas. Para tanto será realizado: a) pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento das pesquisas publicadas sobre habitações de interesse social e loteamentos populares em cidades interioranas; b) levantamento documental, já que serão analisados documentos públicos da Prefeitura de Marilândia inclusive referentes a construção do loteamento social em SM. c) pesquisa de campo, com a realização de rodas de conversa com os moradores, aqui chamados de recordadores, que tem a função de fazer emergir as suas memórias sobre a ocupação do território da Comunidade São Marcos (comunidade historicamente consolidada) e da implantação do loteamento de interesse social. d) também pretende-se realizar entrevistas exploratórias com alguns moradores locais, onde os participantes serão identificados por nomes fictícios para preservação da sua identidade e imagem.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a ocupação do solo urbano em uma cidade de pequeno porte na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo (Brasil) com a implantação de loteamentos sociais em uma área historicamente ocupada por uma comunidade já consolidada, tendo como pano de fundo

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** cep@uvv.br